

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

IVAN RODRIGO REBULI

**A FORTALEZA NOSSA SENHORA DOS PRAZERES (ILHA DO MEL/PR) NO
SÉCULO XVIII: APLICATIVO PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS PARA O
ENSINO DE HISTÓRIA**

CURITIBA

2020

IVAN RODRIGO REBULI

A FORTALEZA DA BARRA (ILHA DO MEL/PR) NO SÉCULO XVIII:
APLICATIVO PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Paraná como requisito para o título de Mestre em Ensino de História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Nadia Gaiofatto Gonçalves (DTPEN/ED)

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Rebuli, Ivan Rodrigo

A Fortaleza da Barra (Ilha do Mel/PR) no século XVIII : aplicativo para dispositivos móveis para o ensino de história. / Ivan Rodrigo Rebuli . – Curitiba, 2020.

Dissertação (Mestrado Profissional em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora : Prof^a. Dr^a. Nadia Gaiofatto Gonçalves

1. História – Estudo e ensino. 2. Mel, Ilha do (PR) – História – Sec. XVIII.
3. Baía, Paranaguá (PR). 4. Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres (Ilha do Mel, PR). 5. Aplicativos móveis. I. Gonçalves, Nadia Gaiofatto, 1971-. II. Título.

CDD – 981.622

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM ENSINO DE HISTÓRIA

No dia vinte e oito de agosto de dois mil e vinte às 14:00 horas, na sala Online, https://meet.jit.si/Defesa_Ivan, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação do mestrando **IVAN RODRIGO REBULI**, intitulada: **A FORTALEZA NOSSA SENHORA DOS PRAZERES (ILHA DO MEL/PR) NO SÉCULO XVIII: APLICATIVO PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**, sob orientação da Profa. Dra. NADIA GAIOFATTO GONÇALVES. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ENSINO DE HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: NADIA GAIOFATTO GONÇALVES (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), ROSELI TEREZINHA BOSCHILIA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), ANA CLAUDIA URBAN (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), EDILSON APARECIDO CHAVES (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, NADIA GAIOFATTO GONÇALVES, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

Observações: Considerando a qualidade do trabalho, a banca recomenda sua divulgação por meio de eventos acadêmicos, publicações e mídias diversas.

CURITIBA, 28 de Agosto de 2020.

Assinatura Eletrônica

28/08/2020 17:09:00.0

NADIA GAIOFATTO GONÇALVES

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

28/08/2020 17:59:57.0

ROSELI TEREZINHA BOSCHILIA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

28/08/2020 17:12:13.0

ANA CLAUDIA URBAN

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

28/08/2020 17:54:53.0

EDILSON APARECIDO CHAVES

Avaliador Interno (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ)



TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ENSINO DE HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **IVAN RODRIGO REBULI** intitulada: **A FORTALEZA NOSSA SENHORA DOS PRAZERES (ILHA DO MEL/PR) NO SÉCULO XVIII: APLICATIVO PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**, sob orientação da Profa. Dra. NADIA GAIOFATTO GONÇALVES, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 28 de Agosto de 2020.

Assinatura Eletrônica
28/08/2020 17:09:00.0
NADIA GAIOFATTO GONÇALVES
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
28/08/2020 17:59:57.0
ROSELI TEREZINHA BOSCHILIA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
28/08/2020 17:12:13.0
ANA CLAUDIA URBAN
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
28/08/2020 17:54:53.0
EDILSON APARECIDO CHAVES
Avaliador Interno (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ)

Dedico esta dissertação à minha mãe Jeanete Buttner Rebuli (*in memorian*), minha avó Ivete Belache Rebuli (*in memorian*) e a minha esposa Gisele Pucci, que me apoiaram durante todo o tempo em que estive desenvolvendo este trabalho. Também dedico à minha “mestre” e orientadora Nadia Gaiofatto Gonçalves, por sua competência, atenção e dedicação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar, pela saúde e paz necessária para esta caminhada pessoal e profissional. Em muitos momentos solitários, o apoio dos espíritos de luz e sabedoria guiou meus pensamentos sempre no sentido positivo de aproveitar ao máximo esta experiência acadêmica, que me ofereceu a oportunidade de realizar este trabalho.

Quero também lembrar especialmente dos meus avós paternos, Leo e Ivete Rebuli. O primeiro por despertar em mim o prazer pelo conhecimento, mais exatamente quando me levou ao Palácio Iguazu, em Curitiba (PR) para uma exposição sobre Leonardo da Vinci que catalisou em uma criança a sensibilidade pela História. Minha avó querida, que fez sua passagem durante este curso, sempre representou meu porto seguro, incentivando, cobrando muitas vezes, mais sobretudo me apoiando ao longo de toda minha existência.

Minha mãe, Jeanete Buttner Rebuli, apesar de sentir profundamente sua falta, sei que você está sempre presente em todas as minhas conquistas e derrotas, nas horas tristes e nos momentos de alegria, sempre me levantando com seu sorriso fácil e seu espírito acolhedor. Saudades eterna, Dona Jane.

Muito obrigado à minha esposa Gisele por todo o suporte, paciência e incentivo para sempre continuar aprendendo e estudando, sua companhia me conforta e me dá força para nunca desistir dos meus objetivos. Meu filho Jackson Luiz, nossas almas se encontraram em 2018 durante as aulas em Curitiba, não poderia esquecer uma das coisas mais importantes que aprendi com você: nunca desista dos seus sonhos. Estendo a gratidão à todos os meus familiares, amigos e colegas de profissão, meus sinceros agradecimentos.

Em relação às fontes da pesquisa, faz se necessário agradecer a algumas pessoas em particular: Joana Paula Coradi, da Biblioteca da 10ª Regional do IPHAN em Curitiba, Fábio Machado, agente cultural da Prefeitura Municipal de Paranaguá que trabalha solitariamente na Fortaleza da Ilha do Mel, Aimoré Índio do Brasil Arantes, da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, Cláudia Inês Parellada, arqueóloga do Museu Paranaense e finalmente Adler Homero Fonseca de Castro, especialista na historiografia das

fortalezas brasileiras e que, contribuiu diretamente na investigação das fontes e bibliografia deste trabalho.

Meus amigos da turma 2018 do ProfHistória/UFPR: Augusto, Edgar, Fabiano, Hellen, João Augusto, Júlia, Nívea, Rossano, Sérgio, Silvania e Sílvio, fundamentais na construção deste trabalho. Aos meus professores que contribuíram na minha formação, Ana Cláudia Urban, Hector Hernandez, Clóvis Gruner, Dennison de Oliveira, Martha Hameister e a coordenadora do curso, Joseli Mendonça (2018) atualmente a cargo do Prof.Clóvis. Especial gratidão à minha orientadora, Prof. Nadia, sem o seu apoio incondicional esta dissertação não seria possível. Muito obrigado mesmo. Também aproveito a oportunidade para agradecer os professores que compõem banca de defesa desta dissertação, Prof.^a Ana Claudia Urban, Prof.^a Roseli Boschilia e Prof. Edilson Chaves.

Pirata é um homem descontente. O espaço que lhe consentem a sociedade ou os deuses parece-lhe exíguo, nauseabundo, desconfortável. Sujeita-se por uns breves anos e depois diz <<estou farto>> e recusa-se ao jogo. Arruma as trouxas, desce das montanhas da Capadócia, da Escócia ou da Noruega e dirige-se para a costa. Captura um barco ou emprega-se a serviço de um pirata e – ala que se faz tarde!...lança-se ao mar (LAPOUGE, 1998, p.21)

RESUMO

Nesta dissertação analisamos a história da Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres (Ilha do Mel, Paranaguá/PR) ao longo do século XVIII, tratando da pirataria na região da Baía de Paranaguá e da participação de Paranaguá e seu corpo militar na guerra contra os castelhanos no Sul. Consideramos a temática significativa para o Ensino de História, e apresentamos como produto um aplicativo para dispositivos móveis, como ferramenta de apoio para professores, com base nas fontes pesquisadas e utilizadas nesta pesquisa. Como referenciais, utilizamos a História local e a consciência histórica (RÜSEN, 2001, 2015), além de justificar a utilização de material de aprendizagem baseado no uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação. Dividimos este trabalho em três momentos: no primeiro capítulo discutimos os aspectos sobre o Ensino de História e suas bases teóricas, no segundo, desenvolvemos a investigação sobre as fontes e bibliografia referentes ao tema, que incluem, nesta ordem, um panorama das fortificações coloniais no Brasil, a pirataria na Baía de Paranaguá entre 1718 e 1734, o contexto histórico da Vila de Paranaguá, a guerra contra castelhanos no Sul e finalmente, a construção da fortificação propriamente entre 1767 e 1769. Finalmente, no terceiro e último capítulo detalhamos o processo de desenvolvimento da proposição de material didático descrito no capítulo anterior, e o apresentamos como ferramenta de ensino da disciplina de História.

Palavras-chave: Ensino de História. História do Paraná. Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres. Ilha do Mel. Aplicativo para dispositivos móveis. Baía de Paranaguá.

ABSTRACT

In this dissertation we analyze the history of the Nossa Senhora dos Prazeres Fortress (Ilha do Mel, Paranaguá / PR) throughout the 18th century, dealing with piracy in the region of Paranaguá Bay and the participation of Paranaguá and his military in the war against the Castilians in South. We consider the theme significant for the Teaching of History, and we present as a product an application for mobile devices, as a support tool for teachers, based on the sources researched and used in this research. As references, we use local history and historical awareness (RÜSEN, 2001, 2015), in addition to justifying the use of learning material based on the use of Digital Information and Communication Technologies. We divided this work into three moments: in the first chapter we discussed the aspects of History Teaching and its theoretical bases, in the second, we developed the investigation about the sources and bibliography related to the theme, which include, in this order, an overview of the colonial fortifications in the Brazil, piracy in the Bay of Paranaguá between 1718 and 1734, the historical context of Vila de Paranaguá, the war against Castilians in the South and finally, the construction of the fortification itself between 1767 and 1769. Finally, in the third and last chapter we detail the process development of the didactic material proposal described in the previous chapter, and we present it as a teaching tool for the discipline of History.

Keywords: History teaching. History of Paraná. Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres. Ilha do Mel. Mobile app. Paranaguá Bay.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Fortaleza N. S. dos Prazeres, Ilha do Mel, (2012).	17
FIGURA 2	Alunos observando a artilharia da fortificação na atividade em campo	20
FIGURA 3	“Ilha do Mel” – óleo sobre tela. 1912; Autor: Alfred Andersen	32
FIGURA 4	Capitanias Hereditárias de Luís Teixeira, anexo ao Roteiro de todos os Sinnaes (1574).	67
FIGURA 5	Localização das minas de Paranaguá (1653). Mapa de Pedro de Souza Pereira	71
FIGURA 6	Plano da Baía e da Vila do Rio de Janeiro: utilizado no ataque do corsário Duguay-Trouin ao local em 1711	76
FIGURA 7	BRASIL. Costas. 1601- Estado de Brazyl. Escala indeterminada	87
FIGURA 8	Vista frontal da fortaleza, com Morro da baleia ao fundo.	93
FIGURA 9	Bateria composta por canhões de artilharia no terraplano	103
FIGURA 10	Tela de apresentação do material na ferramenta de <i>design</i> CANVA	106
FIGURA 11	Logomarca personalizada “Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres – Ilha do Mel/PR”.	108
FIGURA 12	Tela inicial do aplicativo	109
FIGURA 13	Tela aba lateral esquerda para o menu temático	110
FIGURA 14	Tela de Apresentação I- Texto de introdução, localização geográfica, processo de tombamento, contexto histórico.	112
FIGURA 15	Tela - A vila de Paranaguá (1653-1745)	118
FIGURA 16	Tela - Pirataria (I). Narrativas sobre o episódio com navio pirata em 1718.	121
FIGURA 17	Tela- Conflitos contra castelhanos no sul e as disputas pelos territórios da América Meridional	125
FIGURA 18	Tela- “construção da Fortaleza N. S. dos Prazeres” contém as principais etapas de desenvolvimento das instalações militares na Ilha do Mel.	128
FIGURA 19	Tela- “Fontes”	131
FIGURA 20	Tela- “Bibliografia (sugestões de leitura)”	132
FIGURA 21	Tela- “Sala de Aula”	132
FIGURA 22	Tela- “Recurso didático de apoio – site”	133
FIGURA 23	Tela- “Arquivos históricos armazenados na nuvem”	134
FIGURA 24	Tela- “Dissertação”	135

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	- Documentos pertinentes à História do Paraná 1574 a 1808. Coleção da Torre do Tombo – Lisboa, Portugal.....	28
TABELA 2	- Documentos (copiados) pertinentes à História do Paraná, dos volumes publicados pela Biblioteca Nacional como "DOCUMENTOS HISTÓRICOS" de 1674 a 1725 (1ª fase) – A ameaça pirata e a proteção da Vila de Paranaguá	29
TABELA 3	- Documentos (copiados) pertinentes à História do Paraná, dos volumes publicados pela Biblioteca Nacional como "DOCUMENTOS HISTÓRICOS" de 1766 a 1775 (2ª fase) – Affonso Botelho e a construção da Fortaleza ..	30

LISTA DE SIGLAS

APESP	Arquivo Público do Estado de São Paulo
BPP	Biblioteca Pública do Paraná
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CMH	Colégio Estadual Prof. ^a Maria Helena Teixeira Luciano
DCEs	Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná
PROEMI	Programa Ensino Médio Inovador
IHGPR	Instituto Histórico e Geográfico do Paraná
IPHAN	Instituto Histórico e Artístico Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MIT	Massachusetts Institute of Technology
SEED	Secretaria de Estado de Educação do Paraná
SEEC	Secretaria de Estado de Cultura do Paraná
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PROFHISTÓRIA	Mestrado Profissional em Ensino de História
TDICs	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNESPAR	Universidade Estadual do Paraná
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

SUMÁRIO

	LISTA DE FIGURAS.....	09
	LISTA DE TABELAS	10
	LISTA DE SIGLAS.....	11
	INTRODUÇÃO.....	14
1.	HISTÓRIA LOCAL, A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO CAMPO DO SABER HISTÓRICO ESCOLAR	36
1.1	HISTÓRIA LOCAL E SUA IMPORTÂNCIA NO APRENDIZADO HISTÓRICO	38
1.2	A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA NO ENSINO BÁSICO.....	45
1.3	TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO: O USO DE APLICATIVOS.....	48
2.	ENTRE PIRATAS E CASTELHANOS NO SUL: A FORTALEZA NOSSA SENHORA DOS PRAZERES NO CONTEXTO HISTÓRICO DO SÉCULO XVIII	59
2.1	FORTIFICAÇÕES NO BRASIL COLONIAL.....	62
2.2	A VILA DE PARANAGUÁ (1643-1745).....	66
2.3	PIRATARIA NA BAÍA DE PARANAGUÁ ENTRE 1718 e 1734.....	74
2.4	GUERRA CONTRA OS CASTELHANOS NO SUL (1750-1777).....	84
2.5	CONSTRUÇÃO DA FORTALEZA N. S. DOS PRAZERES (1767-1769).....	91
3.	DESIGN DO RECURSO DIGITAL: DESENVOLVIMENTO DO APLICATIVO PARA DISPOSITIVOS “FORTALEZA NOSSA SENHORA DOS PRAZERES”	105
3.1	PROJETO GRÁFICO E DESENVOLVIMENTO DO APLICATIVO ..	106
3.1.1	Tela de início	109
3.2	MENU “TEMAS”	111
3.2.1	Apresentação	111
3.2.2	Vila de Paranaguá (1643-1745)	117
3.2.3	Pirataria na Baía de Paranaguá entre 1718 e 1734	120
3.2.4	Conflito com castelhanos no sul (1750-1777)	124
3.2.5	Construção da Fortaleza N. S. dos Prazeres (1767-1769)	127
3.2.6	Fontes	130
3.2.7	Bibliografia (sugestões de leitura)	131
3.2.8	Sala de aula	132

3.2.9	Material de apoio ao professor	133
3.2.10	Dissertação	134
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
	FONTES.....	139
	REFERENCIAS.....	141

INTRODUÇÃO

No presente trabalho investigamos fontes relacionadas à Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres (Ilha do Mel, Paranaguá/PR) em documentos do século XVIII, considerando-a como tema relevante para o Ensino de História e a formação da consciência histórica dos alunos; e apresentamos como resultado o desenvolvimento de um aplicativo para dispositivos móveis, voltada para o ensino desta temática no Ensino Médio, que possa ser utilizado por educadores e alunos na sala de aula, como ferramenta de apoio à aprendizagem.

A Fortaleza N. S. dos Prazeres¹ é também mencionada nas fontes e conhecida como Fortaleza da Barra ou Fortaleza de Paranaguá, construção militar portuguesa (1769), localizada atualmente no Parque Estadual e Estação Ecológica da Ilha do Mel², município de Paranaguá, litoral do Paraná (Brasil). Característica do período colonial brasileiro do século XVIII, o monumento contempla diferentes temporalidades, significados e narrativas históricas.

Devido à sua importância, seu conjunto foi tombado em 1938 pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional³, atual IPHAN, ocorrido no contexto das reformas de caráter nacionalistas do governo do Presidente Getúlio Vargas (1930-1945). Já no contexto estadual, a partir dos anos 1960 houve o desenvolvimento da valorização do patrimônio cultural do Estado, com a proteção do monumento se deu através do processo de tombamento pelo Patrimônio Estadual do Paraná em 1972⁴, a partir da vigência da lei estadual

¹ A nomenclatura oficial da construção “Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres” abreviada no *site* da SEEC, utilizamos a partir deste ponto no trabalho, embora existam outras denominações para o mesmo monumento. Somente quando for citação de fonte será respeitada a denominação ali utilizada. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=188>> Acesso em 20 dez.2019

² No *site* do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), encontram-se informações sobre a Unidade de Conservação, as comunidades da ilha, informações aos visitantes e um breve histórico. Disponível em: http://www.iap.pr.gov.br/modules/ucps/aviso.php?codigo=73&codigo_cat=0. Acesso em 20 dez.2019

³ Tombamento SPHAN: Processo nº1 101-T e 1 55-T, Inscrição nº 52. Livro Histórico, fl. 10; e Inscrição nº92. Livro das Belas-Artes, fl. 7. Data: 24/5/1938

⁴ Tombamento estadual: Processo nº39/72. Inscrição nº38. Livro do Tombo Histórico. Data: 01/03/1972

N.º1.211, que basicamente validaram os tombamentos já realizados pelo governo federal.

A construção faz parte do contexto histórico das ocupações estratégicas da Coroa portuguesa na costa sul americana do Atlântico, mais especificamente parte do sistema de defesa implantado pela Capitania de São Paulo, formando um conjunto de fortificações militares desde Santos à Florianópolis, construídas durante a administração do Governador e Capitão-General D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus⁵ (1765 a 1775), como mecanismos específicos de regulação e poder metropolitano na Colônia. Segundo Ezequiel Westphal (2014):

Um dos acontecimentos históricos de relevo (na região) foi a construção da Fortaleza de Paranaguá, na Ilha do Mel, ordenada pela Coroa Portuguesa para proteger a entrada da Barra. Com a anulação do Tratado de Madri em 1750, devido à guerra entre Portugal e Espanha, o governo português busca assegurar seus territórios na construção de fortificações para proteção da costa (WESTPHAL, 2014, p.74).

Partimos da premissa que, como tema para o aprendizado histórico, a Fortaleza N. S. dos Prazeres é pouco explorada na região litorânea, sobretudo do ponto de vista do potencial para a História local⁶ e Educação patrimonial. Embora a Ilha do Mel seja um dos três destinos turísticos mais visitados no Estado do Paraná, inexistente um programa de visitação organizado para esta construção, ou plano de Educação patrimonial para receber o público no local.

Ao propor o estudo sobre fontes históricas da Fortaleza N. S. dos Prazeres e a partir deste tema desenvolver um recurso digital que possa colaborar com o ensino de História, a reflexão inicial foi no sentido de reconhecer que, a epistemologia para a construção deste trabalho, surgiu durante a prática docente nos anos de magistério na escola pública, no conhecimento local para o desenvolvimento do saber histórico escolar e no desejo de contribuir com a valorização deste patrimônio.

⁵ Honra hereditária portuguesa, baseada na transmissão da posse de terras através de um código chamado morgadio, organização familiar onde a linhagem de sucessão possui um conjunto de regras, estatutos e comportamentos a ser seguidos. Disponível em: < <https://sao-paulo.estadao.com.br/blogs/geraldo-nunes/morgado-de-mateus-e-nome-de-rua-e-de-um-titulo-de-nobreza/>>. Acesso em 20 dez.2019

⁶ Segundo Silva (2018, p.17) há quase uma inexistência do ensino de História Regional no Ensino Fundamental II e Ensino Médio na maioria dos colégios do Estado.

Primordialmente, as escolhas teóricas aqui presentes representam o olhar crítico para identificar fracassos e sucessos metodológicos na sala de aula e também fora dela, ao longo da minha trajetória como professor de História. As referências durante a pós-graduação em Tecnologias na Educação forneceram habilidades para que pudesse ampliar as ferramentas disponíveis para o trabalho com a disciplina de formação acadêmica, especialmente com recursos digitais e design gráfico (aplicado nesta dissertação com finalidade instrucional).

Durante a experiência como docente, as aulas de campo evidenciaram as possibilidades e desafios que envolvem a compreensão do passado como parte do aprendizado da disciplina escolar. Surge dessa vivência o desejo e a expectativa materializada no ProfHistória/UFPR de compartilhar a proposição de material didático digital, tanto para professores e alunos, quanto para o público interessado em conhecer um fragmento da História do Paraná⁷ especificamente da Fortaleza N. S. dos Prazeres no século XVIII.

Com um conhecimento consolidado durante as visitas em campo, fico evidenciado que transportar um grupo de adolescentes até a construção não se constituiu em uma tarefa simples. Ao contrário, foi necessário intenso planejamento, precauções, parceria com colaboradores (instituições, pais e educadores), uma complexa rede de relações que o docente precisa articular para ter segurança e tranquilidade para obter resultados positivos como prática docente, sob pena de não conseguir converter esta prática em uma atividade efetiva de aprendizagem, ou seja, a aula de campo tornar-se simplesmente um passeio sem compromisso.

Ao longo de quatro anos (2012/2015) cerca de trezentos e cinquenta alunos tiveram oportunidade de visitar o patrimônio histórico e conhecer o Parque Estadual da Ilha do Mel, por meio de iniciativa que coordenei e desenvolvi, oportunizando para os estudantes uma vivência que foi

⁷ No período objeto de investigação deste trabalho, a região que compreende o atual Estado do Paraná pertencia à Capitania de São Paulo (1765).

transformada em aprendizado histórico⁸. Entretanto não é esta a realidade para a maioria dos professores da Rede Pública do Paraná. A priori, é importante ressaltar, não pretendemos aqui nesta pesquisa propor um estudo sobre Educação patrimonial no monumento, e sim, a partir de uma experiência profissional e da análise das fontes, desenvolver um material didático que apoie o professor no seu trabalho, e que possa estimular os alunos dentro da sala de aula.

FIGURA 1- Fortaleza N. S. dos Prazeres, Ilha do Mel, (2012).



Fonte: acervo do autor. Projeto Memórias CMH.⁹

Revisitando o passado, o significado afetivo e pessoal da construção é ainda anterior a experiência profissional. Surgiu ainda na infância, nas férias de verão compartilhadas com a família na Ilha do Mel, no final da década de 1980. Ouvindo a narrativa dos moradores sobre o “forte”, de antigamente, de tempos dos quais a cronologia parece muito distante; com a inquietação por descobrir sobre o passado ali presente, projetado na construção, com o desejo de ressignificar este tema presente na memória, através da prática docente e neste momento, no trabalho como aluno do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Paraná.

⁸ ⁸Em experiência anterior, na comunidade escolar que pudesse relacionar a memória da instituição, a colaboração e inovação com recursos digitais e o Ensino de História, na perspectiva de aplicar o conhecimento acadêmico ao trabalho efetivo como educador.

⁹ Mais sobre a primeira aula de campo na Ilha do Mel. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cqVYn39AVd0&t=6s>>

Tendo iniciado a carreira no magistério da Rede Pública Estadual do Paraná no ano de 2008, surgiu o primeiro contato em sala com a área de formação¹⁰ acadêmica. Neste momento, a prática tornou-se um imperativo e logo apareceram as primeiras dúvidas metodológicas, questões didáticas e, sobretudo, uma ressignificação acerca do papel do professor de História na construção do conhecimento dos alunos.

Frequentemente essas reflexões provocaram, no decorrer do processo, a necessidade de repensar, refletir e principalmente interagir com novas demandas da sociedade, com um olhar mais humano sobre o outro na forma de ensinar, envolvido com os educandos e suas narrativas, transportando o conjunto das experiências escolares para a própria trajetória pessoal.¹¹

A princípio, a prática com aulas de campo, teve início em 2012, com o objetivo de conhecer e pesquisar a história da Fortaleza N. S. dos Prazeres, envolvendo alunos¹² do Colégio Estadual Prof.^a Maria Helena Teixeira Luciano (CMH), situado no município de Pontal do Paraná (PR). Em investigação preliminar, a visão compartilhada pela maioria dos estudantes foi de que a fortificação serviu como local onde se aprisionavam escravos que se recusavam a trabalhar ou fugiam das senzalas.

Um detalhe interessante observado nessas narrativas foi que, em sua maioria, eles não conheciam o monumento, embora já tivessem visitado a Ilha do Mel em diversas ocasiões, em razão da sua proximidade. E por que não demonstraram interesse em conhecer a construção? A justificativa recorrente foi a distância (cerca de 4 km), e que reforça, de certa forma, uma invisibilidade do patrimônio mesmo dentro da comunidade e das escolas do litoral paranaense.

A metodologia que utilizei na primeira visita foi simples e objetiva, dentro das possibilidades de interação que o espaço oferece, baseada no contato que o local proporciona como um espaço de memória e registro das principais

¹⁰ Licenciado em História pela Universidade Estadual do Paraná, campus Paranaguá/PR (2007).

¹¹ Cabe aqui salientar o papel do Professor F. Wistuba Junior, titular da disciplina de História do Paraná durante a graduação na UNESPAR, sua prática docente e metodologias em campo sempre serão referenciais importantes na construção e trajetória profissional na Educação.

¹² Quarenta (40) alunos do 1º ano do Ensino Médio por Blocos, em maio de 2012. Material com relato das atividades. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cqVYn39AVd0&t=19s>

questões de natureza histórica (ou ambiental) levantadas durante a permanência. A interpretação baseada na observação é um ponto fundamental para a atividade cognitiva do aluno.

Para atingir o caráter educativo de uma atividade externa como a visita a um museu ¹³(...) é necessário entender os objetivos propostos pelas atividades que serão então desenvolvidas, propiciando dessa forma não apenas uma visita, mas a busca de novas interpretações para o mesmo (BRODBECK, 2012, p.51).

Retornando à escola, organizei grupos para pesquisar fontes que respondessem, ou não, as dúvidas levantadas durante a atividade em campo. O resultado apresentado em classe, por meio de Seminário de Pesquisa, deu início a outro projeto de Ensino de História em lugares considerados relevantes patrimônios¹⁴ do litoral paranaense, com apoio do Núcleo Regional de Educação e órgãos públicos, o Grupo de Estudos do Patrimônio (GEP).

No segundo semestre de 2012, o projeto passa a fazer parte do Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI¹⁵) vinculado ao Ministério da Educação (MEC) com encontros semanais no contra turno escolar, as atividades foram incluídas em um campo de concentração do programa que visava desenvolver, entre os alunos, habilidades como investigação científica e protagonismo juvenil.

Neste espaço os temas relacionados ao aprendizado histórico foram ampliados, desenvolvendo maior complexidade com o apoio de instituições¹⁶ que viabilizaram a organização de um roteiro de aulas de campo aos locais¹⁷

¹³ A Fortaleza não se constitui exatamente como um museu, e sim como uma construção tombada pelo Governo Federal, embora sua função educativa seja semelhante.

¹⁴ O conceito de Patrimônio foi ampliado, não apenas aos monumentos do patrimônio histórico, mas também na perspectiva ambiental, representando o que os alunos consideravam um bem comum, um patrimônio da sociedade.

¹⁵ O Programa Ensino Médio Inovador – PROEMI foi instituído pela Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009, no contexto da implementação das ações voltadas ao Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, Ministério da Educação, Governo Federal.

¹⁶ Universidade Federal do Paraná Setor Litoral (UFPR Litoral), Núcleo Regional de Educação de Paranaguá e Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná (PMPPR).

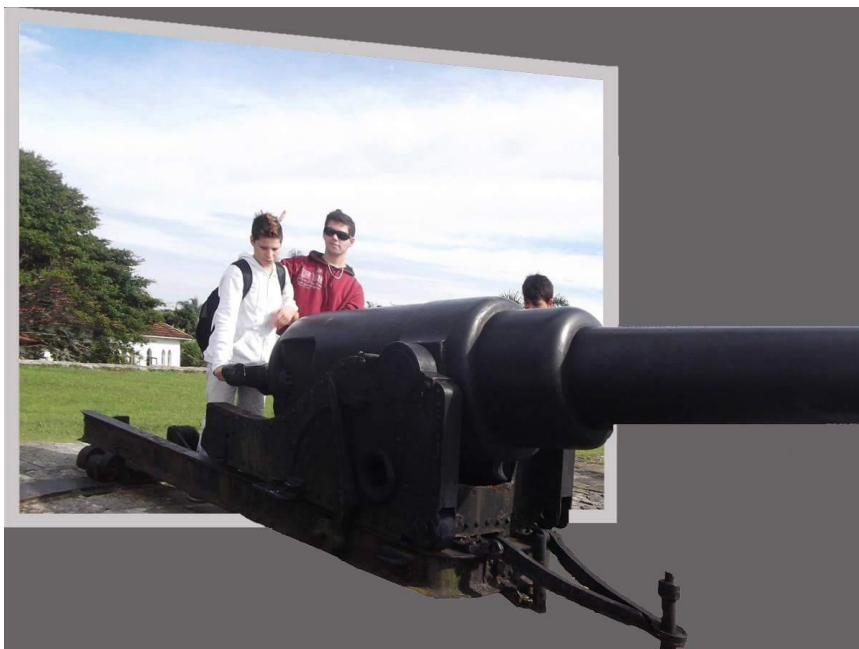
¹⁷ Entre os locais de interesse especial, a Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba; Colégio dos Jesuítas (Museu de Arqueologia e Etnologia/UFPR) Paranaguá; Reserva Natural do Salto Morato (Guaraqueçaba); Baía de Guaratuba; Centro Histórico de Antonina; Morretes e Rio Cubatão (Nhundiaquara); além do Sambaqui do Guaraguaçu (Pontal do Paraná) e a Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres (Ilha do Mel) todos localizados no Litoral do Estado do Paraná.

de interesse especial selecionados pelo grupo, entre outras atividades desenvolvidas no curso do PROEMI.

A Fortaleza N. S. dos Prazeres foi escolhida pelos alunos que participaram do primeiro encontro ao monumento como um local com grande possibilidade para organizar uma interação entre alunos de diferentes séries, envolvendo conhecimento histórico e ambiental através de ação denominada por eles como Caça ao Tesouro na Fortaleza - Grupo de Estudos do Patrimônio, 2013¹⁸. Esta experiência envolveu estudantes do Ensino Médio no planejamento e execução de dinâmica integrando colegas de séries diferentes, através de uma metodologia ativa, articulada ao Ensino de História, sem necessariamente estar ancorada em tecnologias ou recursos inovadores.

Mas por que os alunos deveriam aprender sobre patrimônio local e isso representaria um processo importante na sua formação? A experiência com aulas de campo¹⁹ realizada com alunos da escola pública se consolidou como espaço diferenciado no ensino de História e demonstrou ser muito positiva.

FIGURA 2: Alunos observando a artilharia da fortificação na atividade em campo (2012).



FONTE: Acervo do autor. Projeto Memórias CMH

¹⁹ Entre 2012 e 2015, 464 alunos de 8º e 9º ano e das três séries do Ensino Médio participaram da atividade, com seis encontros no local, um a cada semestre, no período Colégio adotava o Ensino Médio por Blocos até o fim desta organização instituída no âmbito da escola pública.

Por despertar um novo olhar sobre a disciplina escolar, para além dos limites da sala de aula, os estudantes tiveram oportunidade de se apropriar do conhecimento acerca do passado em um modelo não formal e conseguiram se envolver mais significativamente, como protagonistas do seu saber histórico²⁰. Para Oriá Fernandes (1995):

O recurso às fontes locais (arquivos, museus, bibliotecas, monumento, história oral) permite familiarizar o aluno com o método de pesquisa, possibilitando-lhe o exercício da produção do conhecimento histórico ...além de sensibilizá-lo acerca de preservação do patrimônio histórico e cultural de sua comunidade, numa proposta de educação patrimonial (p.47-48).

Em universo mais abrangente, a relevância da temática como potencial para o ensino de História pode se perder, sem maior pertinência no contexto da historiografia paranaense. Todavia, a Fortaleza N. S. dos Prazeres demonstra ser um espaço possível e muito fértil para a construção do conhecimento histórico, pela aproximação com o universo do aluno, pela identificação de que, no seu espaço de vivência existe um bem tombado que lhe permite compreender melhor acerca do passado, e isso possivelmente torna-se um diferencial no seu processo de aprendizagem.

O estudo da história da Fortaleza também pode ser importante para alunos que não são dessa região, na medida que este espaço é representativo das estruturas de poder metropolitano no Brasil colonial, especificamente das relações presentes entre os poderes locais, representados pela população e instituições como a Câmara de Paranaguá, e os representantes da administração portuguesa, notoriamente D. Luís Antônio Botelho Mourão e seu homem de confiança na Capitania de São Paulo, Afonso Botelho.

Como a escola é um espaço de construção, mas também de desconstrução, de rupturas e descontinuidades, em dezembro de 2015 encerrou-se o vínculo da escola com o programa federal (PROEMI). As

²⁰ O Projeto Memórias, atividade desenvolvida na escola inicialmente como trabalho voluntário, utilizou Tecnologias de Informação e Comunicação no Ensino de História utilizando metodologia ativas neste processo. O projeto foi vencedor na categoria “Aprendizagem Colaborativa” em 2012 do setor de Educação da Microsoft Brasil e representou o país, ao lado de outros brasileiros, no Fórum Global da empresa em Praga na República Checa no mesmo ano. Disponível em: <https://projetomemoriascmh.wordpress.com/2013/03/17/brasil-meeting-global-forum-partners-in-learning-2012-praga-republica-tcheca/> Acesso em: 18 dez.2019

atividades do contra turno deixaram de ser oferecidas à comunidade, assim como teve fim na instituição escolar o Ensino Médio por Blocos Semestrais, que contribuía significativamente na organização metodológica da disciplina, dos alunos, e conseqüentemente ocasionou o fim das visitas em campo e dos encontros no período diferenciado. Este momento coincide com uma ruptura na gestão da escola pública do Paraná, especialmente após a greve dos educadores no primeiro semestre daquele ano.²¹

Nos anos que se seguiram, como aulas de campo foram ofertadas, vivenciei certa cobrança, um pedido, quase um desejo manifestado por parte dos alunos que chegaram ao Ensino Médio, para conhecer a Fortaleza da Ilha do Mel, motivados pelas narrativas dos colegas que já haviam passado por esta experiência e consideravam como um direito, justiça, que para eles fosse oferecida a mesma oportunidade e havia contrariedade, decepção quando lhes foi informado os motivos que limitavam o planejamento da atividade.

Observando essa descontinuidade, planejamos uma aula utilizando fontes escritas e recursos audiovisuais sobre a Fortaleza N. S. dos Prazeres para trabalhar na sala de aula, tendo como objetivo aproximar os alunos da temática, através de uma dinâmica de grupos, construir o conhecimento coletivamente apoiado na aprendizagem colaborativa.

Outra consideração, baseada no que observamos da atividade na escola: os adolescentes demonstraram muita disposição para jogos digitais e redes sociais. Entretanto, acompanhados pela mediação do docente, existe possibilidade de seu interesse e conhecimento para recursos educacionais se desenvolverem.

O resultado deste processo apontou na seguinte direção: parte dos educandos, que utilizaram recursos digitais para conhecimento colaborativo dentro da disciplina, considerava essa metodologia uma forma diferenciada no

²¹ Entre várias notícias em jornais e portais de conteúdo sobre o fato, ver REPÚDIO à violência praticada contra os/as professores/as no dia 29 de abril de 2015. Manifesto publicado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Curitiba (COMTIBA). Disponível em : < <https://fas.curitiba.pr.gov.br/baixarMultimidia.aspx?id=9054>> Acesso em 18 jan.2020

seu aprendizado. E por que não criar um *app*²², professor? Esta foi uma possibilidade sugerida como uma ferramenta que poderia mobilizá-los, de forma mais interativa, por dialogar com seu universo, sua linguagem, proporcionar protagonismo e estímulo à criação e a autoria digital.

Ao seu término, neste trabalho oferecemos uma contribuição para o saber histórico e suas possibilidades dentro da disciplina escolar, por meio de material digital que incentive os alunos à compreensão e à pesquisa de fontes históricas sobre seu bairro, distrito, cidade ou área rural, região, até mesmo em sua família e comunidade; no caso desta dissertação, esta ferramenta refere-se à Fortaleza N. S. dos Prazeres no século XVIII, como fragmento da História local.

A proposta para produção dos resultados neste formato visa contribuir para ampliar o acesso e circulação deste conteúdo mesmo além da disciplina formal. Além de oferecer uma ferramenta educacional para docentes, o uso de TDICs no material sobre esta fortificação, pode ser de interesse para o público em geral. Como pressuposto para além de práticas metodológicas para o ensino, a relevância e importância desta construção na História do Paraná pode contribuir positivamente como temática local na aprendizagem histórica dos estudantes.

Nesta dissertação analisamos a história da Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres (Ilha do Mel, Paranaguá/PR) ao longo do século XVIII, com o desenvolvimento de um aplicativo. No contexto abordado, contemplamos a pirataria da região da Baía de Paranaguá (1718 e 1734), a participação de Paranaguá e seu corpo militar na guerra contra os castelhanos no Sul (1763-1777) e a construção da Fortaleza (1767-1769)

Além disso, a questão que apresentamos como problematização em primeira instância e está na origem desta pesquisa, é em que medida o professor pode desenvolver o encaminhamento metodológico utilizando este patrimônio histórico como ponto de partida de conteúdos básicos da disciplina de História? De que forma o educador pode contextualizar o monumento dentro

²² Aplicação móvel ou **aplicativo** móvel, conhecida normalmente por seu nome abreviado *app*, é um software desenvolvido para ser instalado em um dispositivo eletrônico móvel.

da História local e transformá-lo em uma experiência concreta de aprendizagem histórica?

Desde já acreditamos na importância da interação (física ou virtual) dos educandos com espaços como a fortaleza, museus, parques naturais, praças, prédios públicos para o melhor desenvolvimento do seu processo cognitivo. Avaliamos positivamente que a História local e patrimônio histórico podem ser utilizados como escolhas didáticas para atingir os objetivos estruturantes, básicos e específicos presentes dentro das Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio.

O recorte temporal desta pesquisa foi dividido em duas fases: na primeira foram levantadas fontes relativas à pirataria na Baía de Paranaguá entre 1718 e 1734, e no segundo os documentos pertinentes à participação de Paranaguá e seu corpo militar na guerra contra os castelhanos no Sul entre 1763 a 1777. Destacamos os documentos relatando a presença de Afonso Botelho e a construção da edificação militar na Ilha do Mel a partir de 1767. As cópias destas fontes estarão disponíveis em pastas compartilhadas na nuvem (*googledrive*), que podem ser acessadas pelo público.

José Augusto Leandro (2003, p.6) afirma existir um excesso de produção na historiografia paranaense sobre o período republicano em contraposição à carência de estudos sobre a época imperial e colonial. Outra lacuna observada pelo autor na História do Paraná refere-se à questão espacial.

O espaço e o mundo do trabalho que se constituíram na sociedade litorânea paranaense infelizmente têm recebido pouca atenção por parte dos historiadores. A escrita da história do Paraná é nitidamente marcada por temas com recortes preferenciais sobre variados aspectos da cidade de Curitiba no século XX, e, para o século XIX, incluíram-se também no repertório temático das pesquisas muitos estudos sobre colônias de imigrantes que se instalaram nas proximidades da capital da Província (LEANDRO, 2003, p.5)

A escolha por este recorte da pesquisa no século XVIII, localizada entre 1718 e 1775 reflete a concepção compartilhada por André Cavazzani (2013).

As balizas temporais que delimitam o campo das análises aqui propostas não foram uma escolha aleatória. Levou-se em conta o fato de que: diante da produção historiográfica acerca dos

processos de transferência populacional portuguesa para o Brasil, o período que compreende a transição do século XVIII para o XIX permanece como sendo um dos menos explorados. O contexto geográfico – a Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá – também não foi eleito casualmente. Em primeiro lugar havia um dado bastante prático: Paranaguá notabilizou-se por ser uma das vilas “paulistas” que mais receberam portugueses entre a população autóctone (CAVAZZANI, 2013, p.11).

O mesmo autor nos oferece uma importante contribuição acerca das relações coloniais que se estabeleciam, sem consentimento metropolitano. O historiador procura superar, em sua pesquisa, os estudos que apresentam, segundo ele “uma acepção binária das relações metrópole-colônia, em favor de um enfoque mais ampliado do passado colonial”.

o (des) apego da imagem da colônia em luta com a metrópole, deu mote a estudos que trouxeram a lume outra dimensão acerca das relações entre esses dois espaços. Estas supõem: a existência de inter-relacionamentos atlânticos; a importância de linhas comerciais entre diversas colônias cujas funções extrapolavam a mera troca de mercadorias, muitas vezes feitas sem a mediação da Coroa; o papel do comércio intracolônial, como mecanismo de acumulação endógena; o peso da transposição dos valores do Antigo Regime português para boa parte de seus domínios, apesar da inexistência de um plano geral a orientar a expansão portuguesa, entre outros (CAVAZZANI, 2013, p.7-8) .

Entendemos aqui que essas relações de poder intracolônial também estiveram presentes no momento da efetiva construção da fortificação, bem como nas disputas entre reinos europeus e seus interesses no sul da América. Portanto, a Fortaleza N. S. dos Prazeres é uma construção militar representativa desta temporalidade e reflete as tensões do século XVIII deste espaço geográfico, sobretudo, dentro de um modelo de defesa característico do período. A partir deste tema, é possível conectar, por exemplo, as questões de tratados e limites entre territórios de Portugal e Espanha ao longo da História e como a administração metropolitana no Brasil colonial se fez presente no nosso Estado.

Como espaço para a educação patrimonial, a fortificação protegida pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional é ímpar. Justamente por abrigar diversas temporalidades presentes no mesmo espaço de memória, o local poderia representar um espaço museológico para públicos de diferentes faixas etárias,

através de uma ação educativa coordenada que despertasse a sensibilidade da população para a importância do seu patrimônio histórico e cultural.

Uma crítica necessária no debate sobre ensino de História, no que diz respeito aos desafios referentes as aulas de campo e à Educação Patrimonial, subdimensionada por diferentes fatores, que limitam uma experiência mais concreta dos alunos em monumentos, museus e locais históricos do Paraná.

A escola deveria se conectar aos espaços de sociabilidade existentes no contexto local com maior profundidade, como proposta pedagógica de gestão escolar; e incentivar sua comunidade escolar a vivenciar o aprendizado fora dos muros e paredes da instituição de ensino, não apenas em uma disciplina, mas inseridos em um planejamento que invista nesta ação educativa, como estratégia para melhorar a motivação dos discentes pelos estudos, evitar o abandono e evasão escolar.

Sobre a questão do ensino de História, uma reflexão importante que nos conduziu nesta dissertação, diz respeito aos desafios da produção do saber histórico escolar e as possibilidades referentes à História local dentro dos currículos escolares. A abordagem do tema utiliza como base as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná (DCE's), de 2008, ainda vigentes²³.

A escolha deste documento como norteador do embasamento legal necessariamente está ligada à prática docente na escola pública e pôr o considerarmos como um referencial importante historicamente na construção coletiva, mais do que uma instrução, constitui um sentido, uma direção proposta pelos educadores do Paraná.

professores enriqueceram as discussões sobre teoria e ensino da sua disciplina, fizeram leituras críticas das diversas versões preliminares das DCE enviadas às escolas nas semanas pedagógicas e enviaram seus pareceres para que os textos pudessem ser aprimorados (PARANÁ, 2008, p.6).

A Diretriz Estadual para a disciplina de História prioriza o ensino em todos os níveis a partir da história local e regional, neste contexto o objeto de

²³ Com a aprovação da BNCC para o Ensino Médio em 2018 pelo Conselho Nacional de Educação, o Estado do Paraná ainda busca estabelecer tais diretrizes curriculares propostas pelo documento para este nível do ensino básico na rede estadual.

estudo permite que o professor explore diferentes conteúdos, fontes e atividades que estejam previstos no plano curricular específico:

estudar a História do Brasil e as histórias locais relacionadas à mundial, entendendo-a para além da História europeia, permite questionar com o estudante as ideias históricas permeadas de preconceitos que são difundidas pelos meios de comunicação de massa. A partir da valorização de novas narrativas históricas é possível construir ideias históricas sistematizadas em um diálogo cognitivo com o Outro (PARANÁ, 2008, p.75).

Ainda, lembramos a Lei n.º13.381/2001, que tornou obrigatório, no Ensino Básico da Rede Pública Estadual, os conteúdos de História do Paraná, que muitas vezes por não aparecerem nos livros didáticos²⁴, de distribuição nacional, são subdimensionadas dentro da área de ensino. A questão assertiva, para além da legislação, que é discutível, é a possibilidade de despertar no educando outro olhar histórico sobre sua região, sua cidade ou comunidade (como as da Ilha do Mel), portanto, mais próximas da sua vivência e visão de mundo. Neste sentido, a proposta de material temático que aqui apresentamos contém fontes, mapas e imagens interativas além de sugestões de leituras complementares para professores e alunos do Ensino Médio, tornando-os disponíveis para consulta, inclusive ao público interessado no Paraná do século XVIII.

A base de dados que utilizamos como fonte desta pesquisa é composta, principalmente, pelo acervo da Biblioteca Digital da UNESP que fazem parte da série “Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo ”²⁵ em que se encontra documentação oficial transcrita e digitalizada da Capitania de São Paulo²⁶, disponível para consulta *online*.

Justificamos a escolha por este acervo digital por um problema decorrente da pesquisa *in loco* no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP): a dificuldade em interpretar e transcrever documentos originais do

²⁴ Exceção ao Caderno Pedagógico de História do Paraná: Representações, Memórias e Identidades, material publicado pela SEED - Governo do Paraná (2008), com conteúdo como a Emancipação Política do Paraná, a ocupação dos povos indígenas e afrodescendentes.

²⁵ Coleção de documentos manuscritos do final do século XVII início do XIX e a maioria do século XVIII foram transcritos por uma equipe de paleógrafos coordenada por Antônio de Toledo Piza em 1894, quando foi diretor do Arquivo do Estado de São Paulo (APESP). Disponível em: <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/57>>. Acesso em 12 set.2018

²⁶ O atual território do Paraná pertencia à Capitania de São Paulo foi formada com a união das capitanias de São Vicente e de Santo Amaro em 1709.

século XVIII, nos quais a grafia e o vocabulário oficial constituíram-se em um desafio que os textos transcritos e digitalizados pela instituição paulista solucionaram oferecendo subsídios importantes para esta investigação. Estes documentos são formados por cartas oficiais entre autoridades da Capitania, além de cartas régias da coroa portuguesa para seus súditos no Brasil, fontes desta pesquisa (Tabelas 1, 2 e 3).

Tabela 1²⁷- Documentos pertinentes à História do Paraná 1574 a 1808. Coleção da Torre do Tombo – Lisboa, Portugal

Pasta	Ano	Doc.	Página	Assunto
6	1768	397	133	Fortaleza de Paranaguá
7	1776	416	113 a 114	Fortaleza de Paranaguá
8	1771	445	21 a 22	Fortaleza de Paranaguá
7	1776	417	115 a 117	Fortaleza de Paranaguá
7	1776	415	110 a 112	Fortaleza de Paranaguá
7	1776	418	118 a 124	Fortaleza de Paranaguá (inspeção)
6	1765	375	75 a 77	Fortaleza de Paranaguá - Ilha do Mel
6	1768	398	134 a 136	Fortaleza de Paranaguá – Afonso Botelho
3	1768	163	53 a 56	Fortaleza de Paranaguá – Construção
3	1763	159	43 a 44	Fortaleza de Paranaguá – Fortificação
9	1776	579	129 a 131	Fortaleza de Paranaguá – Petrechos
6	1765	370	55 a 58	Militária – Fortificações – litoral paulista
9	1733	564	98 a 99	Navio Pirata
8	1724	509	156	Navio Pirata
8	1722	506	137 a 138	Navio Pirata
8	1720	507	139 a 143	Navio Pirata
10	1731	657	121 a 122	Navio Pirata
8	1723	510	157	Navio Pirata
5	1726	352	150	Navio Pirata
9	1732	565	100	Navio Pirata
9	1731	563	97	Navio Pirata
9	1732	562	94 a 96	Navio Pirata
9	1734	561	93	Navio Pirata
9	1734	566	101 a 102	Navio Pirata
8	1722	505	135 a 136	Navio Pirata
8	1733	435	7	Navio Pirata
9	1733	567	103	Navio Pirata
9	1733	569	108 a 109	Navio pirata
9	1733	568	104 a 107	Navio Pirata – relação de objetos
8	1733	436	8	Navio Pirata – relação de objetos encontrados
8	1720	508	144 a 155	Navios franceses em Paranaguá
4	1733	231	1 a 2	Santos – Fortaleza de Santos

²⁷ Disponíveis para consulta no site do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR) <http://www.ihgpr.org.br/index.php?pagina=documentos&subpagina=1>

3	1732	230	216 a 217	Santos – Fortalezas de São Paulo
6	1767	387	114	Paranaguá – Imposto

Tabela 2²⁸- Documentos (copiados) pertinentes à História do Paraná, dos volumes publicados pela Biblioteca Nacional como "DOCUMENTOS HISTÓRICOS" de 1674 a 1725 (1ª fase) – A ameaça pirata e a proteção da Vila de Paranaguá

Data	Volume	Página	Assunto
1674-28/11	VI	289	Ao Provedor de S. Vicente sobre segurança das minas de Paranaguá, com fortificações no litoral.
1710-06/11	I	35	Carta do Rei ao Governador de Santos para que guarneça Paranaguá, de piratas, onde há ouro
1733-29/08	I	226	Sobre incorporação à fazenda real o que se retirou do Navio Pirata que se perdeu em Paranaguá.
1748-29/01	XCIV	135	Conselho Ultramarino – referências à Comarca de Paranaguá (ainda, às páginas 147, 157 e 203).
1722-22/05	XVIII	60	Carta Régia oferecendo metade da riqueza contida em navio pirata naufragado em Paranaguá, para quem retirar a riqueza do fundo do mar. (Vide também Cartas Régias, às p. 82 e 167. – Ainda no vol. XX - p. 148; no vol. XXIV - p. 90; no vol. XXXII – pág. 72 e 161; no vol. XL – p. 67, e 180 sobre J.R. Valle; Vol. XLIX – p. 237).
1725-12/11	XIII	75	Regimento ao Ouvidor de Paranaguá, sobre: navio pirata, ouro em pó, sesmarias, terças...

Tabela 3 - Documentos (copiados) pertinentes à História do Paraná, dos volumes publicados pela Biblioteca Nacional como "DOCUMENTOS HISTÓRICOS" de 1766 a 1775 (2ª fase) – Affonso Botelho e a construção da Fortaleza

Data	Volume	Página	Assunto
1766-03/03	LXV	52	Portaria para mandar a Paranaguá pólvora e balas (ver p. 54).
1766-10/12	LXV	118/120	Affonso Botelho de S. Payo e Souza (alferes) nomeado Ajudante de Ordens, e principiar a Fortaleza de Paranaguá. (Ver páginas 122, 146/147, 202, 205, 208, 209, 239, 241 e 302).
1766-10/12	LXVII	13	Da vinda de Affonso Botelho, como Ajudante, a Paranaguá.
1766-10/12	LXXIII	59	Descrição dos limites e jurisdições da Capitania de SP. -5º-
1767-01/06	LXVII	154	Assuntos militares – para Affonso Botelho, em

²⁸ (Tabelas 2, 3 e 4) Documentos disponíveis para consulta no site do IHGPR

<http://www.ihgpr.org.br/index.php?pagina=documentos&subpagina=2>

A coleção pertencente ao IHGPR (ainda incompleta) vai do volume I ao CX, encadernados em 105 tomos. Os volumes faltantes são: CII, CIII, CIV, CV e CIX (nota do Diretor de Pesquisa)

			Paranaguá
1767-02/04	LXV	146/147	Affonso Botelho nomeado Inspetor das tropas da Comarca de Paranaguá
1767-02/04	LXVII	98/102	Sobre ser, a Fortaleza de Paranaguá, no Morro da Baleia.
1767-02/04	LXVII	103/106	Sobre fundação de vilas na Comarca de Paranaguá
1767-02/08	XXIII	213	Queixa, ao Vice Rei, contra a Câmara de Paranaguá.
1767-03/07	XXIII	173	Considerações sobre a guerra no Rio Grande do Sul.
1767-05/07	XXIII	196/201	Ordens "militares" às câmaras de Curitiba e Paranaguá e ao comandante de Paranaguá
1767-15/01	LXVII	44/48	Resposta das informações dadas por Affonso Botelho, de como estava Paranaguá.
1767-31/03	LXVII	92	À Câmara de Paranaguá sobre o privilégio dos militares
1767-31/03	LXVII	93	Sobre nomeação de Capitão mor para Paranaguá
1767-31/03	LXVII	95	Sobre jurisdições Militares e Civis - Comarca de Paranaguá. (Vide pág. 142, 143 e 148).
1767-31/03	LXVII	96	Sobre ajuda voluntária para a obra da Fortaleza de Paranaguá
1768-24/07	XIX	162	Sobre planta da fortaleza da Ilha do Mel
1768-04/07	XIX	147	Advertência sobre Mapa (do hodierno Estado do Paraná)
1769-13/01	XCII	19	Que a câmara de Parnaguá contribua para as obras da Fortaleza.
1769-16/06	XCII	43/45	Carta e certidão sobre ouro e novo imposto em Paranaguá
1769-17/04	XCII	27/28	Sobre colocação de uma pedra lavrada, pela inauguração da Fortaleza de Paranaguá, e dizeres. (Vide p. 42 e 152).
1770-14/02	XIX	435	Informação sobre a Fortaleza de Paranaguá
1772-15/02	XXXIII	47	Portaria que manda pagar despesas das obras da Fortaleza de Paranaguá
1775-04/10	LXXXIV	41	Para o alferes Marzagão entregar o comando da Fortaleza de Paranaguá a Joaquim Coelho da Luz
1775-31/08	LXXXIV*	33	Ao Comand. da Fortaleza para não vexar os moradores da Ilha
1775-31/08	LXXXIV	33	Para o comandante da fortaleza de Paranaguá não vexar mais os moradores da Ilha do Mel e libertar índios

Outras obras pesquisadas na *Estante Paranista* da Biblioteca Pública do Paraná (BPP) e arquivos do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR) constituíram contribuições importantes na construção desta dissertação, bem como em acervos físicos de instituições como o Museu Paranaense (MUPA),

Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá (MAE/UFPR), Biblioteca da 10ª Seção Regional do IPHAN/PR e da biblioteca localizada dentro da própria Fortaleza N. S dos Prazeres. O levantamento das fontes bibliográficas investigadas nestes espaços inclui obras da historiografia paranaense sobre o tema, relatórios técnicos do tombamento desde 1938, encartes institucionais do IPHAN e referências importantes sobre a vila de Paranaguá no período.

Acrescentamos a busca por fontes iconográficas e bibliografias de apoio localizadas em arquivos digitais da Biblioteca Nacional Digital do Brasil, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa, Portugal), *Biblioteca Nacional de España*, *Bibliothèque Nationale de France* e Repositório Digital Institucional (RDI/UFPR), Biblioteca de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo (USP) e Portal institucional do IPHAN (Governo Federal) com a finalidade de enriquecer o aspecto visual do material de aplicação.

Outrossim, entre obras de cronistas e historiadores paranaenses destacamos *Memória histórica da cidade de Paranaguá e seu município* (VIEIRA DOS SANTOS, 1850), *Afonso Botelho e a história da Fortaleza da Barra de Paranaguá; A História do incidente Cormorant* (CARNEIRO, 1950) e mais recentemente, *Espiraís do tempo: bens tombados no Paraná* (PARANÁ, 2006), referências bibliográficas especialmente pertinentes ao contexto histórico da construção da fortificação. Além dos autores anteriormente citados, outras fontes, livros, publicações e artigos acadêmicos foram acrescentados aqui no sentido de enriquecer as discussões referentes ao tema.

Mais especificamente sobre a Fortaleza N. S. dos Prazeres, a narrativa mais ampla e publicizada²⁹ está concentrada em torno do incidente com o cruzador inglês *Cormorant* no século XIX (VIEIRA DOS SANTOS, 1850; SOUZA, 1885; WESTPHALEN, 1976; STECA e FLORES, 2002; SEEC, 2006) enquanto registramos uma escassez de estudos e publicações sobre o contexto histórico que motivou esta construção militar no século XVIII, especialmente as disputas entre a Câmara de Paranaguá e o Governador da Capitania de São Paulo, o Morgado de Mateus.

²⁹ Material sobre o Incidente publicado no jornal Gazeta do Povo em fevereiro de 2009. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/tiros-de-canha-na-ilha-do-mel-bg6ybz3czupdkzasiac83ouha/> Acesso em 30 out. 2018

FIGURA 3: "Ilha do Mel" – óleo sobre tela.29 x 48 Autor: Alfred Andersen (1912).³⁰



FONTE: Licença: Domínio Público (Autor falecido há mais de 70 anos).³¹

As leituras e pressupostos de Marc Bloch (2002) sobre o trabalho do historiador e o uso das fontes históricas foram amplamente utilizados neste trabalho para análise do material descrito. Em *Apologia da História ou O Ofício de historiador* (2001)³², suas inferências sobre a postura do historiador ao questionar as fontes, contribuíram com a problematização do objeto, dos limites do trabalho investigativo e das tensões históricas implícitas nos documentos. Segundo ele, quando o pesquisador em História trabalha com fontes, suas observações e interpretações são influenciadas pelo presente.

A mesma postura crítica escorregava para a análise dos documentos, que deixavam de representar fontes inoculadas e por si só verdadeiras. "Documentos são vestígios", contrapondo-se à uma visão positivista que definia o passado como um dado rígido, que ninguém altera ou modifica. Longe dessa postura mais ontológica e retificadora, para o historiador o passado era uma "estrutura em progresso (BLOCH, 2001, p.71)

Neste trecho, o autor analisa a necessidade de questionar as fontes:

³⁰ A tela do pintor norueguês radicado no Paraná é uma das obras artísticas mais representativas sobre o tema na arte paranaense

³¹ Disponível em: < http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=433 > Acesso em 23 jul.2018

³² Título original: *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*. Tradução da edição francesa publicada em 1997 por Armand Colin (Paris, França). Edição brasileira, 2002: Jorge Zahar Editor

Pois os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los (...) Em outros termos, toda investigação histórica supõe, desde seus primeiros passos, que a busca tenha uma direção (...) (BLOCH, 2001. p. 79).

Dessa forma, o profissional da História, a partir de outros elementos, textuais ou não, dentro de um contexto, procura compreender o significado da fonte, que representações de mundo estão nela inseridas, as condições que envolveram sua produção. Nesse sentido, toda fonte é um artefato culturalmente construído, carregada de intencionalidade pelo grupo que a originou.

Do mesmo modo, uma observação sobre o trabalho do historiador com as fontes, a partir da Nova História, estabelece a perspectiva de representações, de como os documentos são constituídos por relações sociais, como construções materiais e culturais, produzidas pelo homem. Foram estabelecidas dentro das relações de poder e de interesse próprios, que para o historiador são por vezes imperceptíveis no seu ofício, mas que ele deve buscar compreender.

Selecionar suas fontes constitui um dos grandes desafios no *métier* do pesquisador: “reunir os documentos que estima necessários é uma das tarefas mais difíceis do historiador. De fato, ele não conseguiria realizá-la sem a ajuda de guias diversos: inventários de arquivos ou de bibliotecas, catálogos de museus, repertórios bibliográficos de toda sorte” (BLOCH, 2001, p.82).

Neste sentido, um documento em si não constitui as múltiplas perspectivas, todas as discussões históricas, mas está inserido em uma ampla gama de relações sociais. Segundo Bloch, “mesmo o mais claro e complacente dos documentos não fala senão quando se sabe interrogá-lo. É a pergunta que fazemos que condiciona a análise e, no limite, eleva ou diminui a importância de um texto retirado de um momento afastado” (2001, p.5).

Entendemos aqui, que estes cuidados devem permear o trabalho de pesquisa do historiador, e buscamos aplicá-los nesta dissertação. Também, devem constituir um princípio no trabalho com as fontes no âmbito escolar, e inclusive na abordagem do conteúdo na disciplina de História. Considerando

que as fontes não foram produzidas com finalidade didática, elas podem ser utilizadas para este fim. Deste modo, desde que considerem o desenvolvimento cognitivo envolvido no processo de ensino e aprendizagem, podemos convertê-las em instrumentos para auxiliar na compreensão do passado e de suas relações com o presente, permitindo que os alunos possam observar as lacunas, as discontinuidades e, sobretudo as relações de poder que envolvem a construção da História.

Após a sistematização das fontes, do levantamento da produção historiográfica e organização do material disponível, foi definida a estrutura e o *design instrucional*³³ da ferramenta digital. As escolhas metodológicas presentes nos próximos capítulos representam o compromisso com o Ensino de História, a escola pública e a identidade do autor no percurso da construção intelectual de cada parágrafo, cada palavra escrita no decorrer desta dissertação. Da soma destas etapas, resultou a organização desta dissertação.

Inicialmente, no capítulo um debatemos três conceitos norteadores da construção teórica e metodológica desta pesquisa: História local (FERNANDES, 1995; SCHMIDT, 2007; GERMINARI, 2014), seus desafios no ensino de História. A formação da consciência histórica (SCHMIDT e GARCIA, 2005; RÜSEN, 2011; SANTOS, 2014) no diálogo com o ensino e códigos disciplinares da cultura escolar. Finalmente abordamos as possibilidades pedagógicas que as tecnologias digitais de informação e comunicação apresentam ao processo de ensino e, especialmente no aprendizado da disciplina.

A seguir, no capítulo dois detalhamos a história da Fortaleza N. S. dos Prazeres e suas possibilidades como tema para o ensino de História, destacando o processo de administração na América portuguesa, notadamente a defesa em seu conjunto de fortificações desde o início do século XVI até o restabelecimento da Capitania de São Paulo, em 1765. Contextualizamos a

³³ Design instrucional é um termo utilizado na área de Educomunicação, principalmente na modalidade de Ensino a Distância, diz respeito à engenharia pedagógica. Trata-se de um conjunto de técnicas, métodos e recursos que podem ser utilizados em um processo de aprendizagem do aluno, como plataformas digitais de estudo, conhecidas como Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Disponível em: <https://www.edools.com/design-instrucional/> Acesso em 20 out.2018

situação da Vila de Paranaguá nos séculos XVII-XVIII, e o registro de pirataria³⁴ nas águas da sua baía. Apresentamos um panorama das disputas pelos territórios no sul da Colônia entre portugueses e espanhóis a partir de tratados de limites e fronteiras em comum e como a construção na Ilha do Mel está inserida neste contexto regional de políticas de Estado português, nessa época.

Por fim, no terceiro e último capítulo, descrevemos o processo de construção da ferramenta digital de aprendizagem, aplicativo para dispositivos móveis como recurso digital de aprendizagem no ensino de História, detalhando o processo de desenvolvimento pedagógico do material e seus objetos, criados para fornecer subsídios para o trabalho do professor, contendo unidades temáticas e respectivas fontes escritas, iconográficas, sugestões de leituras complementares e sequência didática para o Ensino Médio.

³⁴ Segundo a definição do Museu Nacional da Marinha inglesa (The National Museum of the Royal Navy), piratas são ladrões do mar que atacam outros navios e roubam seus bens e eventualmente capturavam o navio atacado. A pirataria teve seu auge entre 1620 e 1720, chamado de “idade de ouro” da pirataria. Havia diferentes tipos de piratas que incluía corsários flibusteiros e bucaneiros. Disponível em: <<https://www.nmrn.org.uk/research/piracy>> Acesso em 15 dez.2019

1. HISTÓRIA LOCAL, CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Neste capítulo, pretendemos relacionar a prática pedagógica com a teoria, buscando evidenciar a importância do professor no processo de Ensino de História ao investigar na sua região monumentos históricos, temas locais ou fontes primárias que possam tornar a aula mais interessante e significativa para os seus alunos. E não somente isso. A História local pode contribuir de maneira motivadora para alcançar resultados positivos no processo de formação da capacidade de compreender a História, suas referências e significados, e para, além disso, seu próprio interesse pela disciplina e também pela escola.

Esse aprendizado mais concreto da História se aproxima da definição de Rüsen do conceito de formação da consciência histórica. Para o historiador alemão, essa consciência é a categoria inicial para se compreender a aprendizagem histórica:

É definida como a atividade mental da interpretação do passado para compreender o presente e esperar o futuro. Assim, combina o passado, presente e futuro de acordo com a ideia do que trata a mudança temporal. Sintetiza as experiências do passado com os critérios de sentido que são eficazes na vida prática contemporânea e nas perspectivas de orientação de ação em direção ao futuro (RÜSEN, 2015, p.23).

É possível relacionarmos esse conceito com a experiência metodológica das aulas de campo, na medida em que confere um sentido para o aprendizado histórico local, além de fornecer elementos teóricos para formulação da atual proposta do aplicativo como suporte para a sala de aula.

Em um cenário ideal, para a disciplina de História, as aulas de campo na comunidade ou na região utilizando os fundamentos da História local são possivelmente um excelente contexto de aprendizagem para o professor desenvolver entre seus alunos um nível elevado de compreensão e envolvimento com o objeto e sua problematização.

A abordagem local e os conceitos de representação, prática cultural, apropriação, circularidade cultural e dialogismo possibilitam aos alunos e aos professores tratarem esses

documentos sob problematizações mais complexas em relação à racionalidade histórica linear. Desse modo, podem desenvolver uma consciência histórica que leve em conta as diversas práticas culturais dos sujeitos, sem o abandono do rigor do conhecimento histórico (PARANÁ, 2008, p.53)

Este processo nos exigiu objetivos claros e etapas de planejamento e execução que estão fora da realidade da imensa maioria dos professores da Rede Pública do Paraná, pois esta prática não se constitui como uma permanência ou uma política pública incentivada dentro da escola. Em muitos casos, o professor não tem apoio institucional, nem mesmo colaboração dos seus colegas para organizar o dia letivo quando estiver em campo. E dentro da escola, existe uma alternativa metodológica que estimule o aprendizado histórico? Quais recursos estão ao alcance do professor?

Na atualidade, podemos observar que as escolas utilizam-se cada vez de ferramentas disponíveis para o aprendizado baseadas no uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs). Embora ainda muito presente a cultura considerada tradicional com apoio em suportes analógicos de ensino (quadro e giz, livro didático, texto impresso).

Não tratamos aqui de avaliar qual é a melhor abordagem metodológica para cada conteúdo específico ou série e idade. Entendemos que a tecnologia, por mais avançada que se apresente, é apenas um meio, uma ferramenta no processo pedagógico e não um fim. E cabe ao professor ensinar as habilidades necessárias ao aluno para desenvolver seu aprendizado analógico ou digital.

Não estabelecemos concorrência ou ruptura entre os dois modelos. Pensando na realidade, hoje, no Brasil e mais especificamente no Paraná, o modelo bem mais estabelecido é o tradicional, fortemente ancorado nas práticas dentro da escola. E isso representa necessariamente um decréscimo na aprendizagem? Não temos como responder a esta questão, que demandaria uma pesquisa específica, que não é nosso objeto neste momento.

O que afirmamos aqui é que, seguindo a experiência coletiva das Diretrizes Curriculares (2008), podemos construir novos caminhos de ensino, abordagens metodológicas, materiais didáticos, apoiados (ou não) em recursos digitais, que possam dialogar com a realidade social dos educandos, ainda que

seja necessário investimento em infraestrutura e acesso a rede digital na escola.

A seguir, analisamos a contribuição da História local para conectar saberes anteriores. Buscamos estabelecer um conhecimento histórico relevante (e resignificado), apoiado em uma ferramenta que colabore no sentido de aproximar a linguagem dos alunos da escola pública, especialmente com o propósito de desenvolver interesse dos adolescentes por História, dentro do saber escolar ou fora dele.

1.1 HISTÓRIA LOCAL E SUA IMPORTÂNCIA NO APRENDIZADO HISTÓRICO

Maria Auxiliadora Schmidt (2007) nos traz uma importante reflexão sobre a história local e o Ensino de História na perspectiva do desenvolvimento da consciência histórica. Em primeiro lugar, a autora localiza a origem da abordagem a partir da história local em autores como Rousseau e o ensino através da observação da natureza e seu discípulo, Johann Pestalozzi, passando pela concepção de testemunho local na aprendizagem infantil proposta por John Dewey, na mesma linha da perspectiva utilizada por Cousinet, reconhecendo o valor da história local para o sentido do saber histórico (SCHMIDT, 2007, p.187).

Nos anos finais e no ensino médio essa prática está condicionada a trabalhos isolados de um ou outro professor, mesmo que nos documentos oficiais e legislações específicas, caso do estado do Paraná, a história local tem que obrigatoriamente ser desenvolvido em sala de aula.

Segundo Farias Junior (2013), no período conhecido como República Populista Liberal (1945-1964), houve uma transferência para os Estados da responsabilidade para definir seus currículos e suas especificidades:

Desde 1942, em maior ou menor grau, a política educacional brasileira foi marcada por um caloroso debate sobre a educação nacional que redundou em 1961 na Lei 4024 de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1961), a qual outorgava a supressão do currículo fixo e rígido que ambiciona uniformizar o ensino em todo o território nacional, orientação vigente desde 1930. Diante disso, foi atribuída aos governantes a responsabilidade pela elaboração de programas de ensino

que contemplassem as diversidades regionais. (FARIAS JUNIOR, 2013, p.130).

Até 1971, a abordagem de ensino da história local é sugerida como uma técnica para desenvolver atividades de ensino, um recurso didático, especialmente para as séries iniciais da escola fundamental (SCHMIDT, 2007, p.188). Durante o período da ditadura civil-militar, com a implantação da Lei nº 5692/71, que fixou um Núcleo Comum para currículos de 1º e 2º graus e definiu mudanças na forma de abordar o tema, o conceito de localidade foi associado à ideia de comunidade, e serviu de base para o ensino de Estudos Sociais (para as primeiras séries da escola fundamental) em atividades de História e Geografia, privilegiando o estudo do meio mais próximo (e simples) para o mais distante (GERMINARI, 2014, p.356).

Essa concepção ficou conhecida como “currículo por círculos concêntricos” (SCHMIDT, 2007, p.187). Para Farias Júnior (2013, p.131), o propósito da educação no período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985)³⁵ tinha um propósito bem claro:

Tratava-se de um ensino que não se preocupava com a análise crítica dos acontecimentos históricos, pelo contrário, não havia espaço para interpretação e análise crítica. Objetivava-se, com essa disciplina, a formação de um cidadão que melhor servisse aos interesses do Estado. Sob essa perspectiva, a relação professor/aluno seria marcada pelo autoritarismo, pela concentração de poder e saber nas mãos do professor, pela atitude passiva e receptiva do aluno e pela autoridade do livro.

Entre as décadas de 1980 e 1990, correntes de historiadores brasileiros defenderam que era inexequível transmitir todo conhecimento de toda a História (ou História total) do homem ao longo dos tempos. Havia dúvidas entre iniciar o ensino pela História do Brasil ou História Geral, uma parte se decidindo por uma ordem sequencial e processual, em que se alternaram conteúdos num processo contínuo.

No sentido de criticar o eurocentrismo, iniciaram estudos pela História dos povos da América, propuseram o trabalho com temas e, nessa perspectiva, desenvolveram as primeiras propostas curriculares por eixos temáticos,

³⁵ Período da Ditadura Civil-Militar no Brasil, entre 1964-1985

introduzindo conteúdos relacionados à história local e regional (BRASIL, 1998, p. 27).

Com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's (BRASIL, 1998) a História local passa a ser um eixo temático dos anos iniciais (1ª a 4ª anos) e uma possibilidade metodológica em todos os anos restantes do Ensino Fundamental, com o objetivo de construir a noção de pertencimento do aluno ou grupo (social ou cultural), conduzindo-o a uma percepção do seu lugar no tempo e no espaço.

Também essa concepção foi utilizada nos PCN's como estudo do meio³⁶, visando a contribuir para desenvolver o interesse e a curiosidade no aluno sobre o mundo em que vive. Neste contexto, a história local é sugerida como fim e como meio nas séries iniciais, consolidando seu papel como base na construção da Didática da História (SCHMIDT, 2007, p.189). Nos Parâmetros Curriculares de História para 6ª a 9ª anos, fica claro que o saber histórico escolar deve se utilizar da vivência, da realidade local para se estabelecer:

Não se aprende História apenas no espaço escolar. As crianças e jovens têm acesso a inúmeras informações, imagens e explicações no convívio social e familiar, nos festejos de caráter local, regional, nacional e mundial. São atentos às transformações e aos ciclos da natureza, envolvem-se com os ritmos acelerados da vida urbana, da televisão e dos vídeos, são seduzidos pelos apelos de consumo da sociedade contemporânea e preenchem a imaginação com ícones recriados a partir de fontes e épocas diversas. Nas convivências entre as gerações, nas fotos e lembranças dos antepassados e de outros tempos, crianças e jovens socializam-se, aprendem regras sociais e costumes, agregam valores, projetam o futuro e questionam o tempo (BRASIL, 1998, p.37-38).

Sobre a importância da história local nas aulas de História, Circe Bittencourt (2004) nos oferece uma significativa contribuição para a abordagem da temática no contexto do Ensino de História. Seguindo uma tendência de ampliação do conceito de fontes históricas, como os arquivos familiares, a história do bairro ou monumento mais próximo da sua localização, e, portanto,

³⁶ Segundo Schmidt (2007): [entendido] como um recurso pedagógico privilegiado (...) que possibilita aos estudantes adquirirem, progressivamente o olhar indagador sobre o mundo de que fazem parte" (2007, p.189).

da realidade do aluno, que podem contribuir como uma abordagem possível para a construção do saber histórico escolar e para a compreensão do trabalho do historiador:

Ao utilizar diferentes fontes como documentos no ensino da disciplina, o objetivo do professor é de desenvolver a autonomia intelectual adequada, que permita ao aluno realizar análises críticas da sociedade por meio de uma consciência histórica (BITTENCOURT, 2004, p.327-328).

Oriá Fernandes (1995, p.44) nos destaca a importância da reflexão sobre o ensino de História e a importância da valorização da História local enquanto possibilidade de construção da identidade do estudante como ser histórico e cidadão. Já na década de 1990, o autor critica a visão tradicional da disciplina escolar:

No contexto da prática educacional brasileira, o Ensino de História local no 1º grau tem-se caracterizado por uma abordagem tradicional, descritiva, factualista, cronológica e pitoresca, que no mais das vezes, não tem contribuído para a formação da consciência crítica do educando nem possibilitando o exercício crítico da sua cidadania (FERNANDES, 1995, p.48)

As Diretrizes Curriculares da Educação Básica – História, da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (PARANÁ, 2008), documento que utilizou conceitos presentes nos Parâmetros estabelecidos a nível federal, também reconheceu a importância da história local, destacando a diversidade de conhecimentos que podemos abordar e as possibilidades para o professor no processo de ensino e aprendizado dos alunos (GERMINARI e BUCZENKO, 2012, p.129).

Neste documento, consideram-se Conteúdos Estruturantes da disciplina de História as relações de trabalho, as relações de poder e as relações culturais, que apontam para o estudo das ações e relações humanas que constituem o processo histórico, o qual é dinâmico e está em constante construção. Estas relações são consideradas, segundo estas diretrizes, recortes deste processo.

Ao se apropriar das fontes como vestígios da História na sala de aula, é importante considerarmos a expectativa de ir além dos limites dos documentos escritos, trabalhando com os elementos iconográficos como fotografias,

cinema, história em quadrinhos, literatura ficcional e as possibilidades de comunicação e informação disponíveis em diferentes plataformas da internet, com a produção de *games*³⁷ e séries em canais de *streaming*³⁸, abrindo mais horizontes com registros orais ou monumentos históricos regionais (PARANÁ, 2008, p.69).

Nas Diretrizes Estaduais (DCE's), documento pedagógico que serve de base para as disciplinas nas escolas públicas estaduais, foi ressaltada a importância do papel do professor no aporte de questões do cotidiano que representem necessidades sociais concretas, destacando as temáticas da História local, História e Cultura afro brasileira, dos povos indígenas, História do Paraná, recortes importantes da formação histórica do Brasil, e que, ao longo do processo, sofreram rupturas e descontinuidades, simplesmente foram negadas como conteúdo de ensino, ou subestimadas nas práticas de ensino (PARANÁ, 2008, p.64).

Em documento normativo mais recente, o Referencial Curricular do Paraná (PARANÁ, 2018, p.500), foram definidos princípios, direitos e orientações para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais, na disciplina de História, no qual são delimitados conhecimentos básicos com vistas aos direitos de aprendizagem (BNCC, 2018) dos estudantes ao final de cada ano, embora até o presente a Base Nacional Comum Curricular não tenha normatização para o Ensino Médio no Estado do Paraná.

Neste documento, destaca-se a relevância das temáticas voltadas à história local e/ou regional, à diversidade cultural e às configurações identitárias, que possibilitam aos estudantes a compreensão e o exercício da alteridade no contexto social, comprometendo-se com a mesma na produção, circulação e transmissão de conhecimentos. A abordagem teórico-metodológica para todos os níveis de ensino, desde o 6º ano do Ensino

³⁷ Importante contribuição no campo da Gameificação é o trabalho de Rodrigo Ayres de Araújo (2012), historiador reconhecido na produção de conteúdo de História local.

³⁸ Tecnologia que envia informações multimídia, através da transferência de dados, utilizando redes de computadores, especialmente a internet, foi criada para tornar as conexões mais rápidas, exemplo conhecidos deste tipo de plataforma para assistir séries, filmes e documentários.

Fundamental II ao 3º do Ensino Médio deverá considerar os contextos a partir da história local, do Brasil da América Latina, África e Ásia.

Como metodologia do ensino de História, a História local nos oferece uma contribuição importante para o desenvolvimento de fundamentos para a construção do conhecimento histórico, selecionando recortes que se integram ao conteúdo mais amplo do currículo escolar. Outra possibilidade discutida, é que este tipo de abordagem procura inserir os alunos na sua comunidade e dialoga com a história e memórias deles, estabelecendo conexões e significados que constituem sua própria identidade e a construção da sua historicidade, além de se relacionar a elementos externos a eles, como conceitos de tempo e espaço (SCHMIDT e GARCIA, 2005, p.301).

Compreendendo que a História tem como um dos seus fundamentos a relação do indivíduo com outros indivíduos, a constituição de uma identidade entre os sujeitos é um dos objetivos da História. Nesse sentido, entendemos que a identidade tem como ambiente de desenvolvimento o local, onde as relações do cotidiano vivido pelos sujeitos constroem uma afinidade entre eles, produzindo saberes com características mais plurais (SANTOS, 2014, p.30)

Sob uma perspectiva de análise, a História local nos possibilita ações educativas que considerem a investigação como parte do aprendizado, a partir do cotidiano e da vivência dos alunos, buscando arquivos familiares e fontes que façam sentido na sua maneira de apreender a História. Outra possibilidade desta abordagem é a forma de tornar evidentes níveis de análise mais próximos à realidade local ou às diferentes temporalidades e de que maneira se articulam com o conhecimento histórico de caráter mais abrangente, como por exemplo, a História do Brasil (SCHMIDT, 2007, p.191).

Uma contribuição relevante sobre o sentido da história local no ensino nos foi proposta por Edgardo Ossanna (1994):

Pode ser um instrumento que, em certa medida, não silencia especificidades, contribuindo para uma história mais plural e menos homogênea, construindo problematizações como, por exemplo, as histórias silenciadas, esquecidas. Também pode recuperar a experiência de cada um ou do grupo para que possam entender que fazem parte destas histórias que, ao serem revisitadas, pode converter-se em conhecimento histórico, inserindo os alunos em um espaço de pertencimento

e vivência que pode se articular ao espaço nacional ou universal (apud SCHMIDT, 2007, p.191).

Ao procurar estabelecer conexões entre a sua vivência, seu conhecimento local e a disciplina escolar, o estudante pode se apropriar do passado mais prático e significativo, uma vez que representa sua experiência com o concreto, que pode, ou não, contribuir com a formação da sua consciência histórica, o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades e seu interesse pela História.

Com a abordagem da História local os alunos passam gradativamente a observar e perceber o significado de outras matérias construídas no passado, a compreender que as realidades históricas de determinada localidade e de seus habitantes no tempo não se dão isoladas do mundo, mas como parte do processo histórico em que as populações locais constroem suas identidades culturais e sociais (BARROS, 2015, p.4)

Para nós, o papel do professor neste processo é fundamental, no sentido de definir claramente os objetivos de aprendizagem bem como na metodologia, envolvendo os estudantes de maneira a dar significado ao processo de ensino com base no local. Um dos resultados do ensino sobre o local está na perspectiva dos avanços nos estudos mais amplos e na compreensão dos processos históricos (SANTOS, 2014, p.31).

No caso do objeto deste trabalho, a Fortaleza N. S. dos Prazeres³⁹ representa uma temática regional importante, que pode conectar outros saberes históricos mais abrangentes, sem priorizar conteúdos universais em detrimento da História local. Como ponto de partida, e não somente como tal, nos serve como possibilidade teórico-metodológica para o professor desenvolver conhecimentos históricos que não estão presentes no livro didático, explicado, parcialmente, pelo fato da obra ter caráter nacional e não regional.

³⁹ Na perspectiva do Ensino de História a Fortaleza N. S. dos Prazeres foi utilizada como objeto da pesquisa, embora uma abordagem que utilize a construção histórica como fonte seja possível dentro da área de Educação Patrimonial.

1.2 A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA NO ENSINO BÁSICO

Uma referência importante na abordagem teórica deste trabalho é a teoria proposta por Jörn Rüsen e a formação da consciência histórica. Para o historiador alemão, esse entendimento, chamado aqui de consciência é a categoria inicial para se compreender a aprendizagem histórica. O autor aborda o conceito de consciência histórica (RÜSEN, 2011) como um conhecimento inerente ao ser humano, que se faz presente fora do saber histórico obtido em sala de aula. Não se limita à ideia de conhecer extensamente as experiências vivenciadas no passado; mais do que dominar o acontecido, ela articula presente, passado e futuro.

Ao estabelecer conexões entre a formação da consciência histórica e sua relação com o saber histórico escolar, Rüsen (2001) nos indica que um dos princípios teóricos da Didática da História é estabelecer orientações e discussões sobre os objetos de ensino de História, despertando questões de utilidade e função do trabalho com o local ou com aquilo que é mais próximo da realidade do aluno.

Do ponto de vista metodológico, destaca-se nessa forma de abordagem a preocupação em problematizar os conteúdos de ensino selecionados, estabelecendo relações com o cotidiano dos alunos e dos professores, bem como com o cotidiano de outras pessoas, em outros tempos e em outros lugares (SCHMIDT & GARCIA, 2005, p.302-303).

Segundo Schmidt (2007, p.189) as considerações deste autor apontam em dois sentidos: primeiro entende a História como um campo de estudo da experiência do homem no tempo, utilizada como critério para selecionar conteúdos e organizar temas, com o objetivo principal de contribuir para a formação de consciência tanto individual, quanto coletiva. Nesse contexto, a história local pode ser um caminho para sistematizar um plano de aula do professor, em que ele reconheça a importância do saber que o aluno pode trazer da sua vivência e do seu conhecimento, em relação a outros contextos além da escola e do tempo presente.

A abordagem local e os conceitos de representação, prática cultural, apropriação, circularidade cultural e dialogismo

possibilitam aos alunos e aos professores tratarem esses documentos sob problematizações mais complexas em relação à racionalidade histórica linear. Desse modo, podem desenvolver uma consciência histórica que leve em conta as diversas práticas culturais dos sujeitos, sem o abandono do rigor do conhecimento histórico (PARANÁ, 2008, p.53).

Outro sentido proposto pelo historiador alemão rompe com a supervalorização da História local, como se somente ela fosse capaz de problematizar processos históricos. Nessa perspectiva, a abordagem a partir do local ou regional é importante para elaborar referências de identidade, mas relacionando-as a aspectos nacionais e mundiais.

O segundo princípio, de natureza metodológica, está relacionado ao fato de que os alunos e os professores puderam identificar os indícios (conteúdos) da experiência humana, em diferentes formas: na realidade cotidiana; na tradição; e na memória dos seus familiares, grupos de convívio, grupos da localidade. Esse conhecimento do passado pode ser articulado em diversas situações de aula, com outras formas de conhecimento histórico – por exemplo, com as narrativas de historiadores, de autores de manuais didáticos e com conteúdos históricos veiculados pela mídia (SCHMIDT e GARCIA, 2005, p.302).

A História local, enquanto metodologia para seleção e organização de conteúdo, revela uma maneira complexa de pensar e fazer História, realçando a diversidade e pluralidade das identidades e alertando sobre questões que podem se tornar um problema para este tipo de abordagem, especialmente anacronismos e visões etnocêntricas ou reducionistas da História.

ao se propor o ensino de História local como indicativo de construção da consciência histórica, não se pode esquecer de que, no processo de globalização que se vive, é absolutamente indispensável que a formação da consciência histórica tenha marcos (...) conhecidos e situados em relação às identidades locais. (SCHMIDT, 2007, p.190)

Ainda dentro da perspectiva de Rüsen a consciência histórica é um pré-requisito para a orientação em uma situação presente que demanda ação, significa que ela funciona como um “modo de orientação específico” em situações reais da vida, sua função é ajudar a compreender a realidade. Seguindo este pressuposto, ela confere à vida uma “concepção do curso do tempo” utilizando o passado como experiência (SCHMIDT, 2007, p.301).

Essa visão proposta por este teórico recupera a historicidade dos valores, segundo Schmidt e Garcia (2005, p. 301) a consciência histórica relaciona a identidade (ser) e a ação (dever) em uma narrativa significativa que torna os acontecimentos do passado uma construção, que objetiva dotar os sujeitos de identidade, a partir das suas experiências individuais e coletivas. Portanto, a consciência histórica tem uma função prática de dar suporte à construção de identidade aos sujeitos e fornecer orientação à realidade onde vivem.

Segundo o Referencial Curricular do Paraná (2018, p.497) no Ensino Fundamental, entende-se que o saber histórico escolar deve ter como prioridade o desenvolvimento da consciência histórica nos alunos, oportunizando por meio da formação do pensamento histórico, o entendimento dos contextos históricos, políticos, sociais, econômicos.

a História, enquanto componente curricular possui características próprias. Em sua trajetória como disciplina escolar encontramos métodos de memorização para alguns pressupostos pautados na psicologia da educação, encaminhamentos atuais da didática da histórica com conceitos específicos e o processo de ensino e aprendizagem com vistas à formação da consciência histórica nos sujeitos em processo de escolarização (PARANÁ, 2018, p.496)

Maria Auxiliadora Schmidt e Tânia Garcia (2005) nos reitera a perspectiva de uma apropriação do conhecimento a partir de diferentes experiências de aprendizagem:

Ao se depararem com conteúdo que evidenciam formas tradicionais ou exemplares de construção de narrativas da história, apreendidas sob a forma de diferentes produções históricas, os alunos e professores se apropriam deles de maneira qualitativamente nova, recriando-os a partir de suas próprias experiências. (SCHMIDT e GARCIA, 2005, p.303)

Os conceitos apresentados na perspectiva de História local como possibilidade didática no Ensino de História (SCHMIDT, 2003; SCHMIDT & GARCIA, 2005; GERMINARI e BUCZENKO, 2012; GERMINARI, 2014) e seu valor teórico-metodológico na formação da consciência histórica como componente do saber histórico escolar (RÚSEN, 2015), além de contribuir para a formação da identidade do aluno como ser histórico e cidadão

(FERNANDES, 1995 p.44), constituem reflexões importantes na construção teórica deste trabalho e na prática docente.

Estes conceitos representam ou exprimem experiências observadas na prática docente, em grande parte na sala de aula, mas especialmente no aprendizado verificado nas aulas de campo, para o qual a vivência e o contato mais próximo com monumentos históricos – como a Fortaleza N. S. dos Prazeres – podem contribuir em aspectos como a motivação pelo conhecimento e o interesse pela disciplina de História.

No próximo subitem deste capítulo, apresentamos uma perspectiva do papel das tecnologias digitais como recurso didático no ensino e como os aplicativos podem se converter em ferramenta para o auxiliar o professor.

1.3 TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO: O USO DE APLICATIVOS

Abordamos neste tópico definições e conceitos relacionados à natureza do produto de aplicação do trabalho (aplicativo para *smartphones*). Utilizamos como referência autores como Lévy (1999) e Mitchels (2018) para dialogar com o termo mais abrangente comumente chamado de tecnologias, mas aqui delimitado como Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) e como as escolas públicas estão dialogando com demandas sociais emergentes que surgem com a revolução digital e a sociedade da informação.

Também observamos e trazemos à esta discussão, trabalhos anteriores sobre o uso de recursos digitais no aprendizado de História. Segundo Isabel Barca (2001), é a partir destas linguagens como a TV ou a internet que o professor pode organizar o conhecimento histórico:

O meio familiar, a comunidade local, os media, especialmente a tevê, constituem fontes importantes para o conhecimento histórico dos jovens, que a escola não deve ignorar nem menosprezar. É a partir da detecção dessas ideias – que se manifestam ao nível do senso comum, e de forma muitas vezes fragmentada e desorganizada – que o professor poderá contribuir para modificá-las e tornar mais elaboradas (BARCA, 2001, p.15).

Claudete Zacliffevic (2007) afirma que, para que se possa compreender o pensamento humano, a sociedade, cultura e educação é necessário analisar o papel das tecnologias como um suporte que permite estabelecer o diálogo entre o indivíduo e o grupo, a virtualidade e a realidade, razão e emoção, o analógico e o digital.

Há a possibilidade de utilização de atividades que promovam a aprendizagem colaborativa. Em iniciativas isoladas, alguns professores estão tentando desenvolver suas atividades em uma proposta embasada nos paradigmas inovadores, propiciando a inovação e o diálogo com o aluno (ZACLIKEVIC, 2007, p.5).

É importante considerarmos o papel da escola no desenvolvimento de conhecimentos para o século XXI e o aprendizado para uma geração que tem maior contato com recursos digitais. Em primeiro lugar, é importante delimitar algumas dessas tecnologias, traduzidas em recursos digitais de aprendizagem. O termo a ser utilizado para as ferramentas digitais aplicadas neste trabalho é o de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (SILVA; DUARTE; SOUZA, 2013).

Admitimos que dentro de uma sala de aula da escola pública no Paraná, o alcance dos recursos digitais não representa uma unanimidade, é incorreto afirmar que a totalidade dos alunos possui este tipo de aparelho e com tecnologia avançada. Mas a observação diária revela, nos últimos dois ou três anos, uma massificação dos *smartphones* entre os alunos, relatada também por outros profissionais do ensino, que não pode ser negada nem ocultada à percepção.

A questão que propomos é: como aproveitar este recurso a favor do aprendizado? Como motivar o aluno, diante de um universo imenso de possibilidades? Podemos encontrar nas ferramentas digitais disponíveis, fontes e informações confiáveis? Estas questões permaneceram em aberto e em constante discussão não havendo uma resposta definitiva, mas pelas experiências particulares já relatadas, acreditamos que a possibilidade de uso didático e significativo deste recurso, é real.

O potencial interativo do uso das tecnologias de informação e comunicação, na prática pedagógica, se revela na possibilidade de criação dialógica e intersubjetiva propiciada pelas interações

entre pensamentos, conceitos, imagens e ideias, nas quais o sujeito atua de forma consciente com os objetos de conhecimento (ZACLIKEVIC, 2007, p.54)

É importante pensarmos na disseminação das possibilidades de acesso as tecnologias na atualidade. Em artigo sobre a disseminação de elementos tecnológicos, Willian Mitchell (2005) defende que o contexto tecnológico da sociedade moderna⁴⁰ é estabelecido não apenas por microprocessadores e pela Internet, sobretudo por uma onda emergente de diversas novas tecnologias⁴¹ que encontra as suas utilizações por relação entre elas. João Ponte (2000) aborda a questão das TDICs como uma ferramenta importante adaptada pelo homem ao curso da sua trajetória histórica:

Na História o homem se apropriou de diferentes técnicas que se afirmaram como um fator de mudança social, desde o utensílio da pedra, o domínio do fogo e a linguagem fazem parte de um conjunto de tecnologias fundamentais que são um traço importante da espécie humana, entre elas estão as Tecnologias da Informação e Comunicação (p.64)

Tecnologias digitais podem ser definidas como um conjunto de recursos (normalmente programas chamados de softwares) que executam uma função específica, utilizados com objetivo de apoiar o processo de ensino e aprendizagem. Em seu artigo, Ponte (2000) afirma que o aprendizado com apoio das TDICs como um recurso educacional, envolve a compreensão de três processos, embora neste trabalho o terceiro deles seja o mecanismo relevante para a finalidade do material didático produzido.

Hoje em dia, as tecnologias de informação e comunicação representam uma força determinante do processo de mudança social, surgindo como a trave-mestra de um novo tipo de sociedade, a sociedade da informação. Estas tecnologias referem-se a três domínios distintos embora interligados entre si: (i) o processamento armazenamento e pesquisa de informação realizada pelo computador; (ii) o controle e automatização de máquinas, ferramentas e processos, incluindo, em particular, a robótica; e (iii) a comunicação, nomeadamente a transmissão e circulação da informação. (PONTE, 2000, p.64)

Assim como em outros setores da sociedade, a educação também sofreu influência do surgimento de diferentes tecnologias do século XXI. Na

⁴⁰ O autor utiliza o termo sociedade em rede para definir o status atual das relações na era da informação.

⁴¹ Mitchell cita uma lista de recursos de tecnologias de 2005 de Lemelson/MIT (Massachusetts Institute of Technology) do top 25 de inovação tecnológica dos últimos 25 anos, entre elas os celulares, incluindo sua geração atual denominada *smartphones* ou telefones inteligentes.

educação presencial, recursos digitais podem ser instrumentos que potencializem os processos de ensino e aprendizagem, especialmente em contextos inovadores e de aprendizagem colaborativa:

No mundo contemporâneo a tecnologia está em nosso entorno – automóveis, computadores, telefones, energia nuclear, naves espaciais, raio x, câmeras de filmagem, todo o processo de criação de produtos que possibilitou uma melhor qualidade de vida. Entretanto, com a criação da Internet – mentes colaboram nessa imensa aldeia global, cria-se uma nova sociedade da informação e comunicação, em que as bases de organização social em rede possibilitam novas frentes para um desenvolvimento criativo e sustentável (SILVA; DUARTE; SOUZA, 2013, p.167).

Luciana Allan (2015, p.84) aborda a questão da transformação que as tecnologias estão promovendo no ambiente escolar através de novos conceitos que emergem com a revolução digital “fica claro que o ciberespaço é hoje um campo para a evolução da linguagem”. Concordamos com a educadora, que considera a narrativa de Pierre Lévy como um dos principais pensadores da sociedade conectada, a escola não pode resistir a abraçar ferramentas de criação compartilhada disponíveis na cultura tecnológica planetária – a *cibercultura* – e impedir que novos conceitos emergentes das inovações tecnológicas modifiquem as práticas docentes e o próprio conhecimento. Para Pierre Lévy (1999)

a ficção de uma relação, ela é muito mais complexa do que uma relação de determinação. A emergência do ciberespaço acompanha, traduz e favorece uma evolução geral da civilização. Uma técnica é produzida dentro de uma cultura, e uma sociedade encontra-se condicionada por suas técnicas. E digo condicionada, não determinada. Essa diferença é fundamental (LÉVY, 1999, p.13).

Conforme Brito (2017, p.223) “entendemos universidade e escola não como ilhas ou encasteladas em seus próprios objetivos, visto que essas duas instituições têm uma função social comum: a de educar”.

Na sociedade do século XXI faz-se sentir cada vez mais a presença das tecnologias da informação e comunicação (TDICs), a saber: computador, telecomunicações, televisão de alta definição, telefone celular inteligente, internet banda larga, *iPhone*, *tabletes*, concorrem também para essa motivação a grande divulgação do conhecimento científico e a presença constante das inovações científicas e tecnológicas (GUSMÃO, 2016, p.2).

Para além do ambiente escolar, nesta dissertação as TDICs representam uma realidade também como possibilidade do professor interagir com os alunos em diferentes plataformas, realizar trabalhos em grupos, debates, fóruns, entre outras formas de participação, na perspectiva de tornarmos a aprendizagem mais significativa e mais próxima de recursos do seu cotidiano, como internet, *games*, redes sociais e os aplicativos com conteúdos digitais para dispositivos móveis, aparelho disseminado entre os jovens.

Compartilhamos uma crítica relevante, inevitável no contexto social do Brasil e da escola pública, que, historicamente uma parcela significativa de famílias que vivem na pobreza ou em condições sociais precárias ou não tem acesso à internet ou tem dificuldade para isto e, portanto, estão excluídos do direito ao acesso à informação e às ferramentas digitais (não apenas de ensino), cada vez mais presentes no cotidiano desses estudantes, das famílias e das instituições como: cadastros sociais dos governos, emissão de documentos, serviços bancários, uma disseminação de programas e aplicativos que necessitam de acessibilidade virtual e que precisam de urgente inclusão digital.

Esta situação ficou mais evidenciada com a atual pandemia de Covid-19⁴² e a necessidade de implantação do ensino emergencial remoto no primeiro semestre de 2020. Nesse sentido a questão fundamental tornou-se a inclusão digital. Não faz sentido as tecnologias digitais avançarem no ambiente escolar, se não incluem a totalidade dos educandos da instituição. Mesmo que trabalhando aos pares ou em grupos, é importante que o educador não perca este conceito durante a prática. O plano de trabalho docente precisa ser inclusivo e colaborativo.

Ao relacionar o papel da escola com o uso pedagógico de tecnologias, Silva (2013) faz uma crítica aos modelos de educação vigentes, focados no ensino, em como o docente deve desenvolver sua metodologia e não especificamente na aprendizagem do aluno. Neste sentido, a equipe de gestão

⁴² Iniciada em dezembro de 2019 na província de Wuhan, na China, provocando a paralisação das aulas presenciais em todo o país e no Estado do Paraná a partir de 14 de março de 2020.

escolar deve refletir sobre seus objetivos para oferecer uma educação que possa garantir a aprendizagem concreta do estudante com uso de ferramentas digitais, o que requer um novo compromisso da comunidade escolar:

A presença das tecnologias na educação requer dos professores, coordenadores e da equipe de gestão uma nova postura, uma abertura a integração das mídias no contexto educacional, pois ela entra na escola como instrumento de auxílio à prática do professor, para melhorar ainda mais o trabalho junto aos alunos. (SILVA, 2013, p.119)

Algumas tecnologias podem ser tratadas apenas como recursos, em muitos casos indisponíveis na escola, especialmente nas públicas, mas presentes no cotidiano dos alunos e tornarem-se importantes ferramentas para incentivar o desenvolvimento de habilidades próprias da experiência humana, como a colaboração e o pensamento crítico.

Existem questões para esta transformação de paradigmas na educação, como a velocidade e fragilidade das informações na era digital em contradição aos modelos de ensino tradicionais. Para Luciana Allan (2015) a tecnologia pode converter-se em um benefício para envolver os alunos:

Um dos principais benefícios é viabilizar a adoção da tecnologia na rotina de estudos sem que a escola precise fazer altos investimentos na compra, manutenção e atualização de hardwares. Outro é seu potencial para engajar os estudantes, pois significa utilizar-se da familiaridade deles com esses instrumentos para a realização de diversas atividades pedagógicas (ALLAN, 2015, p.84).

José Manoel Moran (2000) nos propõe um ensino mais compartilhado, sob uma nova perspectiva na forma de ensinar e de aprender, com a coordenação do professor, permitindo maior participação do aluno, individual e coletivamente, com apoio de tecnologias digitais:

Uma das dificuldades atuais é conciliar a extensão da informação, a variedade das fontes de acesso, com o aprofundamento da sua compreensão, em espaços menos rígidos, menos engessados. Temos informações demais e dificuldade em escolher quais são significativas para nós e conseguir integrá-las dentro da nossa mente e da nossa vida. A aquisição da informação, dos dados dependerá cada vez menos do professor. As tecnologias podem trazer hoje dados, imagens, resumos de forma rápida e atraente. O papel do professor - o papel principal - é ajudar o aluno a interpretar esses dados, a relacioná-los, a contextualizá-los (MORAN, 2000, p.2).

Além de políticas públicas e encaminhamentos da gestão escolar, o educador, dentro do planejamento curricular, deve reavaliar estratégias que aproximem o aluno a metodologias ativas, formas de aprender e neste contexto, ressignificar o recurso didático. Como usá-los, com quais objetivos e qual abordagem fazem mais sentido aos estudantes, além de rever o que está disponível para uso e se o planejamento é executável do ponto de vista operacional.

Essa interação ainda encontra limites, primeiro pela indisponibilidade de aparelhos tecnológicos para todos, bem como de acesso à internet de qualidade e especialmente, as incertezas do professor diante do avanço de todas as tecnologias, uma vez que nem sempre consegue solicitar a colaboração dos seus alunos e reflexiona essa atitude como uma afronta, quase uma ofensa, quando o aluno tem a pretensão de “ensinar”, já que isso é considerado competência apenas do professor (SILVA, 2013, p.120).

O trabalho com recursos de tecnologia pode tornar a forma de aprender diferenciada para os alunos. No século XXI, as potencialidades do uso das tecnologias digitais estão em experimentação pelos educadores, abrangendo sua contribuição ao campo do Ensino de História. Isto ocorre, na medida em que o professor precisa encontrar espaços de diálogo com os alunos, tendo como princípio desenvolver o pensamento crítico deles, os estimulando a levantar hipóteses (sejam de perspectiva histórica, social ou cultural) vivenciadas no seu cotidiano, apoiadas no uso de recursos que lhes são mais familiares.

Em seu trabalho sobre o uso dos dispositivos móveis (*smartphones* ou *tabletes*), Naguno (2014, p.3) faz uma revisão dos estudos sobre as possibilidades pedagógicas dos aparelhos móveis na escola difundidas pela nomenclatura *m-learning* (*mobile learning* ou aprendizagem móvel):

Para além do conceito de nativo digital (Prensky, 2001 *apud* NAGUNO, 2014), os jovens, a partir da apropriação da tecnologia móvel, mostram tanto o potencial quanto os problemas deste uso. Compreender como esses sujeitos percebem a inserção da tecnologia na escola pode mostrar possibilidades de atuação do professor neste campo (p.3).

Após o surgimento do computador pessoal, outra grande revolução tecnológica da nossa era foi o desenvolvimento da Internet que passou de um simples mecanismo de troca de dados entre bases militares e mais adiante entre pesquisadores e Universidades, e especialmente a partir da década de 1980 transformou-se na mais poderosa ferramenta de troca de informações em escala mundial.

Neste sentido, o processo de comunicação foi um dos mais desenvolvidos, pois a maior parte das mídias (texto, som e imagens) passou a ser transferida com rapidez e qualidade inclusive em tempo real, principalmente após o surgimento da nova geração de telefones celulares inteligentes, conhecidos mundialmente como *smartphones*⁴³ (BOTTENTUIT JUNIOR, 2012, p.126).

Entendemos aqui, o celular como um dispositivo móvel de uso pessoal que pode ser utilizado para realizar chamadas, enviar mensagens e conectar-se à internet, possibilitando ao usuário uma comunicação desde que exista sinal ou algum tipo de conexão com a rede de internet. Os *tabletes* também se enquadram nesta definição, pois permitem o acesso à internet e a utilização de ferramentas (aplicativos) e por isso podem também são considerados dispositivos móveis.

Sobre as possibilidades pedagógicas dos computadores móveis, Bottentuit Junior (2012) afirma que a partir da década de 1990 houve uma mudança de paradigmas nos meios de comunicação, onde e-mails substituem as cartas convencionais, documentos são anexados via *internet* e o telefone fixo não é mais uma necessidade na atualidade:

A partir daí a tecnologia evoluiu de forma muito rápida permitindo ao homem quase todas as atividades de forma móvel através de computadores portáteis, como notebooks, palmtop e celulares cada vez mais modernos e inteligentes (*smartphones*). Ultimamente o computador tradicional (computador de mesa) tem perdido espaço para os dispositivos móveis. (p.125)

No contexto do início do século XXI, os aplicativos para dispositivos móveis (*app*) surgem como recurso possível na educação, embora distante da

⁴³ A tradução literal para este termo em inglês seria “telefones inteligentes”.

realidade das escolas públicas do país. Com a velocidade de propagação e inserção de celulares no Brasil, o crescimento do acesso à internet de banda larga móvel, além da perspectiva de protagonismo dos jovens diante dos aparatos tecnológicos, o uso de aplicativos de interatividade, redes sociais e aparelhos de alta resolução deveriam ser ferramentas cada vez mais presentes no cotidiano escolar.

Entretanto, em uma observação inicial, isto ainda não ocorre. Primeiro pela multiplicidade de condições sociais presentes no chão da escola pública, nem todas as famílias dispõem de recursos financeiros para adquirir tais aparelhos. Essa função cabe ao Estado, à sua mantenedora. Assim como o país gasta milhões de reais todos os anos comprando livros didáticos e outros recursos educacionais, investir em inclusão digital dentro da escola se constituiria em política pública educacional importante e necessária para a vida do cidadão.

Quais são os motivos desta aparente exclusão de objetos desta natureza no interior das salas de aula? A pergunta permanecerá aberta, pois, na construção teórica deste trabalho, apenas uma resposta possível não atende as especificidades de todas as escolas e seus diferentes desafios.

Embora o número de *smartphones* entre os alunos da escola pública cresça na medida em que o consumo deste tipo de aparelho se populariza, sua utilização como uma ferramenta que ofereça suporte para melhorar o processo de ensino e aprendizagem da disciplina não ocorre com a mesma velocidade.

Muitas vezes, este objeto é motivo de conflitos, em alguns casos até agressivos, entre alunos e professores, equipe pedagógica e a direção das escolas. Porém, acreditar que o uso de celular dificulta o trabalho dos professores é ignorar o potencial educativo que os alunos têm em mãos. Gestores e educadores precisam entender o desafio que é ensinar para a geração atual e usar a tecnologia como uma aliada.

Como educadores comprometidos com um novo olhar, devemos perceber que o momento atual se reveste de características especiais, que se está vivendo na mudança da mudança, onde as coisas se formam e transformam frente aos nossos olhos (...) é preciso mudar posturas tradicionais, na

perspectiva dos compromissos sociais da Educação (SILVA, 2001, p.45).

Ainda que a questão disciplinar não seja o objeto de investigação deste trabalho, é importante refletirmos sobre a perspectiva da continuidade da inserção cada vez maior de dispositivos móveis dentro da sala de aula e como as TDICs podem contribuir de maneira eficiente num aprendizado que crie pontes com sua realidade. Admite-se que simplesmente inserir a tecnologia no ensino público não seja o único caminho possível a se percorrer no sentido de oferecer uma escola inovadora.

Conforme Silva, Duarte e Souza (2013, p.2) “somente aparatos tecnológicos não resolvem os problemas da educação hoje”. É preciso repensarmos como usá-los, com quais objetivos de aprendizagem e metodologias inovadoras, além de rever o que está disponível para uso e alcance do professor e especialmente do aluno, sem aumentar a exclusão.

Segundo a Organização das Nações Unidas (UNESCO, 2013, p.2), as tecnologias móveis podem ampliar e enriquecer oportunidades educacionais para estudantes em diversos ambientes. Atualmente, um volume crescente de publicações sugere que os aparelhos móveis, presentes em todos os lugares – especialmente telefones celulares e, mais recentemente, *tabletes* – são utilizados por alunos e educadores em todo o mundo para acessar informações, realizar atividades complementares, além de incentivar o aprendizado baseado habilidades e competências.

A proposta de um aplicativo em desenvolvimento, leva em conta a demanda crescente (embora não totalizante) na sala de aula da rede pública do Estado do Paraná hoje: alunos portando *smartphones*, sem acesso à *internet* no ambiente escolar. Neste sentido, ao oferecer conteúdo que não dependa de acesso direto à rede para seu uso, pode-se colaborar no sentido de resolver o problema da disponibilidade de internet via *wi-fi* ou rede de dados

móveis⁴⁴, uma questão que precisa ser melhorada nas escolas públicas no Brasil.

Ainda que a internet em banda larga esteja presente em parte das escolas no país, ela não está devidamente disponível, para que o estudante possa acessar a partir de seu próprio dispositivo. Segundo publicação da Agência Brasil:

A tecnologia não está acessível aos estudantes em cerca da metade das escolas de ensino fundamental. Conforme o censo, “a presença de recursos tecnológicos como laboratórios de informática e acesso à internet ainda não é realidade para muitas escolas brasileiras. Apenas 46,8% das escolas de ensino fundamental dispõem de laboratório de informática; 65,6% das escolas têm acesso à internet; em 53,5% das escolas a internet é por banda larga (MARTINS, 2018)

Entendemos nesse trabalho que a tecnologia é uma ferramenta que pode ser utilizada no Ensino de História, que deve ser mediada sob a orientação e supervisão do professor, para complementar a formação do aluno. Não se trata de substituir as atividades formais e presenciais, nem tão pouco transcender a figura do professor e do seu ato de ensinar, mas contribuir para melhorar seu trabalho.

O uso de aplicativos no Ensino de História foi uma estratégia utilizada pelo professor Jadiael da Silva (2017), de Candeias de Jamari (RO): com objetivo de auxiliar seu trabalho, resolveu usar a tecnologia criando um aplicativo de celular que ajuda a reforçar os conteúdos trabalhados em sala de aula, por meio de textos e atividades extras. No projeto do professor, o programa para *smartphones* foi desenvolvido como ferramenta para ter acesso à fontes e conteúdo, com objetivo de aproximar o aluno da disciplina escolar e possibilitar uma forma de conectar-se à informação em uma linguagem digital, que pode contribuir de forma efetiva no seu aprendizado com a mediação do professor.

⁴⁴ Abreviação de “*Wireless Fidelity*”, significa literalmente fidelidade sem fio, em português, *wi-fi*, ou *wireless*, referência à tecnologia de comunicação que não faz uso necessário de cabos, geralmente pode ser transmitida através de frequências de fibra óptica, rádio e infravermelho.

2. ENTRE PIRATAS E CASTELHANOS DO SUL: A FORTALEZA NOSSA SENHORA DOS PRAZERES NO CONTEXTO HISTÓRICO NO SÉCULO XVIII

Este capítulo tem como propósito contextualizar a construção da Fortaleza N. S. dos Prazeres no Paraná na segunda metade do século XVIII. Em primeiro plano, procuramos demonstrar como a metrópole portuguesa organizou sua administração colonial, por meio do seu complexo defensivo, especificamente no litoral. Neste trabalho, entendemos que a instalação desta fortificação é representativa de um conjunto de contextos históricos e relações de poder que envolveram autoridades metropolitanas e sua atuação na região.

Também nos debruçamos sobre as fontes e a historiografia sobre a Vila de Paranaguá, especialmente sobre a pirataria na região na primeira metade do século XVIII, e sua importância estratégica na consolidação das terras portuguesas no sul da Colônia neste período, pois é neste espaço que se desenvolve a necessidade de defesa do núcleo urbano materializada a partir da construção da fortificação em 1767.

Observamos que, para além das narrativas que consideram a fortaleza uma proteção eficaz à povoação contra os ataques estrangeiros, houve um grande impulso de construções militares deste modelo no Atlântico meridional a partir de 1750, com o conflito entre Portugal e Espanha agravando-se cada vez mais na região. Seja pela ação de piratas ou pela ameaça dos castelhanos, defender o litoral de invasores foi uma necessidade tanto para a povoação local quanto para a Coroa portuguesa, e representativo deste contexto histórico.

Durante a administração pombalina, no governo do rei D. José I, houve um agravamento das disputas entre reinos ibéricos em suas colônias do Novo Mundo⁴⁵, especialmente no conflito pela posse da Colônia de Sacramento.

⁴⁵ Segundo verbete elaborado por Ana Paula Seco, as viagens ultramarinas (séculos XVI e XVII) tem como característica a exploração de deslocamento espacial, sendo expedições de conquista, sua narrativa é cronológica (Raminelli, 2000, p. 27-46). O processo de desvendamento e exploração de um mundo ainda fantástico criou a visão de um “Novo Mundo”, contrapondo-se ao “Velho Mundo”, característica da lógica europeu. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_viagens_maravilhosas.htm> Acesso em: 18 dez 2019

Embora o Tratado de Madri, em 1750, estipulasse a troca da Colônia do Sacramento pelos Sete Povos das Missões, ela jamais foi efetivada, sendo que o Tratado de El Pardo, de 1761, anulou o anterior. A guerra voltaria ao Prata como consequência do conflito europeu que opôs os Bourbons à maior parte das demais nações europeias, entre as quais Portugal, resultando na capitulação de Colônia frente ao governador de Buenos Aires, em setembro de 1761. Pelo Tratado de Paris, assinado em fevereiro de 1763, a influência da Inglaterra, novamente líder vitoriosa de outra liga contra Espanha e França, obrigou a Coroa espanhola a devolver Colônia aos portugueses (POSSAMAI, 2004, p.23-24).

Segundo Dentri (2012, p.111), o intenso impulso à urbanização da capitania de São Paulo a partir de 1765 foi parte de uma renovada estratégia da Metrópole em relação a seus territórios meridionais na América. Depois de permanecer dezessete anos subordinada ao governo do Rio de Janeiro, São Paulo foi restaurada como capitania autônoma, devendo atuar na reorganização da defesa do Sul e no reforço da segurança na fronteira oeste.

Para a população de Paranaguá, possivelmente a defesa militar da vila era mais relevante no cenário das invasões piratas da primeira metade do século XVIII, embora sua instalação tenha ocorrido apenas no cenário de guerra no Sul e do agravamento das tensões entre portugueses e espanhóis. Neste contexto, a construção da Fortaleza N. S. dos Prazeres na entrada da baía, representava uma necessidade de defesa mais prática no universo local, para além das estratégias defensivas da Coroa portuguesa, preocupadas em não perder territórios para o reino espanhol.

Até o século XVII, para a defesa da região, a Coroa portuguesa havia enviado apenas canhões do tipo roqueira⁴⁶, instalados em uma ilha em frente à Ilha do Mel, por este motivo foi posteriormente denominada *Ilha das Peças* (IPHAN 10SR/PR, 2004, p.4):

Ao longo dos anos não foram poucos os sobressaltos vividos pela vila, até que em 1734, o então governador, capitão-mor Anastácio de Freitas Trancoso, mandou instalar uma peça de artilharia na barra, para evitar a passagem de qualquer embarcação cujo acesso fosse indesejável. A necessidade da construção de um forte, que se fazia sentir desde a fundação da Colônia do Sacramento⁴⁷, mais e mais se tornava premente,

⁴⁶ Canhões de ferro que atiravam pedras (nota do autor).

⁴⁷ Segundo Prado (2002, p.2):, "a Colônia estabelecida por ordem da coroa portuguesa na margem norte do Rio da Prata, em frente a Buenos Aires significou o abandono dos limites estipulados pelo Tratado de Tordesilhas. A fundação da Colônia do Sacramento, a partir do Rio

ante a crescente tensão entre Portugal e Espanha (PARANÁ, 2006, p.333).

O primeiro autor a descrever a construção do baluarte⁴⁸ foi Vieira dos Santos. Em 1850, publicou “*Memórias históricas e descritivas de Paranaguá e seu município*”⁴⁹, onde relata entre outras informações, a arquitetura, o episódio com o navio inglês Cormorant e seus desdobramentos, além do conteúdo de documentos oficiais relativos ao complexo defensivo, que apontam fragmentos das relações de poder da metrópole portuguesa na região e mesmo da relação do autor com as autoridades locais, como nomeações para cargos públicos e valorização superestimada das personalidades da elite local.

Davi Carneiro (1986) detalha a participação do Ajudante d'ordens Affonso Botelho na consolidação das estratégias da Capitania de São Paulo, a partir da construção da fortificação nas águas da Baía de Paranaguá, na fundação de novas vilas e povoados (Guaratuba, Sabaúna) além do projeto expansionista para oeste do Tibagi e finalmente nos movimentos de guerra contra os castelhanos no sul.

Outra referência na construção deste capítulo, a obra *Espirais do tempo. Bens tombados no Paraná* (2006), publicada pela Secretaria de Cultura do Paraná, material com riqueza de detalhes arquitetônicos – como no exemplo: “o acesso à fortaleza faz-se através de arcada em meio ponto, flanqueada, na entrada, por bela portada em cantaria encimada por cartela com as armas do Reino de Portugal” (p.339) – permite compreender as disputas que antecederam a construção, à sua respectiva instalação e episódios que

de Janeiro e sua manutenção por quase cem anos (1680 à 1777), foi a materialização do processo de expansão territorial e comercial do Estado lusitano e das elites mercantis luso-brasileiras rumo a região do Rio do Prata. Sacramento devia viabilizar e restabelecer os vínculos rompidos após o fim da União Ibérica após 1640.

⁴⁸ Fortaleza inexpugnável; local absolutamente seguro (bastião), termo utilizado na arquitetura militar (*idem*).

⁴⁹ Originais da obra encontram-se inscritos no livro do Tombo 144-II. Processo nº 01/2002. Inscrição: 17/12/2003; Proprietário Particular - Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá. É importante interpretar o contexto social das obras descritivas de Vieira dos Santos segundo suas interações na economia e política de Paranaguá, Morretes e Antonina no século XIX, para compreender as relações de poder e cultura presentes na narrativa do cronista português. Artigo: Estratégias de integração social: a trajetória de Vieira dos Santos na Vila de Morretes (1814-1851). GOMES, Sandro Aramis Richter. 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Porto Alegre; UFRS, 2011 Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/cadernosumos5encontro.pdf> Acesso em 10 jan 2020

envolveram a fortificação na História do Paraná. A seguir procuramos inserir a Fortaleza N.S. dos Prazeres no contexto do complexo defensivo do período colonial no Brasil.

2.1 FORTIFICAÇÕES NO BRASIL COLONIAL

Ao longo dos séculos XVI ao XVIII, diversas fortalezas foram construídas pelos portugueses em todo território brasileiro, parte deste acervo histórico-cultural está inserido na lista de patrimônios reconhecidos internacionalmente. Dezenove (19) destas fortificações coloniais estão na Lista Indicativa (2015), para o Patrimônio Mundial da UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (SECOMANDI, 2017, p.9).

Para compreensão do padrão militar de edificações durante os três primeiros séculos de ocupação no Brasil, é preciso recorrer às narrativas sobre o modelo adotado pelo Império Ultramarino português na Ásia. Andrea Doré (2008) demonstra que este objetivo era representativo do poder colonial lusitano:

No caso do Oriente, a construção de fortalezas esteve entre os primeiros objetivos definidos pelos portugueses ao chegar ao oceano Índico. O poder sobre praças fortificadas, estabelecidas ao longo da costa, com raras vocações para uma urbanização mais ampla, representou um modelo de dominação cercada, não no sentido apenas militar, mas no de sua estrutura econômica e social. A vivência desse cerco, nem sempre declarado, se estendeu por todo o século XVI e as primeiras décadas do século XVII, quando potências europeias, interessadas tanto na circulação de mercadorias quanto na sua produção – ingleses e holandeses – conquistaram a maior parte dos enclaves portugueses (DORÉ, 2008, p.94).

Outra especificidade portuguesa neste processo de intervenção é a preferência por instalações militares no litoral, utilizando-se dos seus navios e das fortalezas como base do seu projeto militar expansionista:

Partindo da familiaridade com o litoral manifestada pelos portugueses, algumas relações podem ser feitas entre o navio – espaço de reclusão privilegiado pelos portugueses – e a fortaleza – igualmente um espaço de reclusão, funcionando como um enclave em terra firme, no litoral. Este paralelo refere-se à presença portuguesa no Oriente onde, como se pode

verificar, as fortalezas funcionaram como uma instituição fundamental da expansão (DORÉ, 2008, p.94).

No contexto colonial do Brasil, embora a autora identifique uma função distinta para este tipo de fortificação, sua importância não é menos relevante:

Mesmo com uma função diferente, mais de defesa do que de controle, no Brasil também foi construído um grande número de fortes e fortalezas em todo o território, do Amapá ao Rio Grande do Sul. Um estudo feito por Aníbal Barreto fala de “cinturão de fortalezas” no período colonial e conta, apenas na Baía de Todos os Santos, o ponto mais defendido do Brasil, um total de 25 edificações, entre fortalezas, fortes, redutos e fortins (DORÉ, 2008, p.94).

Castro (2006, p.26) nos revela que, ao longo da História, em todos os locais onde os portugueses estabeleceram seus assentamentos, a questão da defesa sempre esteve presente. A frota de Gonçalo Coelho (1502), enviada para explorar o território, teria fundado uma feitoria fortificada no atual estado do Rio de Janeiro, a qual o autor considera a primeira ocupação lusitana permanente no Brasil, marco no processo de defesa militar empregado na América portuguesa, constituída por muralhas, casa-forte e fortalezas.

No período colonial, a população brasileira teve que se sacrificar com impostos para se defender contra a pirataria, banditismo e outros inimigos.

(...) pressões contribuíram em grande medida para o planejamento de estratégias de defesa e ocupação do território por parte da Coroa Portuguesa. A partir, sobretudo, de 1625, os lusitanos começaram a fazer investidas defensivas mais enérgicas do território que passou a lhe pertencer desde a composição do Tratado de Tordesilhas (ALBUQUERQUE, 2008, p. 41). Redes comerciais, implantação de colônias, missões religiosas e construção de fortes compuseram essas estratégias de defesa e dominação, as quais, no entanto, não se deram isoladamente, mas em conjunto, uma complementando a outra (SOARES, 2015, p.111)

Em 1530, quando Martim Afonso foi enviado para fundar a primeira vila no Brasil, recebeu a notícia que a feitoria portuguesa em Pernambuco havia sido saqueada por navios franceses, considerados piratas. Durante sua viagem, atacou embarcações daquela nação que faziam comércio de madeira com os indígenas. Uma das primeiras medidas no sentido de defender as terras da Coroa portuguesa foi fundar uma casa-forte na Baía de Guanabara.

Financiadas por contribuição direta dos próprios moradores, através de impostos, taxas e contribuições extraordinárias

denominadas “fintas”, não poderiam ser de grande porte, pois a pequena população da grande maioria das vilas da colônia não teria condições de erguer e manter obras fortificadas do mesmo porte daquelas construídas com recursos oficiais da metrópole, restringindo a intervenção da Coroa portuguesa apenas na escolha do local estratégico onde deveriam ser instalados os complexos defensivos (CASTRO, 2006, P.27)

O mesmo autor afirma que Tomé de Souza⁵⁰ trouxe em 1548, instruções do rei determinando que construísse uma fortaleza de pedra e cal – a futura cidade de Salvador, e que “cada dono de engenho de açúcar construísse uma casa forte ou torre fortificada”. Para combater os invasores que vinham pelo mar, providos dos mais recentes recursos em matéria de armamento com base na pólvora, trataram os lusitanos de providenciar fortalezas (MORI, LEMOS E CASTRO, 2003, p.53-54).

Na obra “*Arquitetura Militar: um panorama histórico a partir do Porto de Santos*”, desde o início da colonização “a costa brasileira, as primeiras feitorias corriam o risco permanente de assaltos de piratas (...) diversas nacionalidades também tentaram a posse de regiões não ocupadas que romperiam a continuidade do litoral lusitano” (MORI, LEMOS E CASTRO, 2003, p.51).

Por exemplo, franceses, chegaram a firmar aliança com indígenas fixando-se durante longo período em duas ocasiões, primeiro no Rio de Janeiro em 1555 e depois no Maranhão, em 1612. É importante destacar o longo período de ocupação holandesa no Nordeste, financiados por companhias de comércio, que atacaram no século XVII a Bahia e a seguir dominaram Pernambuco, onde permaneceram por 25 anos (MORI, LEMOS E CASTRO, 2003, p.53).

Percival Tirapeli (2006, p.13) nos apresenta um panorama dessas fortificações em território brasileiro, desde o Sul até o Amazonas:

Para defenderem a nova terra contra invasores e índios, os portugueses construíram fortalezas em vários pontos da costa litorânea. Muitas delas resistiram ao tempo e ainda podem ser conhecidas de perto. Salvador, a antiga capital colonial, é a cidade com o maior número de fortificações, que estão ao redor da Baía de Todos os Santos. Devido à proximidade com os espanhóis, a ilha mais fortificada é a de Santa Catarina, onde hoje está a cidade de Florianópolis. No litoral paulista também existem muitos fortes, e em Bertioga está o mais antigo deles, chamado São João, onde Hans Staden serviu aos portugueses em 1537. Entretanto, a maior fortaleza do Brasil não fica no litoral, mas sim em Rondônia, e se chama Real Forte do Príncipe da Beira. Situada na margem direita do rio Guaporé, foi construída a mando do Marquês de Pombal, na segunda

⁵⁰ primeiro governador geral do Brasil (1549), fundou a primeira capital da colônia em Salvador.

metade do século XVIII, para marcar a fronteira portuguesa na Amazônia (apud CUSTÓDIO, 2011, p.178).

Para Adler Homero Castro (2006), havia dois modelos de gerenciamento do complexo defensivo, um estatal, que era mantido pela Coroa e outro onde a população local deveria ser responsável, pelo menos parcialmente, pelo empreendimento:

Nem todos os fortes do Brasil foram construídos pelo governo. Na verdade, cada povoação tinha que ter sua fortaleza para se defender de inimigos... o esquema de defesa que viria a ser seguido na maior parte do território durante todo o período colonial foi estabelecido por Tomé de Souza, haveria bases fortificadas construídas e mantidas pelo governo, enquanto vilas e povoados menores deveriam construir e manter suas próprias fortificações. (CASTRO, 2006, p.27).

Esta pode ser uma possível explicação para o fato de que, no Brasil há um grande número de construções realizadas sem incentivo direto da Coroa, e também porque parte das fortificações tinha dimensões reduzidas com problemas financeiros que começavam desde o a elaboração do projeto até a sua manutenção depois da conclusão da obra:

Com o passar do tempo, a Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres teve vários períodos de inatividade. Desarmada em 1800, seus canhões foram levados de volta a Santos. Em 1802, por ordem do governador da capitania de São Paulo, a fortaleza passou por pequenas obras de reparos e reconstrução, e em 1820, já quase em ruínas, foi, ao que consta de documentação, novamente submetida a grandes reparos, concluídos dois anos depois SEEC, 2006, p.334).

Neste contexto, inseriu-se a construção da Fortaleza N. S. dos Prazeres, com momentos de rupturas e continuidades, disputas e espaço de sociabilidade⁵¹ na Ilha do Mel. Sua permanência como elemento arquitetônico, representativo das relações de poder, de cultura e da presença do Estado português na América colonial, especificamente na região de Paranaguá, local que foi território de intenso fluxo migratório durante seu processo de construção como vila colonial no Brasil.

A seguir, descrevemos o contexto histórico da vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá entre os séculos XVII e XVIII, desde sua fundação administrativa em 1648 até a reativação da Capitania de São Paulo em 1765.

⁵¹ Sobre os aspectos sociológicos que envolvem as comunidades tradicionais no local, ver Nascimento (2015).

Embora não seja objeto específico de investigação, entendemos que a construção da fortificação surgiu em função das preocupações defensivas desta vila, e portanto, seu o contexto histórico é importante para este trabalho.

2.2 A VILA DE PARANAGUÁ (1643-1745)

Inicialmente, para compreendermos o processo de instalação da Fortaleza N. S. dos Prazeres como marco do complexo defensivo do litoral paranaense, procuramos investigar qual era o cenário territorial de disputa que envolvia tal edificação, a Vila de Paranaguá. Para tanto, analisamos o papel da principal povoação colonial neste período em território paranaense. José Augusto Leandro (2003), afirma que:

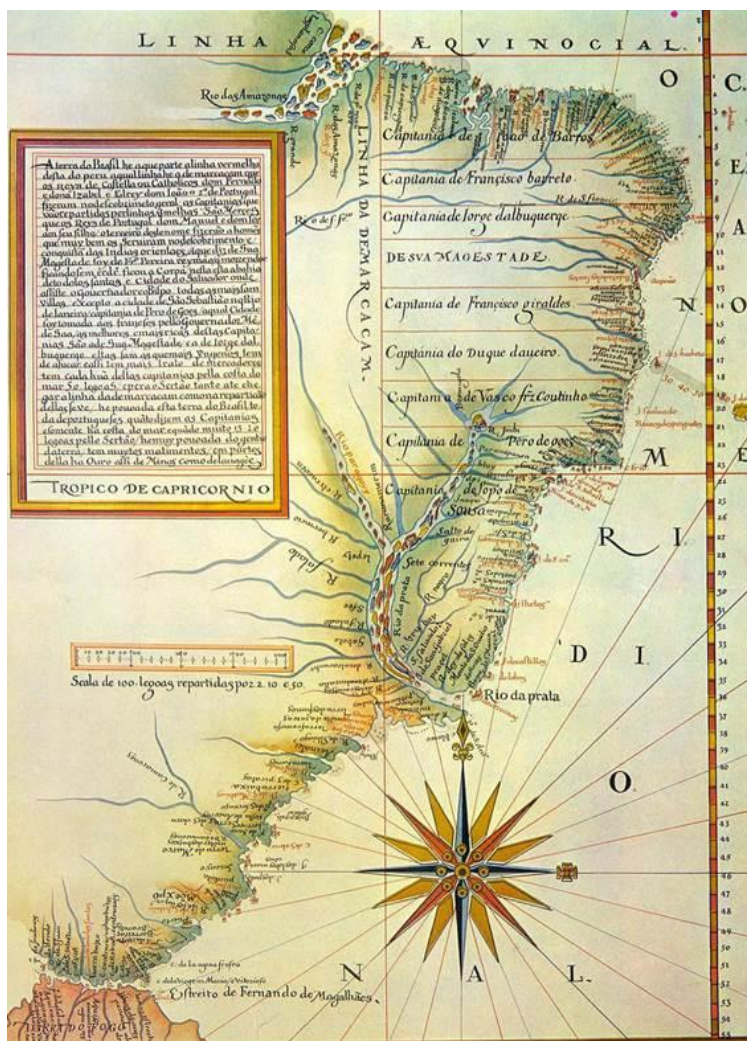
Os arredores e o interior do grande mar redondo e da baía de Guaratuba foram *lócus* de povos indígenas, principalmente de carijós, migrados da região para outras paragens, "incorporados" culturalmente pela mestiçagem ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, ou mesmo exterminados nos inúmeros contatos com os colonizadores região litorânea paranaense viveu as mazelas do escravismo principalmente a partir do último quartel do século XVII (LEANDRO, 2003, p.2-4).

Com a divisão do Brasil em Capitânicas Hereditárias (FIGURA 4) as áreas que hoje compreendem o litoral do Paraná faziam parte de duas porções de território divididas pela Coroa portuguesa no século XVI: São Vicente e Santana. A primeira, de propriedade do capitão donatário Martim Afonso de Souza, desde Bertioga (litoral sul de São Paulo) até a entrada da Baía de Paranaguá. A segunda pertenceu ao donatário Pero Lopes de Souza,⁵² ficava ao sul da região, prolongando-se (indefinidamente) até onde fossem as terras da Coroa portuguesa, na divisa do Tratado de Tordesilhas com os espanhóis.

FIGURA 4: Capitânicas Hereditárias de Luís Teixeira, anexo Roteiro de todos os Sinaes (1574).⁵³

⁵² Irmão de Martin Afonso, autor do *Diário de Navegação da Armada*, que foi à Terra do Brasil, em 1530, importante testemunho do início das Capitânicas hereditárias no Brasil colonial.

⁵³ Com a divisão da América portuguesa em capitânicas, a linha de Tordesilhas foi deslocada 10° a oeste.



FONTE: Biblioteca da Ajuda, Lisboa. Cópia elaborada a partir do original, ms. 51-IV-38

Em artigo sobre cartografia na região de Paranaguá, Jefferson Picanço e Maria José Mesquita (2011), nos fornecem um histórico da ocupação no litoral:

No século dezesseis a baía de Paranaguá foi uma região com acesso dificultado pelos problemas de navegação em sua barra, pela falta de comunicações imediatas com o interior e pelo fato de estar numa zona disputada entre as duas potências coloniais ibéricas devido às ambiguidades do tratado de Tordesilhas. No entanto, ela é conhecida desde pelo menos 1550, quando foi visitada por Hans Staden, que aí já encontrou portugueses em contato com os índios (PICANÇO e MESQUITA, 2011, p.1).

Ainda, os pesquisadores afirmam que a região chegou a ser ocupada pela Coroa de Castela, embora a ocupação lusitana tenha se concretizado em pouco tempo:

Para Reinhardt Maack (1969, pag. 23), a baía de Paranaguá não foi inicialmente reconhecida desde o mar, mas sim pelos

canais (o varadouro velho) que a ligam à região de Cananéia. Esta ocupação teria iniciado já a partir de 1501. No entanto, parece que depois deste fato a região, ao final do século XVI, estava na órbita portuguesa (PICANÇO e MESQUITA, 2011, p.4).⁵⁴

Westphalen (1976, p.201-202) também afirma que vicentinos percorriam o litoral da Capitania indo ao sul de Cananéia à procura de índios para aprisionar e metais preciosos, e finalmente, expulsar espanhóis da região⁵⁵. Há registros do início da ocupação ocorrida em torno da mineração na baía de Paranaguá já na segunda metade do século XVI:

Por volta de 1565, como afirma Julio Moreira, Heliodoro Eobanos teria descoberto “pequenas manchas auríferas em Iguape, Paranaguá e no Planalto curitibano. A região de Paranaguá por volta de 1578 até 1580 era domínio dos índios carijós, e a busca pelo ouro foi desencadeadora do povoamento feita pelo homem branco. Em 1614 já se tem notícias de Diogo de Unhate, sesmeiro⁵⁶ da região (STECA e FLORES, 2002, p.2-3).

Ainda segundo Picanço e Mesquita (2011), a migração colonial para a região litorânea⁵⁷ do atual Estado do Paraná,⁵⁸ teve início com colonos vindos de São Vicente e Cananéia, que se estabeleceram desde 1560 na Ilha da Cotinga.⁵⁹ Em pouco tempo, transferiram seu núcleo para o continente e formaram um novo arraial, onde coexistiam mineradores, aventureiros e grupos pré-colombianos ceramistas⁶⁰ que habitavam o local que se tornaria a vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá:

Em 29 de julho de 1648, por Provisão Régia, D. João IV, rei de Portugal, em atenção ao que lhe fora solicitado pelos

⁵⁴ Sabe-se que em 1535 Cananéia era ocupada por espanhóis, os quais chegaram a entrar em conflito e saquear a vila de São Vicente.

⁵⁵ “Dentre as primeiras referências a presença portuguesa no litoral paranaense, consta uma bandeira Cativadora de índios em 1585, a primeira lançada pelos paulistas, que se dirigiu contra os Carijó de Paranaguá. Essa bandeira foi chefiada por Jerônimo Leitão, Capitão-Mor de São Vicente, que deu continuidade à ação preadora nos anos subsequentes. Seu sucessor, Manoel Soeiro, e outros bandeirantes, continuaram as incursões preadoras após 1594, até o extermínio de toda a população indígena no litoral sul” Disponível em: <<http://www.museuparanaense.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=103>> Acesso em 10 mai 2020.

⁵⁶ Sesmeiro era o nome dado ao recebedor de terras do Capitão Donatário (nota do autor)

⁵⁷ Segundo Nascimento (2015, p.19), constituído por sete municípios (Paranaguá, Guaratuba, Antonina, Morretes, Matinhos, Pontal do Paraná e Guaraqueçaba).

⁵⁸ Segundo Leandro (2003, P.2) Wilson Martins refere-se ao Paraná a partir da criação da província, em 1853. Cabe ressaltar que a vila de Paranaguá é muito anterior a emancipação política, chegando mesmo a constituir a sede da Capitania até 1709

⁵⁹ Localizada no interior da Baía de Paranaguá, no Paraná.

⁶⁰ São com estes grupos ceramistas que os portugueses farão os primeiros contatos no final do século XVI, principalmente na ilha da Cotinga (p.27)

habitantes do povoado, que desde os fins do século XVI ou princípios do XVII se erguera à margem esquerda do Rio Itiberê, houve por bem conceder foros de vila à póvoa que, como tantos outros pequenos aglomerados humanos, se perdia nas vastidões meridionais do Brasil (PARANÁ, 2006, p.333).

André Cavazzani (2013), em tese de doutorado “*Tendo o sol por testemunha: população portuguesa na Baía de Paranaguá (c. 1750-1830)*” nos fornece elementos históricos que colaboram na compreensão sobre o contexto histórico da vila nesse período.

Quanto às especificidades de Paranaguá, será importante mencionar, como já indicado, que se esta localidade não se encaixa no quadro histórico-econômico de gado-peonagem, ou tampouco, no das pequenas propriedades formadas pelos núcleos coloniais, isso não significou seu isolamento com relação a outras áreas do Brasil sete e oitocentista povoado da Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, se desenvolveu ao longo do séc. XVIII complexificando-se, já na entrada do século XIX, ganhando então contornos de vila portuária e entreposto comercial a estabelecer ligações com outras praças – mais distantes – do Atlântico (CAVAZZANI, 2013, p.13-14).

O autor ainda nos fornece elementos para compreendermos sobre a demografia e constituição da população local, com destaque para a ampla mestiçagem e forte presença de portugueses na composição social.

Índios, africanos e toda a variada gama de mestiços que caracterizaram os quadros demográficos da maioria das regiões brasileiras, conviviam em Paranaguá ao lado de brancos muitos deles, evidentemente, nascidos em Portugal. Ou seja, mesmo que de forma um tanto diversa do que é visto para as regiões de *plantation*, Paranaguá também conheceu a escravidão, bem como os variados processos de estratificação social inerentes a esse sistema (CAVAZZANI, 2013, p.13-14).

Acrescentamos aqui a interpretação de Leandro (2003) que nos aponta para a formação de um mosaico humano de diferentes matizes na região.

território de uma comarca (Paranaguá) do Brasil Meridional composta de habitantes brancos, muitos deles com forte acento lusitano, e que ali conviviam com escravos negros e mulatos, "crioulos" e "de nação"; mestiços sob o estatuto jurídico da liberdade, de variados tons de pele, em número expressivo, também compuseram o colorido mosaico humano que se formou nos arredores e no interior do grande mar redondo e da baía de Guaratuba (LEANDRO, 2003, p.8)

A fortificação na Ilha do Mel destinava-se à defesa estratégica da Vila de Paranaguá, principal lócus português no litoral paranaense, garantindo a

segurança do seu ancoradouro, o Porto da Rua da Praia, onde eram embarcados ouro, madeira e outros produtos extraídos da região.

Subordinada à capitania de São Paulo e fundada com o objetivo de firmar ao Sul de Cananéia e projetar até o Rio da Prata a soberania lusa, mediante o povoamento do litoral e sertões correspondentes a povoação litorânea foi sede de sucessivos comandos militares, com o objetivo de prestar auxílio às medidas de expansão e assegurar a proteção contra eventuais ataques de navios estrangeiros (PARANÁ, 2006, p.333).

Gabriel de Lara⁶¹, a serviço da Coroa portuguesa, em 1646, manifesta à Câmara Municipal de São Paulo, a primeira mina de ouro encontrada em Paranaguá Dois anos depois recebeu autorização para fundar a Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá com a aprovação de Eleodoro Ébano Pereira⁶² representante do Governador Geral Duarte Correia Vasqueanes (1644-1650)

A existência de ouro naquele local despertou interesses da coroa portuguesa e acirrou a disputa pela posse da Capitania entre os herdeiros de Pero Lopes de Souza (...) seus sobrinhos, Luís Alvares de Castro e Souza, o Marques de Cascais, e Diogo Vaz de Escobar, o Conde d'Ilha do Príncipe. Este conflito que já se arrastava há tempos foi resolvido através da divisão da Capitania de Santana, que ia da Barra de Paranaguá até Laguna, Santa Catarina (WESTPHALEN, 1976, p.3).

A mudança do eixo da mineração provocou a elevação de pequenos povoados até então, à categoria de vila, e conseqüentemente alterou toda organização política administrativa no sul da colônia.

Com o deslocamento da exploração aurífera mais para o sul, as lavras do rio Ribeira e as lavras de Paranaguá e Curitiba passam a ser cada vez mais importantes. A fundação das vilas de Iguape, próximo de Cananéia, em 1637, a fundação de Paranaguá em 1648 e Curitiba em 1668, são um indício desta importância (PICANÇO e MESQUITA, 2011, p.8).

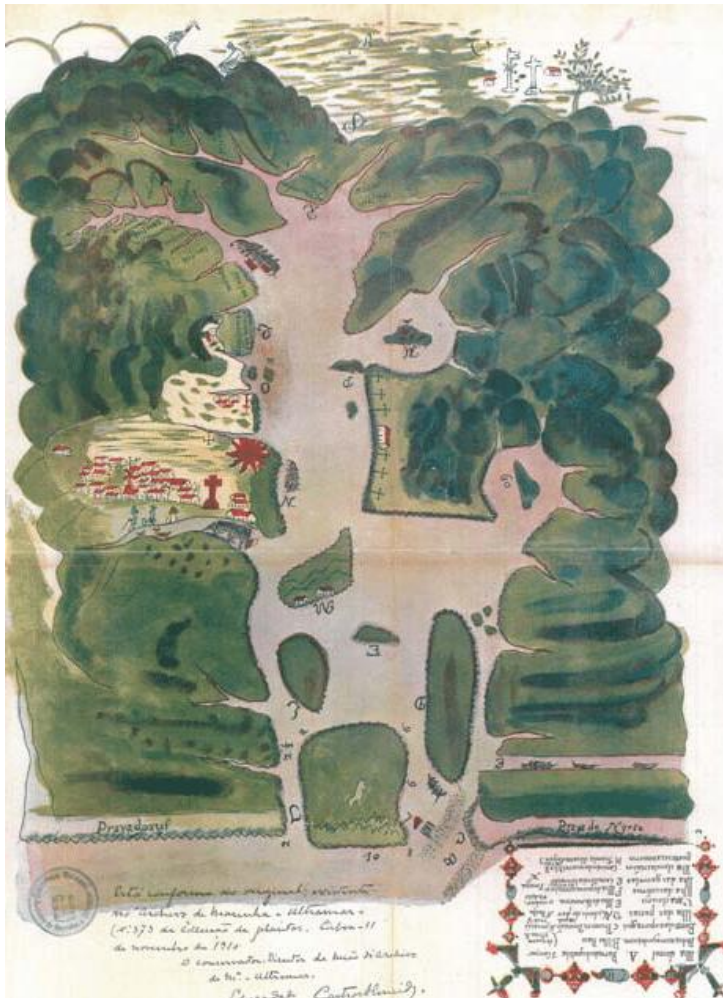
Para defender seus interesses na região, a coroa portuguesa nomeou Eleodoro Ébano Pereira (1648) como representante por ordens do Governador Geral do Brasil. Westphalen (1972, p.202) destaca que o ouro de Paranaguá despertava atenção da metrópole, que estabeleceu ali uma Casa de Fundação:

⁶¹ nomeado Lugar-Tenente, Capitão-Mor e Ouvidor de Paranaguá (nota do autor)

⁶² Capitão das canoas de guerra e o entabulador das minas de ouro do distrito do Sul. Disponível em: <http://www.memorial.mppr.mp.br/pagina-39.html>

Seus objetivos (de Eleodoro) em Paranaguá e no planalto curitibano era conhecer e cadastrar as minas (em 1653, já se contavam cerca de onze jazidas auríferas); entabular ou seja registrar oficialmente as mesmas, fundar uma “Casa de Quintos” (casa de fundição de ouro) a patrulhar as costas do Mar do Sul (STECA E FLORES, 2002, p.6).

FIGURA 5 – Localização das minas de Paranaguá (1653).⁶³



Fonte: Carta do Provedor da Fazenda do Rio De Janeiro e Administrador Geral das minas do sul do Brasil Pedro de Souza Pereira, dirigida ao R, na qual o informa circunstanciadamente acerca das minas que se tinham descoberto e do que era necessário fazer-se para as conservar. Vila da Conceição, 20 de maio de 1653. Anais Bibl. Nac. 39:202-205.

Em 1656, a Capitania de Santana deu lugar a uma nova administração centralizada na vila que durou até 1709, principalmente em função da atividade mineradora no litoral e primeiro planalto paranaense.

Foi criada a Capitania de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, cujo donatário era o Marques de Cascais, que se

⁶³ O mapa de Pedro de Souza Pereira, provedor-mor⁶³, feito no auge da exploração aurífera, é um documento importante, onde o interior da baía foi cartografado com detalhes, inclusive a localização das minas de ouro.

iniciava a 40 léguas (240 km) ao sul da Barra de Paranaguá. O espaço ao norte ficou com o *Conde*. Para organizar e defender seus interesses na capitania, o Marquês de Cascais nomeou Gabriel de Lara como seu capitão-mor⁶⁴ em 1660. (STECA E FLORES, 2002, p. 4)

Todavia, a quantidade do metal disponível parece ter frustrado as pretensões da metrópole na região litorânea e no Planalto de Curitiba, conforme nos afirma Westphalen (1972, p.202-203), “foram, no final do século XVII, dissipadas as expectativas de ouro e prata em abundância no Paraná, logo também por motivo da descoberta das minas dos Cataguases⁶⁵ e de Cuiabá, deu-se a retirada da maioria dos mineradores em terras paranaenses.

Desde meados do século XVII, quando se fixou o povoamento do planalto, moradores de Paranaguá haviam iniciado a criação de gado, nos campos de Curitiba. Esse movimento migratório, dos moradores que decidiram sair na vila de Paranaguá em direção ao primeiro planalto, após o curto período de comoção pela descoberta das jazidas, transportando gado e éguas para a região de Curitiba.

O provedor de Paranaguá relatava que, em 1653, que com três dias de caminho, eram alcançados os campos férteis de Curitiba, no qual havia gado de alguns moradores de Paranaguá. E o Ouvidor Pardino, em 1720, também se refere aos moradores da Vila de Paranaguá, levando pela serra acima, algumas cabeças de gado vacum e algumas éguas que se multiplicaram nos campos de Curitiba (WESTPHALEN, 1972, p.204).

Entretanto, o tropeirismo e a criação de gado definitivamente não se constituíram em ciclos da economia da vila, senão apenas para o comércio regional. Nem tão pouco foi registrada a presença de núcleos de colonos europeus de diferentes nacionalidades durante o século XVIII.

Apesar de meridional, essa povoação litorânea não teve, como ocorreu no planalto, a pecuária como carro-chefe de sua formação histórico econômica. Além disso, ainda que houvesse tentativas nesse sentido, Paranaguá não se desenvolveu a partir dos núcleos de colonos alemães, italianos, e outros, caracterizados pela pequena propriedade e mão de obra livre

⁶⁴ Essa era a designação para cada um dos oficiais militares, responsáveis pelo comando das tropas de Ordenança em cada cidade, vila ou conselho de Portugal,[1] entre os séculos XVI e XIX. A designação foi também aplicada a outras funções militares e administrativas na Marinha e no Ultramar Português. Foi uma designação de uso corrente no Brasil na época colonial. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/144-capitao-mor>
Acesso em 30 mar 2019

⁶⁵ Região que compreende atualmente a maior parte de Minas Gerais.

geradora de excedentes voltados ao abastecimento interno (CAVAZZANI, 2013, p.13).

Após o primeiro ciclo de ocupação, em decorrência da procura por metais no século XVII, as primeiras décadas do século seguinte revelam uma forte tendência para a produção local de farinha como alternativa de subsistência e de pequeno comércio. Agostinho Bezzera (1665), Dom Rodrigo (1678), Dom Manuel Lobo (1679) expediam ordens à Câmara local ordenando remessas de farinha para embarcações no Rio São Francisco, na Colônia de Sacramento ou ainda a quantia de 500 alqueires⁶⁶ do produto para o Rio de Janeiro.

Segundo Westphalen (1972, p.206), “já em 1679, a Câmara Municipal de Paranaguá, apresentava a D. Rodrigo de Castel Branco, as condições de limitações da Vila, com a pobreza dos seus súditos, falta de índios e pouco lucro das lavouras”. Para a historiadora, a situação miserável da região entre os habitantes, não surtiu a comoção esperada da Coroa lusitana.

Correspondência interna de 1724, emitida pelo Governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo Cesar de Menezes, adverte em tom de ameaça ao Capitão-mor da Vila de Paranaguá, que negocie farinha com os navios provenientes do Rio de Janeiro, sob pena de omissão:

Quando a essa Villa vá alguma embarcação do Rio de Janeiro mandada pelo General Ayres de Saldanha de Albuquerque, a comprar farinha Vossa Mercê fará se lhe venda a que for possível, pelo preço em que estiver na terra sem alteração alguma advertindo que ficará sempre com que se forneçam os moradores dessa Vila, como os da de Santos e a Guarnição do presídio, para que não experimente falta. Esta fará Vossa Mercê presente aos oficiais da Câmara, para que assim Vossa Mercê, como eles, procurem o melhor modo do que lhe encarrego, e porque toda a omissão será prejudicial ao serviço de El Rey meu Senhor Espero que Vossa Mercê a não tenha sob pena de responder por ela. Governador. (“Correspondência interna ao Capitão-Mor da Vila de Paranaguá, 08.05.1724”, in: Documentos Interessantes, 1896, vol.20 p.113-114).

A situação da defesa de Paranaguá foi objeto de carta régia em 1725, nesta o rei de Portugal ordenava em instruções diretas que, tropas da vila não

⁶⁶ Segundo tabela de conversão de superfície/área, 01 alqueires corresponde as medidas de 110mx220m equivalente à 2,42 hectares, sendo que 01 hectares corresponde a medida de 10.000 m². Disponível em: <https://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/engenhariarural/TERESACRISTINATARLEP/SSARRA/Conversao-Tabelas_Conversoes.pdf> Acesso em: 10 jan 2020

fossem deslocadas para Santos, sob pena de invasão da região por estrangeiros. Novamente, um documento real confirma o papel econômico de Paranaguá no abastecimento de farinha para toda a colônia.

Faço saber a vós Rodrigo Cezar de Menezes Governador e Capitão general da Capitania de São Paulo que eu sou informado que se manda marchar muitas vezes gente da Vila de Paranaguá para a de Santos estando a dita Vila exposta a experimentar a invasão do inimigo sem a qual nem a Vila de Santos, nem a Cidade de São Paulo, nem a praça da Nova Colônia do Sacramento podem passar por ser esta a que a todas socorre com a maior parte dos mantimentos com que se sustentam. Nesta consideração: Me pareceu ordenar vos ponhas todo o cuidado na conservação da dita *Villa de Pernagua* e lhe não tireis a gente que nela vive por esta ser toda necessária para a sua defesa pois se acha sem nenhuma fortificação com que possa resistir aos inimigos, caso que intentem invadi-la, e se a tomarem receberão grande perda as povoações que se sustentam das farinhas que nela há, e assim sendo necessário em alguma ocasião a expedição de gente p. a praça (de guerra) de Santos vos valereis de outras vilas que ficam mais circunvizinhas respeitando ao muito que convém não destituir de defensores a dita Vila de *Pernagua*, o que vos ei por muito recomendado (“Carta régia proibindo que se tire gente de Paranaguá para o serviço real em Santos, 06.06.1725”, in: Documentos Interessantes, 1896, vol. 18, p.139-140).

Em 1745, o Comandante da Vila de Santos dirigindo-se ao seu superior, afirma que “a Câmara de Paranaguá se mantinha com a sua pobreza” (WESTPHALEN, 1972, p.211). A vila permaneceu, como fornecedora de farinha para as demais regiões durante o século XVIII, além da congonha (erva-mate), que passou a ser comercializada na região de Curitiba. Embora a região não tivesse grande riqueza em metais preciosos ou outros bens de considerável valor econômico para este período, suas águas territoriais foram invadidas por navios não amigos”, especialmente no evento ocorrido em 1718, que destacamos a seguir.

2.3 PIRATARIA NA BAÍA DE PARANAGUÁ ENTRE 1718 e 1734

Existem evidências que nos permitem afirmar que a ameaça pirata na América portuguesa e o medo destas invasões marcou profundamente os

habitantes das vilas (Rio de Janeiro, Santos, Paranaguá) do litoral brasileiro no período colonial.

No século XVI, uma invasão aterrorizou o litoral paulista: em 1591, o inglês Thomas Cavendish tomou posse da Vila de Santos por quase sessenta dias, saqueou a população e incendiou boa parte de São Vicente e engenhos de açúcar ao redor. Os poucos testemunhos disponíveis indicam que o episódio causou medo e prejuízo material aos colonos.

O provincial Marçal Beliarde, por exemplo, então em visitas às casas da Companhia de Jesus, relata amedrontado, em uma carta de 1592, que o pirata (Cavendish) capturara um navio da companhia e andava à caça de outros, que tomara a capitania de São Vicente de “improviso” e que pusera fogo em “uma vila toda e em parte da outra, fazendo grandes descatos às imagens, templos e relíquias” (FRANÇA, 2006, p.22).

No ano de 1710, corsários⁶⁷ franceses invadiram o Rio de Janeiro, seis navios comandados por Jean-François Duclerc entraram em combate com os habitantes, que acabaram expulsando os invasores. No ano seguinte, uma esquadra francesa comandada por René Duguay-Trouin, invadiu águas da Baía de Guanabara e saqueou a vila. Desta vez, não houve vitória, autoridades locais foram obrigadas a pagar alto resgate: 610 mil cruzados em ouro, cem caixas de açúcar e duzentas cabeças de gado (BICALHO, 2006, p.21).

FIGURA 6 – Plano da Baía e da Vila do Rio de Janeiro: utilizado no ataque do corsário Duguay-Trouin ao local em 1711

⁶⁷ Corsários eram piratas autorizados por reis a atacar navios de nações inimigas, compartilhando seus lucros com o reino. Entre os séculos XVI e XVIII, as monarquias emitiram 'cartas de marca' ou “cartas de corso” que licenciavam marinheiros para saquear navios estrangeiros. Essa carta impedia que fossem acusados de pirataria, um crime punível com a morte. Disponível em: <<https://www.nmrn.org.uk/research/piracy>> Acesso em 16 dez 2019



Fonte: Bibliothèque nationale de France (Biblioteca Nacional da França). Disponível em: < <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8444385j> >. Acesso em 17 jan.2020

O ataque francês representado no mapa anterior nos revela a fragilidade do sistema defensivo das vilas litorâneas do Brasil colônia frente aos invasores. Este acontecimento no Rio de Janeiro pode ter influenciado muitas das narrativas na Colônia sobre a presença de piratas em águas brasileiras, sobretudo pelo pânico causado na população local, somado aos ataques ingleses à Santos e São Vicente ainda no século XVI.

Mas, e no caso da Vila de Paranaguá? O episódio com o navio estrangeiro em 1718 seria um fator de preocupação e impacto suficiente para justificar tanto medo nos habitantes da povoação a ponto de reivindicarem a construção de uma fortificação? Essa resposta provavelmente permanecerá em aberto, mas entendemos aqui, que a pirataria pode não ter sido o principal motivador para tal empresa.

Embora parecesse evidente para as autoridades metropolitanas que a região da baía de *Pernagoa* necessitava de melhoras em seu sistema de segurança, sua efetiva consolidação só ocorreu com a administração do

Morgado de Mateus, em outro contexto histórico: o das guerras contra espanhóis no sul da colônia. Independentemente de onde vinha o perigo, o objetivo da instalação da fortificação foi realmente proteger o “grande mar redondo”⁶⁸ dos invasores.

Até a construção da Fortaleza da Barra, o sistema de defesa da Baía de Paranaguá incluía mastros que sinalizavam a presença de embarcações suspeitas, ao sinal de socorro que incluía seis tiros de canhão, aos quais os moradores da Ilha do Mel, Ilha das Peças e Ilha Raza deveriam acudir o chamado (VIEIRA DOS SANTOS, 1850, p,220).

Segundo autores da historiografia paranaense do século XIX e XX, (VIEIRA DOS SANTOS, 1850; CARNEIRO, 1950; WACHOWICZ, 1995; MARTINS, 1995), a construção da Fortaleza N. S. dos Prazeres foi projetada para defender a região contra os ataques de piratas⁶⁹, especialmente franceses, que navegavam no litoral da Capitania de São Paulo.

Todavia, apesar das petições, rogos, súplicas, para que se defendesse a vila, Paranaguá era totalmente desprotegida como o comprova o fato ocorrido em 1718, quando governava a vila o capitão-mor Antônio Gonçalves Pinheiro: à vista de sua população, dentro da baía, ocorreu o naufrágio de um navio pirata francês que perseguia um galeão procedente de Valparaíso, fato esse levado ao conhecimento de El Rei D. João V, pelo ouvidor Rafael Pires Pardino, no curso de sua viagem de correição, pelo Sul do país (PARANÁ, 2006, p.333)

À primeira vista, nos chama atenção o número de registros (dezoito) que relatam a presença de embarcações piratas na Baía de Paranaguá entre o ataque do navio ao galeão espanhol nestas águas, em 1718 e o último registro feito por autoridades portuguesas em 1734. Mas, por que motivos os estrangeiros, especialmente de nacionalidade francesa, estavam frequentando estas águas, uma vez que a Vila de Paranaguá, conforme visto no tópico anterior estava passando por um período de miséria e poucos recursos?

A explicação pode ser encontrada na geografia: Paranaguá encontrava-se na rota dos mares do sul, num circuito de portos marítimos que incluía o Rio de Janeiro, Santos, Laguna, na direção das águas do Rio da Prata e o intenso carregamento de metais preciosos da Espanha na região que, retornando por via marítima ao continente europeu, utilizavam áreas portuárias para abastecer

⁶⁸ (LEANDRO, 2003, p.1)

⁶⁹ Entre 1720 e 1734 foram comunicadas 16 situações envolvendo navios piratas à Administração portuguesa na Baía de Paranaguá*

as embarcações com água doce (ou não salgada, do mar) para sua tripulação, nesse momento tornando-se alvo para ataques de corsários e piratas.

E suposto que, os povos então sofreram muitos incômodos; e trabalho com tudo era de reconhecida necessidade, fazer-se esta Fortaleza, achando-se o porto aberto, e ser invadido, por qualquer inimigo, ou pirata que o quisesse invadir sem ter nenhuma defesa que obstasse o ingresso nestas baías, como antigamente aconteceu no ano de 1718 com o navio pirata Francês⁷⁰, que deu a costa na ponta da Ilha da Cotinga (VIEIRA DOS SANTOS, 1850, p.218)⁷¹.

Romário Martins (1995) nos afirma que no século XVIII, Paranaguá sofreu o assédio de inúmeras embarcações, período descrito como “o século dos piratas” pelo autor. A vila temia um ataque de “*flibusteiros*”⁷² e corsários de monarcas europeus, que atacavam no mar navios portugueses e espanhóis carregados com ouro e prata “*inca e asteca*”, além de destruir vilas coloniais. Em sua narrativa sobre o episódio de 1718, o historiador paranaense cita Vicente Nascimento Junior, escritor local, para sua versão dos fatos:

Era um tanto estranho que o capitão de um navio francês Charles de la Chiné de Bolorot, fundeado em São Francisco em 1717, mandasse por terra dois homens a buscar víveres em Paranaguá...mais tarde veio a descobrir que era uma fragata da marinha francesa e destacada da esquadra de Druguay-Trouin, que havia sitiado e saqueado, em 1711 o Rio de Janeiro, cruzando em 1717 as águas do sul do continente em missão de pirataria e espionagem da costa (MARTINS, 1995, p.92).

Ruy Wachowicz (1995) utilizou as crônicas de Vieira dos Santos para tentar esclarecer a questão das frequentes invasões à Baía de Paranaguá e a reação da população local frente à presença do navio pirata.

No dia 08 de março de 1718, pescadores vindos da barra, foram levar ao Capitão-mor, a notícia da entrada de um navio estrangeiro. (...) era de facto o barco espanhol, que regressando do Pacífico, para a península, perseguido por um corsário, se vira obrigado a arribar em Paranaguá, buscando, no porto, um abrigo contra o tenaz pirata. Nem por este facto,

⁷⁰ Vieira dos Santos está se referindo ao francês Carlos La Chené Bolorôt: “Em 1718 o temerário pirata francês Bolorôt teve a imprudência de fazer seu ingresso rapinoso, atrás do galeão espanhol que vinha do Chile, carregado de prata, invadindo essas águas do terreno onde a Protetora da Cidade dominava, causando seu aparecimento imprevisto, na ponta da Ilha de Cotinga, grande susto e terror aos parnaguaras indefesos”. (VIEIRA DOS SANTOS, 1850, p.120)

⁷¹ Ortografia original no trecho de Vieira dos Santos foi mantida deliberadamente, para demonstrar a diversidade na variação da língua portuguesa escrita no Brasil (1850).

⁷² Flibusteiros, pirata do mar das Antilhas, durante os séculos XVII e XVIII. (LAPOUGE, 1998, p.86).

deixou de ser grande o alvoroço da população: a entrada da embarcação nos portos da Colônia, fechados, pela legislação portuguesa, ao comércio internacional, era sempre, um sucesso que despertava, senão o receio, a curiosidade; um acontecimento anormal, uma transgressão da lei, própria para fazer nascer suspeitas (WACHOWICZ, 1995, p.46-47).

Segundo a narrativa apresentada por este historiador, apesar do naufrágio da nau francesa na Ilha da Cotinga e do fracasso da sua tentativa de roubar a carga espanhola, ficou evidente neste episódio que o povoado se encontrava totalmente desprotegido, pois “nada a vila de Paranaguá poderia opor, contra a artilharia dos piratas: nenhuma embarcação a defendia: deficientes e pouco numerosas as armas que seus habitantes possuíam” (WACHOWICZ, 1995, p.48).

Para Cláudia Parellada (2013), arqueóloga do Museu Paranaense, outras embarcações estiveram envolvidas neste episódio de pirataria, hipótese pouco explorada pela historiografia paranaense do século XIX e XX, com base nos trabalhos arqueológicos realizados no local de afundamento do navio, próximo a cidade de Paranaguá.

Em 1718, um navio francês, o “Le François” atracou em Paranaguá, carregado com prata que vinha do Chile e seguiria para a França. Quando a viagem seria retomada, houve um ataque de piratas, franceses e ingleses, que estavam na sumaca *Louise*, embarcação de dois mastros, muito rápida e que possuía muitos canhões. Devido a um temporal repentino, o navio pirata acabou naufragando, com o impacto numa laje de rocha submersa junto à Ilha da Cotinga (PARELLADA, 2013, p.150).

A presença da embarcação de origem francesa pode ter gerado medo e terror aos habitantes da Vila de Paranaguá, que se refugiaram na Igreja de N^a. Sra. do Rosário implorando por uma intervenção divina, e encontraram no universo religioso uma explicação para o milagre que provocou a tempestade que teria causado, segundo Wachowicz (1995), o naufrágio da “nau pirata”.

Importante observarmos o tom quase apocalíptico da cena exagerada por Vieira dos Santos, para tornar sua narrativa ainda mais épica e heroica, sugerindo um evento extraordinário de salvação da população local graças à fé e à devoção.

Velhos, mulheres e crianças se refugiaram, desde então, na igreja matriz, a deprecar a intervenção da Virgem do Rosário,

para salvar a terra dos terríveis males que a ameaçavam. (...) quando o navio pirata tentava dobrar a ponta da Cotinga, o céu cobriu-se de nuvens carregadas e negras; o sol ocultou-se atrás da cortina de nimbos, como que não querendo testemunhar, com os seus raios, a criminosa cena; o trovão, logo após rimbombou, e um pé de vento violentíssimo caiu sobre a Bahia, encrespando as águas, revoltou, e jogando a nau corsária contra as Lages submersas que ali existem (WACHOWICZ, 1995, p.47).

Analisando fontes transcritas, disponíveis nos arquivos digitais da UNESP, o naufrágio do navio estrangeiro foi fato notificado às autoridades portuguesas, o que gerou uma imediata “corrida pelo ouro”, evidência histórica registrada em Carta régia de 1722, em que D. João V⁷³, o Magnânimo, oferecia metade da carga que estivesse contida na embarcação para qualquer súdito que tentasse remover “o tesouro” do leito do mar, as suas próprias custas:

Faço saber a vós Rodrigo Cezar de Menezes, Governador e Capitão general da Capitania de São Paulo, que Raphael Pires Pardinho que serviu de Ouvidor geral dessa mesma Capitania me fez presente em Carta de 26 de Junho de 1720 de haver tocado em uma pedra um Levantado na Barra de Parnagua de que resultara ir a pique salvando-se algumas pessoas que disseram trazia o dito Levantado mais de duzentos mil Cruzados em prata, ouro, e peças que tinha roubado pela Costa de Índias de Castela o que com diligência se podia aproveitar se houvesse alguns Vassallos que quisessem empreender tirar este Cabedal (serviço) a sua custa, largando-lhe eu parte do que tirassem. Me pareceu mandar vos dizer por resolução de 26 deste presente mês e ano em Consta do meu Conselho Ultramarino, que por bem de dar faculdade aos meus Vassallos para que possam fazer a diligência de o tirarem do dito Navio dando-lhe a metade do dito Cabedal incluindo-se nela as despesas que fizerem na tal diligência, a outra metade para a minha real fazenda de que vos aviso para que assim o ponha em pratica fazendo publica a todos esta minha resolução (Carta Régia oferecendo 1/2 da riqueza contida em um navio pirata naufragado na barra de Paranaguá a quem quiser tentar retirá-lo do fundo do mar, 26.05.1722”, in: Documentos Interessantes, 1896, vol.18, p.27-28)⁷⁴

Na prática, o rei concedia à iniciativa particular o direito de resgatar os valores em metais que, supostamente, naufragaram junto com o navio na baía de Paranaguá. Outro aspecto que nos chama a atenção, é que, além de ouro e prata, o navio carregava outra “riqueza” descrita neste documento como “peças”, ou seja, escravos. Pilhados na Costa de Índias de Castela, territórios

⁷³ Nasceu em Lisboa em 22 de outubro de 1689, governou o reino entre 1707 e 1750, sendo o 24º. rei de Portugal. Fonte: < <https://monarquiaportuguesa.blogs.sapo.pt/reis-de-portugal-joao-v-de-portugal-475845>> Acesso em 20.jan 2020

⁷⁴

castelhanos na América espanhola, não há registro nas fontes sobre o destino dos sobreviventes, ou se houve sobreviventes. Mas estavam no navio que afundou.

Outro documento real de 1722, também de autoria D. João V, “por graça de Deos Rey de Portugal e dos Alg.es daq.” e dalém mar em Africa senhor da Guiné”⁷⁵ ordenava que o capitão da vila de Paranaguá fosse mantido no cargo por mais três anos em função da sua atuação no episódio com o navio “de levantados” pirata em 1718, mais um registro que efetivamente o evento foi marcante para a Coroa portuguesa embora não identifique a nacionalidade da embarcação “pirata”:

“Faço saber a vós Rodrigo Cezar de Meneses Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo que por me ser prezado o grande cuidado e diligência com que se tem havido André Gonçalves Pinheiro, no posto de Capitão mor da Vila de Paranaguá na defensiva da dita terra nas ocasiões em que nela entraram navios estrangeiros especialmente quando nele entrou um navio de Levantados para aprisionar outro de franceses que ali estava, que se foi a pique com uma trovoada fazendo ter toda a cautela por vedar o comércio dos tais estrangeiros (“Carta Régia ordenando que André Gonçalves Pinheiro continue por mais 3 anos no posto de Capitão Mor de Paranaguá em vista dos grandes serviços que prestou e que pode ainda prestar 05.10.1722”, in: Documentos Interessantes, 1896, v.18, p.72)

Este documento nos revela fragmentos importantes das relações de poder entre a metrópole e a colônia. Em primeiro plano, a atuação direta e expressa do rei ao determinar a continuidade da administração do capitão mor André Gonçalves Pinheiro na Vila de Paranaguá por um período relativamente longo (três anos) em virtude da sua atuação no acontecimento com o navio em 1718. Embora o evento climático (trovoada) que determinou o final menos trágico para o ocorrido, não possa ser atribuído ao Capitão, coube a ele receber as honrarias régias de D. João V.

⁷⁵ “Pela Graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, d'Aquém e d'Além-Mar em África, Senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia, et”. Títulos utilizados pelos reis de Portugal desde a fundação do Estado português em 1139. Entre os anos de 1640 e 1815 os reis D. João IV, D. Afonso VI, D. Pedro II, D. João V, D. José I, D. Maria I (com D. Pedro III) utilizaram esta titularia régia. BITTENCOURT, Felipe Ribeiro. Iconografia numismática: os dobrões de ouro cunhados na casa da moeda de Vila Rica, Minas Gerais (1724-1727).in: Revista de Arqueologia Pública. UNICAMP, Campinas, 2016. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/download/8644653/13340/>>

Prova de que o evento com o navio “de levantados” teve impacto nas vilas da região, como Iguape e Cananéia, está registrada em carta régia de julho de 1726, na qual o rei alerta para a presença de piratas em suas águas e sinaliza para a falta de fortificações para sua defesa nestas vilas.

“Faço saber a vós Governador, e Capitão General da Capitania de São Paulo, que os oficiais da Câmara da Vila de Nossa Senhora das Neves de Iguape me representaram o grande perigo a que está exposta a ser invadida dos piratas, esta e a de Cananéia que ambas se comunicam por uma barra com as notícias das Minas do ouro, e que com efeito já na barra de Cananéia entrara uma Nau de Piratas, que por mercê de Nossa Senhora do Rosário foi dar a costa em Paranaguá; e como na dita Villa, nem na de Cananéia há Fortalezas com que se defendam”. (“Carta Régia sobre o perigo de piratas invadirem Iguape e Cananéia,08.07.1727”, in: Documentos Interessantes, 1896, vol.18, p.230).

Outras embarcações não foram registradas pelas autoridades locais. É provável que estes navios tenham procurado refúgio na Baía de Paranaguá contra condições climáticas adversas ou mesmo para procurar água potável e mantimentos para sua tripulação no entorno da região, mas a ausência de registros e ocorrências semelhantes e mesmo a falta de informações mais detalhadas sobre os motivos, a nacionalidade ou o comando destes navios, nos permite inferir sobre a pirataria na Baía de Paranaguá, que se resumiu efetivamente a um episódio isolado, sem maiores consequências ou prejuízo para a Vila e não foi acompanhado por uma série de eventos desta natureza.

A presença de navios estrangeiros realmente é um fato histórico documentado no nosso litoral, mas seria suficiente para motivar a construção da Fortaleza N. S. dos Prazeres, cerca de meio século depois, exigindo grandes sacrifícios financeiros e de trabalho da população local para concluir a obra?

Embora a questão seja complexa e a quase inexistência de fontes, as evidências apresentadas aqui nos permitem inferir sobre a possibilidade de que dificilmente esse fato seria o aglutinador de forças da coroa e da comunidade local, para a realização de uma obra que iria exaurir tantos recursos.

A pirataria na região foi utilizada pelo Marquês de Pombal ao recomendar a construção ao seu subordinado na Capitania, D. Luís Antônio em

1766. Segundo Mori, Lemos e Castro (2003, p.76), o primeiro ministro português via com preocupação a quantidade de incursões de piratas naquelas redondezas. Embora o último registro da presença de navios estrangeiros na Baía de Paranaguá ter ocorrido trinta anos antes, em 1734.

Mesmo não sendo possível afirmarmos que a política de Pombal teve resultado neste caso, o fato é que no ano seguinte, a população local precisou contribuir com recursos para a obra de construção da fortificação na Ilha do Mel.

A construção militar portuguesa, cujos trabalhos levaram três anos para serem concluídos, conduzidos pelo Ajudante d'Ordens, Afonso de Botelho São Paio e Souza e forma pagas em menor parte pela Junta da Fazenda, mas, principalmente, pela população da cidade de Paranaguá, tanto com dinheiro, quanto com escravos, farinhas e outros gêneros, além de empréstimos forçados que o responsável pela obra pedia aos mais ricos, além da Câmara de Paranaguá que contribuía anualmente para a execução da fortaleza, a obra era considerada por todos de extrema necessidade, pois o porto achava se aberto e fácil de ser invadido por qualquer inimigo ou pirata (VIEIRA DOS SANTOS, 1850, p.221).

Embora esse relato de Vieira dos Santos tenha se consolidado na historiografia paranaense do século XX, com base nas fontes documentais encontramos contradições presentes nesta narrativa, como por exemplo, a ausência de registros de empréstimos das ordens religiosas locais para a construção da fortificação.

Por outro lado, neste trabalho defendemos a hipótese de que a pirataria teve menor impacto motivador nos interesses ligados à construção da fortificação na Ilha do Mel. A urgência por uma defesa mais sólida em águas da Baía de Paranaguá está muito mais evidenciada no contexto a seguir, das invasões castelhanas no Sul, como destacou Wachowicz (1995):

O Marquês de Pombal, ministro de D. José I, estava muito preocupado com a revogação das fronteiras traçadas pelo Tratado de Madri (1750) ...a situação político-militar no sul do Brasil era difícil. O espanhol Pedro Cevallos, com poderoso exército, destruiu a Colônia de Sacramento, invadiu o Rio Grande do Sul e apossou-se da Ilha de Santa Catarina, de modo que quase todo o sul do Brasil estava ocupado por espanhóis (...) em Paranaguá, construiu-se a fortaleza da barra, prevenindo-se um provável ataque de Cevallos à povoação (WACHOWICZ, 1995, p.293).

A seguir, procuramos compreender como as fronteiras no Sul do Atlântico estavam ameaçadas durante a segunda metade do século XVIII, assim como as invasões do espanhol Pedro de Cevallos às vilas de São Pedro de Porto Alegre (1762) e à ilha de Santa Catarina (1763) tornaram mais necessárias a intervenção da coroa portuguesa na defesa dos seus domínios e territórios da Colônia e, como, neste sentido, encontramos elementos muito mais consistentes neste contexto histórico, para justificar a edificação da Fortaleza N.S. dos Prazeres entre 1767 e 1769.

2.4 CONFLITOS CONTRA OS CASTELHANOS NO SUL (1750-1777)

Inicialmente, sobre a política portuguesa de povoamento meridional no Brasil, Maria Thereza João (2005) nos traz uma importante análise sobre divergências ibéricas no sul e disputas por territórios iniciadas na região do Prata:

A transformação no sistema colonial português, ocorrida a partir da segunda metade do século XVIII é devida a uma nova organização administrativa do estado, levada a cabo pelo marquês de Pombal e encabeçada por D. José I, que reinou entre 1750 e 1777. Estabeleceu-se, desta forma, uma política mais coesa em relação aos domínios ultramarinos, culminando, inclusive, com a nomeação de Mendonça Furtado, irmão de Pombal, como secretário de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos (1760-1769). É possível dizer que o modelo pombalino se centrou especialmente nas preocupações com a expansão territorial, urbanização e recuperação econômica. De maneira mais particular no sul do Brasil, a militarização também foi característica extremamente marcante, tendo em vista o período coincidir com a ameaça dos espanhóis no Prata (o período coincide com o da Guerra dos Sete Anos). Especialmente após o Tratado de El Pardo, em 1761, o qual revogava as linhas fronteiriças estabelecidas pelo Tratado de Madrid, a Coroa necessitou da implementação de uma política capaz de salvaguardar seus territórios (JOÃO, 2005, p. 432).

Em 1750, foi firmado na Espanha um acordo entre D. João V de Portugal e D. Fernando VI de Espanha para definir limites entre as respectivas colônias americanas, pondo fim às disputas. O objetivo desta convenção político cartográfica, o Tratado de Madrid era, a partir da identificação em mapas, a ratificação da divisão de territórios ultramarinos entre portugueses e

espanhóis⁷⁶. Iris Kantor (2009) nos detalha as origens históricas desta convenção e o processo de comprovação da documentação solicitada pelas autoridades destes países.

A partir do século XVIII, diplomatas europeus estavam elaborando novos princípios de apropriação jurídica dos territórios ultramarinos. E, para municiar os diplomatas nas negociações internacionais, frequentemente eram convocados historiadores da Academia Real de História Portuguesa – criada por D. João V, em 1720 –, que desse modo, deu alguma atenção à preocupação com a defesa do patrimônio ultramarino. A Academia Real passou a solicitar às autoridades coloniais e aos colonos o envio de descrições geográficas, memórias históricas e documentação comprobatória da ocupação efetiva de todos os domínios lusitanos. Parte dessa documentação, colhida in loco, serviu, posteriormente, à preparação do Mapa das Cortes (1749), encomendado por Alexandre de Gusmão para as negociações com a Espanha em 1748- 1749 (KANTOR, 2009, p.44).

Além disso, uma novidade no acordo entre os reinos europeus foi a denominação das povoações como base para definir a posse efetiva da terra.

A assinatura do Tratado de Madrid (1750) marca uma inflexão importante no tratamento dessas questões. Desde então, além do estabelecimento da fronteira “natural” (rios e picos das serras), os demarcadores procuraram fixar uma toponímia que traduzisse o processo de ocupação efetiva do território. O nome das povoações e aldeamentos missionários passou a ser um elemento chave na definição das fronteiras entre os impérios ibéricos (KANTOR, 2009, p.44).

O propósito deste documento era substituir o Tratado de Tordesilhas (1494), o qual já não era respeitado na prática. Entretanto, após a sua assinatura, houve um sério agravamento das relações diplomáticas entre os reinos, especialmente na disputa pelo controle do acesso ao Rio da Prata, alvo de disputa entre Portugal e Espanha desde a fundação da Colônia de Sacramento (1679)⁷⁷.

As providências demarcatórias da divisa entre a Espanha e Portugal na América do Sul, decorrentes do Tratado de Madrid,

⁷⁶ Para compreender melhor as relações políticas e sua relação com a cartografia neste caso, ver o artigo do Prof. Mario Clemente Ferreira: “O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid a cartografia a serviço da diplomacia”, publicado pela revista VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37: p.51-69, jan/jun 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/vh/v23n37/v23n37a04.pdf>> Acesso em 20 set 2019.

⁷⁷ Christiane Mello nos detalha o surgimento da Colônia de Sacramento: “Em abril de 1679, ao assumir o governo do Rio de Janeiro, D. Manoel Lobo já trazia um plano de governo: após tomar de posse, se deslocaria até o Rio do Prata para fundar uma colônia devidamente fortificada, junto às ilhas de São Gabriel. Consolidada no fim de 1679, a colônia recebeu o nome de Santíssimo Sacramento (MELLO, 2018, p.1).

na parte da marinha sul, não chegaram a bom termo, não impedindo as escaramuças entre gente de Buenos Aires e os moradores da Colônia de Sacramento (...) em 1735, a colônia foi atacada duramente, iniciando-se a guerra entre os dois países, que durou alguns anos. Acordaram nesta hora os portugueses, vendo o seu vasto litoral sul totalmente desguarnecido, e trataram de fortificá-lo rapidamente (MORI, LEMOS E CASTRO, 2003, p.74).

Efetivamente, os conflitos territoriais entre Espanha e Portugal marcaram as disputas políticas no sul do país e a necessidade de ocupação militar aliada à fundação de novas vilas portuguesas nos territórios ao sul da Capitania, as fortificações instaladas em pontos estratégicos do litoral, serviam como marco demarcatório na paisagem da ocupação lusitana nas terras do sul disputadas com a Coroa Espanhola e particularmente ameaçadas na segunda metade do século XVIII. A divisão demarcatória entre os reinos era frágil, dependia fortemente da diplomacia e da cartografia, uma série de mapas oficiais circulavam entre as cortes ibéricas neste período, como no mapa do Brasil de 1601 de propriedade real espanhola. Nele, podemos perceber que as terras da Coroa de Castela estão muito próximas do litoral do Paraná.

FIGURA 7 - BRASIL. Costas. 1601- Estado de Brazyl. Escala indeterminada 1601. ⁷⁸

⁷⁸ Ao longo das negociações que conduziram a assinatura do Tratado de Madrid, os mapas adquiriram uma enorme importância enquanto instrumentos visuais de trabalho. E isso é perfeitamente compreensível quando estava em discussão a definição dos limites territoriais das coroas ibéricas na América do Sul (FERREIRA, 2007, p.52). Neste mapa espanhol do início do século XVII o limite meridional do Brasil, portanto português, é a região de São Vicente no litoral de São Paulo. Todas as terras ao sul seriam da Coroa Espanhola



Fonte: Catálogo da exposição: “Cartografía en la época de los descubrimientos”. Madrid: Biblioteca Nacional, 1974.⁷⁹

Ainda segundo Armstrong (2014), “o Tratado de Madri teve vida curta. A morte de seus idealizadores e a ascensão ao poder de seus detratores levariam à assinatura do Tratado de El Pardo, de 1761, que anulava o acordo de 1750”. Após longas tentativas de acordo entre os reinos ibéricos, o documento não foi reconhecido por nenhuma das monarquias, portuguesa ou espanhola, como legítimo.

Já em, 1762, no entanto, os espanhóis invadiriam a Colônia de Sacramento outra vez, violando o texto que assinaram no ano anterior. Em 1763, repetindo o referido padrão histórico, um tratado devolvia a fortificação a Portugal: o Tratado de Paris, acordo de paz da Guerra dos Sete Anos (ARMSTRONG, 2014, p.33).

⁷⁹ In: CABRIA, Juan Vicente Bacchiller. Cartografía manuscrita de Brasil em las Colecciones Españolas (1500-1822). Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1270805/mss1270805.pdf Acesso em 23 jan.2020

Por certo, as relações diplomáticas entre os reinos ibéricos tornaram a agravar-se na segunda metade do século XVIII e castelhanos invadem terras de Portugal:

No início de 1761, Espanha e Portugal assinaram a revogação das disposições de Madri. Tal rescisão - que restaurava o *status quo* anterior a 1750, num contexto de guerra na Europa - significava inevitavelmente o recrudescimento dos conflitos na América meridional. Inconformado com o fracasso e a relutância dos portugueses em abandonarem a Colônia do Sacramento, D. Pedro de Cevallos, governador de Buenos Aires, planejou um ataque aos fortes portugueses na região sul, com a finalidade de expulsá-los não só da Colônia, mas também do Rio Grande e de Santa Catarina (BICALHO, 2005, p.12).

Bem como, Christine Mello (2018) registra que as tensões sobem, especialmente após a invasão no Sul, aumentando a necessidade de reforçar o sistema defensivo português.

A tomada da Colônia do Sacramento, em 1762, e a invasão do Rio Grande, no ano seguinte, pelas tropas de Cevallos⁸⁰, demonstraram "a precariedade do sistema de defesa ao Sul do Estado do Brasil", encontrando-se "o Sul completamente despreparado diante da eficiência da ação espanhola com sua superioridade numérica" (MELLO, 2018, p.10).

Neste período ocorre um intenso processo de ações militares na região e a necessidade de proteção contra a invasão da Coroa espanhola em curso.

A fundação e militarização de Rio Grande passou a ser imediatamente contestada pela Espanha, e a localidade passou a viver na expectativa de invasão, o que veio a ocorrer em 1763 e quase se repetiu em 1777. Tempos de guerras e instabilidade para a população civil e ansiedade para os militares. As contradições na diplomacia luso espanhola frente ao tenso equilíbrio entre as potências ultramarinas europeias faziam, através de tratados, as fronteiras avançarem ou recuarem da direção do Prata (TORRES, 2008, p.21)

Sem dúvida o sistema de defesa era considerado fundamental nas pretensões militares e na estratégia de garantir a ocupação e guarda dos territórios ultramarinos da Coroa portuguesa no Atlântico meridional, especialmente no contexto das disputas políticas com a rival Espanha, tanto na

⁸⁰ Pedro Antonio de Cevallos Cortés y Calderón, nascido em Cadiz (Espanha) em 1715. Nobre e militar espanhol governou a Província de Buenos Aires entre 1757 a 1766. Com a criação do Vice-Reinado do Rio da Prata (1776) foi nomeado primeiro vice-rei. Envolvido em disputas territoriais com Portugal na região do sul ao comandar invasões militares castelhanas sobre a vila de Rio Grande de São Pedro e a ilha de Santa Catarina. Descrição da biografia segundo a Real Academia de la História. Disponível em: < <http://dbe.rah.es/biografias/12019/pedro-ceballos-cortes-y-calderon>> Acesso em 20 set.2019

Europa quanto na região da Colônia de Sacramento, fortificação portuguesa na margem direita do Rio da Prata e Sete Povos ainda no século XVII:

Entretanto, se a fundação e manutenção da Colônia do Sacramento em 1679 eram de fundamental importância estratégica para a reativação do comércio português na região platina, também eram evidentes os sérios prejuízos que o estabelecimento português representava aos interesses comerciais da Coroa de Castela. De fato, os espanhóis logo invadiram a Colônia do Sacramento: em 1680, ainda durante a construção, a fortaleza base da Colônia de Sacramento foi tomada de assalto e destruída pelas tropas espanholas sob o comando de D. José de Garro, governador de Buenos Aires. As ruínas só foram devolvidas a Portugal em 1683, após o Tratado Provisório de 1681, estabelecido entre o Regente D. Pedro e o Rei Carlos II da Espanha, até que pudessem chegar a uma conclusão final daquela disputa à luz do Tratado de Tordesilhas (MELLO, 2018, p.3-4).

Com efeito, este fato também foi confirmado pela historiadora Heloísa Bellotto, que destaca a superioridade castelhana durante as invasões.:

A tomada da Colônia do Sacramento, em 1762, e a invasão do Rio Grande, no ano seguinte, pelas tropas de Cevallos, demonstraram "a precariedade do sistema de defesa ao Sul do Estado do Brasil", encontrando-se "o Sul completamente despreparado diante da eficiência da ação espanhola com sua superioridade numérica". (BELLOTTO, 1979, p.42)

Com o fim da Guerra dos Sete Anos no ano de 1763⁸¹, conflito entre a Inglaterra e França (desde 1756) e que envolveu portugueses e espanhóis, as tensões foram transferidas para a América Meridional.

para a região platina ele tão somente significou o início de um contínuo estado de beligerância que se estendeu por treze anos. Essa conjuntura de guerra viu-se pontilhada por escaramuças e ações militares de ambos os lados, elementos que faziam do enfrentamento com os espanhóis uma das tônicas da administração portuguesa, mobilizando tanto as autoridades locais quanto o poder central (TORRES, 2008, p.37)

Neste ano, com a transferência da capital da Colônia de Salvador para o Rio de Janeiro, a Capitania de São Paulo, voltou a ganhar importância no cenário regional. Esta postura foi reforçada com a decisão do Marquês de

⁸¹ Segundo Mello (2008, p.9), "Forçada a sair da posição de neutralidade na fase final da Guerra dos Sete Anos, a Coroa portuguesa teve o inevitável confronto com seu próprio despreparo para um conflito de dimensões europeias. Havia uma defasagem militar de meio século, devido ao afastamento português dos teatros bélicos desde o término da Guerra de Sucessão da Coroa de Espanha. Quando o governo do Conde de Oeiras fixa o alinhamento diplomático com a Grã-Bretanha, logo solicita o imprescindível auxílio para organizar a resistência militar contra a aliança franco-espanhola".

Pombal em nomear em 1765, Dom Luís Antônio de Souza Botelho Mourão para ocupar o cargo de Governador e capitão-general. A administração do Morgado de Mateus resultou em inúmeras ações e planos⁸² na capitania.

Entre 1770 e 1777, a região sul foi palco de inúmeras disputas e combates envolvendo portugueses e espanhóis, após reconquista de Porto Alegre e da Colônia de Sacramento (1776).

No dia 7 de abril foi rezada missa na Igreja Matriz de São Pedro, o prédio mais antigo do Rio Grande do Sul no presente. O Te Deum contou com a presença de tropas participantes da retomada e uma cadeira simbólica foi deixada vazia em homenagem ao apoio do Vice-Rei, Marquês de Lavradio. A notícia da vitória lusitana repercutiu no Rio de Janeiro com comemorações. Tudo havia a reconstruir no centro urbano e o povoamento poderia novamente ser dinamizado (TORRES, 2008, p.24).

A situação na região continuava apreensiva. Em 1777, a invasão espanhola se repete, como ato de refutar a vitória anterior dos portugueses.

Porém, o ato da reconquista gerou uma reação intensa na Espanha. Foi criado o Vice-Reinado do Prata e designado o temível General Cevallos para o cargo máximo. Com mais de cem navios e dez mil homens de terra e mar, ele partiu de Cádiz com uma frota tida como invencível para os padrões da época. Investiu e conquistou a Ilha de Santa Catarina e controlou a Colônia do Sacramento, iniciando a sua demolição. Sua esquadra pretendia invadir Rio Grande pela Barra, esfacelando o Exército do Sul. As tropas de terra do Gen. Vertyz y Salcedo avançariam desde o sul e as forças navais de Cevallos atacariam pela barra do Rio Grande. Um quadro militar desastroso para os luso-brasileiros estava esboçado. Porém, as condições climáticas reinantes em Rio Grande, sempre consideradas desfavoráveis, desta vez foram benéficas: fortes ventos dispersaram a esquadra de Cevallos, impedindo uma pretendida invasão em abril, de 1777 (TORRES, 2008, p.24).

Por fim, com a morte de D. José I, em fevereiro de 1777, o conflito tem uma mudança inesperada, com assinatura de um novo tratado de limites e a paz entre as coroas portuguesa e espanhola.

A diplomacia ibérica sofreu uma guinada em suas ações bélicas com a morte do rei D. José e a queda do Marquês de Pombal. Foi assinado o Tratado de Santo Ildefonso (1777) deixando o Rio Grande do Sul com a presença luso-brasileira no litoral até a fronteira de Rio Pardo e a imensa região

⁸² Lista completa dos documentos sobre a administração de D. Luís na Capitania de São Paulo: BIBLIOTECA NACIONAL. Catálogo Arquivo de Mateus. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. Nacional do Livro, 2000.

missioneira sob controle espanhol. Era o final de um ciclo de cerca de 100 anos de enfrentamento luso-espanhol a partir da Colônia do Sacramento. Um período de relativa paz com a possibilidade de organização da economia pecuária e de iniciativas agrícolas estava começando no sul. Os conflitos teriam continuidade no século XIX (TORRES, 2008, p.24).

Em síntese, podemos afirmar que, ainda que a região da Baía de Paranaguá não tenha sido alvo das invasões castelhanas em 1777, a fortificação na Ilha do Mel, e em outras vilas coloniais do Sul, representou parte do esforço defensivo da coroa portuguesa em todo o Atlântico meridional. Além disso, representações cartográficas do século XVI e XVIII revelam a fragilidade da posse dos territórios disputados intensamente pelos reinos ibéricos na América.

Detalhamos, na sequência, o efetivo processo de construção da Fortaleza N. S. dos Prazeres, sob o comando de Afonso Botelho, às ordens da Capitania de São Paulo e da coroa portuguesa. Em primeiro plano, destacamos as tensões e disputas políticas, como representação das relações de poder intracolônial. A seguir, descrevemos as narrativas sobre o personagem que catalisou as demandas da administração metropolitana com os interesses e sabores da população local, representada por atores sócias e instituições como a Câmara.

2.5 CONSTRUÇÃO DA FORTALEZA N.S. DOS PRAZERES 1767-1769

Para compreendermos melhor o contexto histórico desta construção, é necessário recuperar a trajetória de um personagem chave para a nova política metropolitana no Brasil, representada pela nomeação de D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão para o cargo de general e governador mor da Capitania de São Paulo em 1765.

Anteriormente, a atuação de D. Luís em 1762, no contexto da Guerra dos Sete Anos, foi bastante destacada na defesa contra a invasão dos espanhóis no nordeste de Portugal (BELLOTTO, 1979, p. 59-60). Duas questões sugerem grande influência na nomeação do Morgado de Mateus para

o governo de São Paulo: sua origem fidalga e a carreira militar. Para as autoridades portuguesas, o Morgado de Mateus representava a força necessária para o impulso colonizador na Capitania de São Paulo.

Nomeado pelo primeiro ministro em 1765 para o cargo de Governador e Capitão Geral desta capitania, seria o responsável por capitanear recursos necessários para as medidas de povoamento e fundação de ocupações portuguesas do litoral e para oeste, buscando organizar a região em torno da defesa do sul do país:

O Marques de Pombal estava muito preocupado com a revogação das fronteiras traçadas pelo Tratado de Madri, determinando o restabelecimento da Capitania (de São Paulo), nomeando Governador e Capitão-geral da Capitania de São Paulo, D. Luís, o Morgado de Mateus, saiu de Portugal em 1765 e instalou seu governo na vila de São Paulo no antigo colégio dos jesuítas (WACHOWICZ, 1969, p.293).

Tão logo desembarcou em terras paulistas, o novo Governador deu ciência, em carta enviada ao Vice-rei do Brasil, das fragilidades defensivas do litoral, a partir da Praça de Santos e os perigos que representavam os espanhóis no sul da Colônia, além de solicitar recursos financeiros e humanos para restaurar os complexos defensivos da sua capitania.

Recebi a carta particular de V. Ex.^a de quatro de Agosto escrita em Santos (...) Pela mesma vejo que V. Ex.^a tinha já visitado por duas vezes as fortalezas do mesmo porto de Santos, e que as não achou com bastante força no caso que lhe sejam precisas, e também que necessitam de muitas despesas para se fazerem como é devido; mas que por não ter engenheiros se via também na impossibilidade de lhe fazer algumas pequenas obras de que há maior necessidade — V. Ex.^a me participa o sobredito para que eu lhe possa dar algum remédio, sobre o que devo dizer-lhe (que eu me acho no mesmo estado, como V. Ex.^a presenciou com muitas Fortalezas, que remendar, e sem nem um só Engenheiro, que me regule estas obras, e nem tenho um curioso que possa a mínima Luz da importante Arte de Engenheiro; pelo que vou obrando nesta parte o pouco que entendo, e V. Ex.^a estou certo, que praticará o mesmo mandando recuperar, acrescentar ou diminuir o que mais acertado lhe parecer. dezesseis palmos, pelo menos, feitos estes de terra, como V. Ex.^a vio nos (que mandei fazer na fortaleza de Santa Cruz; porem no caso que de Lisboa me venham os Engenheiros tenho pedido mandarei um a V. Ex.^a para que o possa servir no que lhe ordenar. — Os Castelhanos não são no Rio Grande presente em menor quantidade, como a V. Ex.^a disseram, mas sim vai crescendo o seu número, e os preparativos para guerra; pelo que nós devemos acautelar por toda a parte no que trabalho incessantemente. (Carta do Governador mor ao Conde de Oeyras, 23.08.1765”, in: Documentos Interessantes, 1896, nº 22, p.56-57)

Essa preocupação com o sistema defensivo demonstrada pelo Morgado de Mateus, acabou surtindo o efeito necessário. A política de militarização da Capitania imposta por seu novo administrador, Dom Luiz Botelho Mourão, teve como um dos seus marcos arquitetônicos com a construção militar na Ilha do Mel em 1767, quando este ordenou a construção da Fortaleza de N. S. dos Prazeres, com o intuito de proteger o porto de Paranaguá dos espanhóis (NASCIMENTO, 2015, p.28).

FIGURA 8: Vista frontal da fortaleza, com Morro da baleia ao fundo. 2014



FONTE: IPHAN, 10ª Seção Regional.

Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pr/galeria/detalhes/236/>> Acesso em 15 abr.2020

Ao analisar o contexto histórico do século XVIII, a urgência da instalação da fortificação na região relaciona-se muito mais com a mudança na administração e política pombalina, de defesa e ocupação do Brasil Meridional, do que propriamente na proteção da vila de Paranaguá contra possíveis ameaças de nações inimigas.

Observamos, sob a perspectiva temporal, que houve um intervalo de tempo realmente significativo entre os acontecimentos. Sobre os relatos da pirataria e o início das obras na Ilha do Mel, ainda que os últimos registros de navios piratas na Baía de Paranaguá sejam de 1734, o episódio que teve maior impacto no povoado envolveu o navio francês “Le François” no ano de 1718

(PARELLADA, 2011), ou seja, ocorreu meio século antes da obra dirigida por Afonso Botelho, concluída em abril de 1769.

Sobre o responsável por comandar os trabalhos, encarregado pelo Morgado de Mateus como representante da capitania de São Paulo, procuramos a seguir detalhar o significado deste personagem nos planos de D. Luís no sul da capitania: proteger e povoar. O projeto da fortificação para proteger a vila de Paranaguá foi colocado em prática pelo Ajudante d'Ordens da Capitania da São Paulo, Afonso Botelho de São Paio e Souza, que conseguiu realizar a obra mesmo entre disputas envolvendo as autoridades locais e os representantes da Capitania sobre quem deveria arcar com os custos da obra na Ilha do Mel.

Decisivo na efetivação do projeto de construção da fortaleza, e que merece uma análise mais cuidadosa de sua trajetória foi Afonso Botelho de Sampaio e Souza. Nomeado para o cargo ajudante d'Ordens pelo Governador e Capitão general da restabelecida Capitania, em 1765, o nobre português Dom Luís Antônio Botelho Mourão.

O executante das suas ordens foi Afonso Botelho de Sampaio e Souza, auxiliar de sua plena confiança. Em Paranaguá, construiu-se a fortaleza da barra, prevenindo-se um provável ataque de Cevallos à povoação. Fundaram-se as vilas de Guaratuba, São José de Ararapira, São Francisco, Lages, e o posto militar do Iguatemi (WACHOWICZ, 1969, p.293).

Afonso Botelho nasceu no ano de 1728, em Vila Real, Trás-os-Montes. Era Alferes da Cavalaria de Ordenanças⁸³ da vila de Sabrosa, quando ocorreu a invasão espanhola em 1762, quando então conheceu o D. Luís, pertencente à mesma origem da Casa de Mateus, linhagem da nobreza do norte de Portugal.

Três anos depois, Afonso veio ao Brasil na companhia do recém nomeado Governador Geral, desembarcando no Rio de Janeiro com ordens expressas do Marques de Pombal para dar início à chamada política de fronteiras. O objetivo era garantir as conquistas territoriais portuguesas,

⁸³ As ordenanças constituíram o escalão territorial das forças militares de Portugal, entre o século XVI e o princípio do século XIX. Fonte: < <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/157-companhia-das-ordenancas>> Acesso em 10.mai 2020

considerando as decisões do Tratado de Madri de 1750, com base no direito de ocupação, chamado *uti-possidetis*⁸⁴ (WACHOVICZ, 1969, p.293).

Quando o Morgado de Mateus embarcou de Portugal para o Rio de Janeiro, em 1765, Afonso Botelho estava em sua companhia, servindo como um braço direito nas reuniões do Governador e seus desafetos, como os habitantes de Santos.

Afonso Botelho era desses oficiais, o mais chegado, quer por causa do parentesco, quer por causa da cultura e do passado comum, de serviço à Pátria. Mas por essa mesma razão, toda a antipatia de que D. Luís Antônio pudesse ser alvo, em Afonso Botelho se refletiria, sem que tivesse meios de defender-se. Seus métodos por outro lado, não podiam ser tão eficazes quanto do capitão-geral (CARNEIRO, 1986, p.27).

Dessa maneira, podemos considerar relevante a compreensão do papel de Afonso Botelho na História do Paraná e mais especificamente, na História local? A partir das diretrizes do Marquês de Pombal ao governador da Capitania de São Paulo, e da ação direta do seu ajudante d'Ordens, é possível verificar a aplicação de uma nova política de povoamento, bem como quais os efeitos por ela produzidos em uma escala nacional: uma intensa marcha de ocupação do território, complexos defensivos, colonização e fundação de povoados e vilas portuguesas no sul do Brasil.

Outrossim, no cenário local, esta política se traduziu na preocupação com a solidez defensiva representada pela Fortaleza N. S. dos Prazeres, na fundação da vila de São Luiz de Guaratuba e finalmente a procura por novos territórios ainda não ocupados, como a vila de Tibagy no atual território paranaense.

Com a nomeação do capitão-general D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, para governar a capitania de São Paulo, e por ordem expressa do marquês de Pombal, ultimaram-se as medidas relacionadas com a defesa da vila de Paranaguá (PARANÁ, 2006, p.333).

É importante observar os mecanismos de poder entre a esfera local e o governo metropolitano, assim como as tensões presentes no projeto de construção de defesa militar para a região.

⁸⁴ Fórmula diplomática que estabelece o direito de um país a um território, direito esse fundado na ocupação efetiva e prolongada e independentemente de qualquer outro título. Fonte: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/26390390/uti-possidetis> Acesso em 10.mai 2020

A medida causou fortes protestos por parte daquela Câmara (de Paranaguá), a que o governador reagiu com a demissão coletiva dos vereadores. A Câmara levou o problema ao rei D. José I e solicitou a vinda de um corregedor para a comarca. Os oficiais de Paranaguá julgavam que os procedimentos do Morgado de Mateus e de seu ajudante Afonso Botelho eram “despóticos” e “violentos”. Já o governador acusou os camaristas de Paranaguá de quererem “viver sempre despóticos e absolutos, sem outro governo mais do que o seu [próprio]”⁸⁵. Não se sabe como se resolveu a questão, mesmo assim, tanto a obra da fortaleza como a povoação de Guaratuba foram levadas em frente (DENTRL, 2012, p.12).

Maria Fernanda Dentrí (2012) refere-se à discordância dos habitantes de Paranaguá com o trabalho arregimentado pela Capitania, já no primeiro ano de administração:

Durante a administração do Morgado de Mateus, as primeiras convocações de voluntários para povoar foram enviadas em 5 de dezembro de 1765, a Paranaguá e Iguape, destinando-se respectivamente à criação de Guaratuba e Sabaúna, no litoral sul. As convocações eram feitas por meio de bandos⁸⁶ – decretos afixados em locais públicos – que ofereciam parcelas de terras a quem se dispusesse a povoar. (...). Mas as primeiras chamadas de povoadores não foram atendidas por ninguém (DENTRL, 2012, p.112).

Observamos que este projeto não obteve o resultado esperado, ao contrário, obrigou uma parcela da mão de obra local a migrar por causa das convocações obrigatórias:

Ao invés disso, muitos moradores debandaram de Paranaguá para escapar das imposições de servir à Coroa, seja no povoamento de Guaratuba, seja nas convocações para as companhias militares ou para os trabalhos de construção da fortaleza nas proximidades daquela vila (DENTRL, 2012, p.112).

Provavelmente os problemas para concretizar as iniciativas ao sul da capitania obrigaram D. Luís Botelho Mourão a constituir um representante direto de sua autoridade para esta intervenção, logo convertido em figura-chave em assuntos estratégicos de urbanização e fortificação naquela região.

⁸⁵ Cf. Documentos Interessantes (DI) (1896, v. 23, p. 115-117) (N. 8. Oposição do povo de Paranaguá às ordens do capitão-general. Carta do governador da capitania de São Paulo, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, para o ministro e secretário dos negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo. São Paulo, 16 jan. 1767).

⁸⁶ “Bando do governador da capitania de São Paulo, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, para se publicar na vila de Paranaguá para serem privilegiados os que forem povoar a enseada de Guaratuba // Foi outro para Iguape para ser povoada a Ribeira de Sabaúna. Santos, 04 de fevereiro de 1766. DI, 1940, v. 65, p. 44- 45)

Afonso Botelho foi enviado a Paranaguá depois que o sargento-mor Francisco José Monteiro fracassou em organizar as milícias e em levar adiante as iniciativas régias. A tarefa de (dele) era averiguar os fatos de perto, punir aqueles que não tivessem obedecido ao sargento-mor e também pôr em execução as obras de povoação de Guaratuba e construção da fortaleza (DENTRL, 2012, p.112).

Apesar do impasse inicial sobre quem arcaria com os valores da construção, finalmente a execução dos planos da metrópole para defender a Vila de Paranaguá foi posta em prática. Em 28 de dezembro daquele ano a Câmara Municipal aprovou a construção de uma fortaleza na Ilha da Baleia - atual Ilha do Mel (PARANÁ, 2006, p.333). E o escolhido como responsável teria sua primeira prova neste esforço de colonização da Capitania de São Paulo.

No início de 1767 o *tenente-coronel* Afonso Botelho de Sampaio e Souza, primo do governador de São Paulo - “passará a Vila de Paranaguá e examinará o lugar na sua Barra onde se construirá a Fortaleza, averiguando com cuidado o que se deve fazer (..) dando-me contudo sempre parte para eu determinar o que for mais a bem do Real serviço” -, chegou a Paranaguá trazendo a importância de R\$400\$000 (quatrocentos mil-réis), da Real Fazenda, a qual, somada à de R\$250\$000 (duzentos e cinquenta mil-réis), oferecida pela Câmara Municipal, propiciou o início da construção, em 15 de janeiro (PARANÁ, 2006, p.334).

Coube aos habitantes da vila levantar fundos para a obra de construção, seja doando escravos, no caso dos homens de posse, ou mesmo contribuindo com alimentos, cordas, ou ferramentas para erguer a fortificação, com o objetivo de proteger o porto local e a vila, além das entradas frequentes de embarcações estrangeiras na Baía de Paranaguá. Neste modelo, com recursos parciais da população e autoridades locais e da administração do Morgado de Mateus, se encontra o contexto do início da construção militar na Ilha do Mel.

A segunda inferência que discutimos, a partir do trabalho de Maria Fernanda Dentrl (2012), revela uma insatisfação crescente dos habitantes da vila com as exigências da administração da Capitania nos custos da obra de fortificação. E isso não se constituiu em uma tarefa simples para as autoridades portuguesas:

Os conflitos agravaram-se com a exigência aos colonos de cederem seus escravos para a construção da fortaleza; ou, caso não os tivessem, de contribuírem com dinheiro ou com seu próprio trabalho. Diante de rumores e manifestações de contrariedade, o governador decidiu que a construção da fortaleza seria feita com verbas

provenientes da Câmara de Paranaguá e da Fazenda Real da provedoria de São Paulo (DENTRL, 2012, p.112-113).

Inesperadamente o ritmo acelerado dos trabalhos na construção militar, chefiado pelo emissário da Coroa portuguesa, impressiona pelo tempo de execução da obra (pouco mais de dois anos), pela quantidade de trabalho acima do normal (que incluía talhar a pedra, tarefa que exige excessivo esforço físico) e pela complexidade que as soluções de engenharia e logística demandavam.

Nos desperta a atenção particularmente, para o número de trabalhadores envolvidos, o efetivo de especializados “livres” enviados por D. Luís Botelho Mourão, sugere invisibilidade no número de escravos utilizados como mão de obra nos registros oficiais; outra categoria de trabalho, livre ou não, também não surge, à primeira vista, como elemento presente na historiografia.

Fazendo do antigo Colégio dos Jesuítas⁸⁷ seu escritório de obras, e após quase três anos de intensos trabalhos, Afonso Botelho de Sampaio, em 23 de abril de 1769, deu por concluídos os trabalhos — executados, segundo documentação existente, por apenas 50 operários (pedreiros, carpinteiros) e escravos (PARANÁ, 2006, p.334).

Em documento enviado por Antonio Álvares da Cunha, o Conde da Cunha, Vice rei do Brasil, ao Governador da Capitania, de julho de 1766,⁸⁸ revela um indício acerca desta questão. Neste trecho, avalia sobre possibilidade, proposta por D. Luís, de usar condenados em crimes de homicídio para o trabalho nas obras de fortificações.

V.^a Ex.^a me participa, que nas cadeias dessa cidade há bastantes presos com crimes de morte, que pelas suas culpas devem ser remetidos a esta relação, para nela serem sentenciados conforme o merecimento dos seus delitos; e diz-me V. Ex. que se me parecer justo e conveniente dar-lhe eu alguns destes criminosos para trabalharem nas obras das fortificações dessa Capitania, depois de se verem as suas

⁸⁷ Em 1759, os jesuítas foram expulsos do território pertencente à Coroa portuguesa. Após a expulsão, o prédio ficou abandonado até as primeiras décadas do século XIX, exceto pela ocupação do tenente-coronel Afonso Botelho de Sampaio de Souza, enquanto coordenava a construção da Fortaleza da Barra de Paranaguá, na Ilha do Mel, entre os anos de 1767 e 1769. A trajetória de um edifício colonial em Paranaguá: de Colégio Jesuíta a Museu Universitário. PORTELA, Bruna Marina – Historiadora do MAE/UFPR. Disponível em: <http://www.mae.ufpr.br/?p=1179> Acesso em 15 jan.2020

⁸⁸ Portanto seis meses antes do início das obras na Ilha do Mel

culpas, e serem sentenciados por elas, que este auxílio seria conveniente para se facilitarem as Obras das fortificações, que V. Exa. tem de fazer (“Carta do Vice rei ao Governador da Capitania de São Paulo, 08.08.1766”, in: Documentos Interessantes, 1896, vol.22, p.34-35)

Evidente que a resposta do Vice-rei ao Morgado de Mateus, embora não alimente o sucesso desta “conveniência” para os planos do Governador da Capitania São Paulo, também não descarta completamente de imediato esta opção como alternativa para mão de obra nas construções de defesa da região:

Ao que respondo a Vossa Excelência que ainda que muitos, e grandes criminosos tenho mandado para Angola, e metido em galés para servirem nas obras reais, poucos destes tiveram este destino, por sentenças da relação, pois que raramente se prendem, e castigam por justiça os maiores criminosos (“Carta do Vice rei ao Governador da Capitania de São Paulo, 08.08.1766”, in: Documentos Interessantes, 1896, vol.22, p.35).

A seguir, o Conde da Cunha⁸⁹, descreve toda a sorte de desafortunados que, por sua ordem direta foram presos, confinados em navios ou deportados para colônias portuguesas na África. O degredo foi um mecanismo de controle e punição, utilizado em grande escala pelo Império Ultramarino português.

Quase todos os que tenho em galés são os que mando prender por ordem minha que por terem grandes culpas, tem também muitos valedores para os patrocinarem, a que não sejam presos, nem castigados: estes são brancos, notoriamente mal procedidos, refugiados no sertão, são os negros Calhambolas⁹⁰, são os escravos, que de noite se prendem pelas rondas militares, por trazerem facas, são os bêbados por ofício, perturbadores do sossego público, são os que tem por costume furtarem mulheres casadas, sem fazerem caso da justiça, nem da Lei de Deus, e são outros infinitos desavergonhados, que inda são piores que os acima referidos. De toda esta gente tenho povoado Angola, Banguela, Caconda (“Carta do Vice-rei ao Governador da Capitania de São Paulo, 08.08.1766”, in: Documentos Interessantes, 1896, vol.22, p.35-36)

Este documento nos revela ainda que, ao obrigar ao trabalho forçado os criminosos, economizaria “*muitos mil cruzados*” aos cofres da administração. Sugere ao *morgado* que, em curto espaço de tempo, efetuando prisões

⁸⁹ António Álvares da Cunha, 1.º Conde da Cunha, fidalgo e administrador colonial português, durante o reinado D. José I, rei de Portugal (1750-1777)

⁹⁰ Negros fugidos da escravidão. Segundo ALVES, Daniella Santos. Do alto da espia: gentios, calhambolas e vadios no sertão do Campo Grande - Século XVIII. Dissertação de Mestrado. Uberlândia. Universidade Federal de Uberlândia, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/19061/1/AltoEspiaGentios.pdf>> Acesso em 18 jan. 2020

esporádicas, não precipitadamente, o governante resolveria o problema de mão-de-obra, sem custos com serventes nem dependência dos ministros:

tenho hum grande numero de Serventes nas Obras, o que causa a maior quietação nesta Capitania, e uma grande utilidade a real fazenda, pois lhe evita por este modo muitos mil cruzados que havia de despende com os Serventes, senão tivesse estes que sem salário os emprego nas Obras Reais. Pelo que, Exmo Senhor, me parece que achando-se V. Excelência em uma Capitania como essa, que está cheia de insolentes, e mal feitores, se quiser ir prendendo destes poucos a poucos, em breve tempo pode ter tantos para lhe trabalharem nas obras que não tenha necessidade de pagar jornais; nem dependência dos Ministros para lhos sentenciarem como V. Excelencia deseja. Isto é o que me parece se pode praticar sendo feitas as prisões dos ditos delinquentes com muito vagar, e não precipitadamente, porque estes excessos são ariscados, e V. Excelência bem conhece as suas consequências, e como deve praticar matérias de muito maior ponderação (“Carta do Vice rei ao Governador da Capitania de São Paulo, 08.08.1766”, (“Carta do Vice rei ao Governador da Capitania de São Paulo, 08.08.1766”, in: (“Carta do Vice rei ao Governador da Capitania de São Paulo, 08.08.1766”, in: Documentos Interessantes, 1896, vol.22, p.34-35).

A inexistência de registros de trabalhadores não livres, escravos ou criminosos, nas obras da Fortaleza N. S. dos Prazeres não nos permite afirmar a condição ou classificação desses “desafortunados”, mas pode significar um indício do elemento invisível nessa construção, e pode explicar, ainda que necessite de investigação mais profunda nesse aspecto, como Afonso Botelho conseguiu concluir a edificação em um prazo mínimo, pouco mais de vinte e oito meses.

Outra questão, de natureza arquitetônica, o nível de detalhamento de trabalho com a pedra bruta, representado principalmente por sua portada⁹¹, rica em detalhes, reforça a hipótese de que, ao contrário das fontes disponíveis, a mão de obra necessária para tal empreitada foi muito maior do que se tem registro.

Carta enviada em julho de 1768 pelo Governador D. Luís ao Conde de Oeiras,⁹² prestando conta dos andamentos da obra na região, com detalhes

⁹¹ “No alto do pórtico, à direita de quem entra, colocou-se cartela com as armas do Reino de Portugal e, por baixo, o brasão dos Botelho” (PARANÁ, 2006, p.334).

⁹² Um dos títulos de nobreza de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marques de Pombal (nota do autor).

sobre a artilharia necessária para a fortificação, nos revela grande aporte logístico na construção do edifício.

Remeto a V. Excelência a planta da nova fortaleza que estou mandando fazer na Ilha do Mel, na Barra de Parnaguá, a qual está muito adiantada, e passa já de estar a obra meia feita, de sorte que se continuar o trabalho da mesma forma, até daqui a um ano estará acabada, e há de ficar na figura que representa a planta que á V. Ex.^a exponho. O Canal por onde se entra conduz as embarcações todas pela frente das suas baterias. Pode levar segundo a sua largura até o n.º de 32 peças, mas é preciso que estas sejam do calibre de 12, e de 18 para cima para poder cobrir bem o Canal com o seu fogo por ser largo, e necessitar de que as peças cursem bem. V. Ex.^a será servido de remeter-me toda a Artilharia que puder, não só para esta fortaleza, mas para tudo o mais de que V. Ex.^a sabe. (“Carta do Governador de São Paulo ao Conde de Oeiras, 24.07.1768”. in: Documentos Interessantes, 1896, vol.24, p.71-72)

Já no ano seguinte, o Morgado de Mateus dá instruções para Afonso Botelho acelerar o ritmo das obras com reforço na mão de obra para conclusão: “v. mc. ponha toda a diligência em concluir as obras da fortificação: há muito tempo que fiz partir o pedreiro e seus oficiais para facilitar o seu adiantamento”. (in: CARTA de Afonso Botelho de Sampaio e Sousa ao governador da Capitania de São Paulo D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão. Iguape, 7 ago. 1768. I-30, 18, 3, n. 2)

Adiante um pormenor neste documento do Governador, nos revela uma necessidade muito evidente de D. Luís relacionada à continuidade do seu nome na memória, gravando “com caracteres mui profundos” e que superem a ação indelével do tempo.

Não se esqueça v.mc. de mandar por uma pedra, em que se lavrem as letras, que lhe remeto nesse papel, para que nos anos futuros conste quem a mandou fazer. A mim me lembra, que aonde se cortou a penha para ficar servindo de muralha, será lugar mais perdurável para se gravar o lereiro, se a qualidade da pedra o permitir. Em qualquer parte, que seja tenha v.mc. a advertência de que os caracteres das letras sejam ao menos no comprimento de um dedo e mui profundos, para que possam vencer as ruínas do tempo, e durar nos séculos futuros, em que a história se aproveita destas pequenas notícias para aclarar as verdades antigas. Mais tenho de advertir a v.mc. que tenha cuidado o pedreiro não ajunte umas letras as outras, nem faça breves, e sim pelo modo, que vão no papel, que remeto com esta, só com a diferença de ser em ponto maior (ANEXO à carta do ajudante de ordens Afonso Botelho de Sampaio e Sousa para o

governador D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão.
Fazenda de São Bento, 23 jul. 1769. I-30, 18, 4 n. 4)

Um detalhe arquitetônico em especial nos revela uma contradição: a inscrição em pedra, que se encontra na porta de entrada da fortaleza, faz uma breve referência ao rei português e uma extensa descrição nobiliárquica do Governador da Capitania, excluindo do registro e das “marcas do tempo” a figura do Marques de Pombal, seu superior imediato há quem devia subordinação, e especialmente o executor da obra e seu principal personagem, Afonso Botelho.

aberta sobre o lioz⁹³, uma inscrição fala da obra “1770, Reinando em Portugal o Sereníssimo Senhor D. José I, mandou fazer esta Fortaleza o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão Senhor da Vila de Ovelha, Morgado de Mateus, Fidalgo da Casa de Sua Majestade Comendador da Ordem de Cristo, Governador da Fortaleza de Viana, Governador e Capitão-General desta Capitania de São Paulo, no 40º ano de seu Governo, de 1769.” (PARANÁ, 2006, p.334)

Ao final dos trabalhos de conclusão, a fortificação era composta das seguintes instalações: “muralhas de sustentação do terraplano, corpo da guarda, prisão e enxovias com abóbadas, capela, quartel da tropa, casa da pólvora e casa do comandante” (PARANÁ, 2006, p.334). O orçamento elevado da construção foi proporcional a rapidez com que os trabalhos evoluíram, em contraste com o reduzido número de trabalhadores descritos nas fontes.

O custo das obras se elevou a 30 contos de réis em ouro, e ao ser dada por pronta, a fortaleza estava equipada com seis peças de ferro e bronze - duas de calibre 23; duas de calibre 18 e duas de calibre 12 -, as quais, juntamente com a munição e apetrechos vieram de Santos. Em 23 de abril de 1769, pela primeira vez, saudando o término da construção, os canhões dispararam em conjunto (PARANÁ, 2006, p.334)

FIGURA 9: Bateria composta por canhões de artilharia no terraplano.

⁹³ O lioz é um calcário que ocorre em Portugal, na região de Lisboa e arredores (norte e noroeste), nomeadamente em Sintra. Disponível em: http://www.cienciaviva.pt/aprenderforadasaladeaula/index.asp?acao=showobj&id_obj=1175



FONTE: SEEC. Governo do Estado do Paraná. Disponível em <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/arquivos/File/tombados/PNG2-038F.jpg>> Acesso em 10 mai 2020

De fato, estas informações nos provocam uma indagação: quais seriam as fontes de recursos para a obra, além das já descritas em nossa historiografia? Um documento em especial nos apresenta uma evidência muito relevante e, à primeira vista, inédita sobre este assunto: ordens religiosas de Paranaguá teriam feito empréstimos diretamente para financiar a construção da Fortaleza N.S. dos Prazeres. Carta enviada em 1769 por Dom Luiz Antonio de Souza para “o Ajudante das Ordens Affonso Bot.” revela que, parte do valor devido “por consignação” fora emprestado pelas Igrejas da referida vila.

Pelo Furriel Vicente José de Mello remeti a vossa mercê seis mil cruzados cinco da Fazenda Real p.a continuar as expedições, e pagar aquelas dividas mais precisas, e quatrocentos mil reis de rendimento dos dízimos para se gastarem em as Igrejas, e desembaraçar o dinheiro, que v. mc. applicou a elas da consignação das Fortalezas: todo este cabedal levou em barra (“Carta para o ajudante de ordens Afonso Botelho, 27.09.1769”, in: Documentos Interessantes, 1896, vol.34, p.30).

Embora não possamos dispor de maior detalhamento da origem do financiamento completo da obra, assim como um levantamento dos recursos

humanos necessários para este trabalho, é importante ressaltarmos que os documentos oficiais e a bibliografia sobre a construção da Fortaleza N.S. dos Prazeres ainda nos revela novas possibilidades no campo da pesquisa histórica e do saber histórico escolar.

Portanto, ao compreendermos como a construção se insere em um cenário mais abrangente de outras fortificações coloniais portuguesas no Brasil (e também em outras colônias na Ásia e África) é possível afirmar que ela faz parte de um contexto militar amplo e bem difundido pela administração metropolitana. No caso da Baía de Paranaguá, durante o século XVIII, duas situações contribuíram significativamente para a estratégia de defender a região com uma fortaleza. Primeiro, e em menor escala, a invasão das águas territoriais por um navio estrangeiro em 1718. O segundo, mais decisivo, a ameaça de uma guerra no Sul contra os castelhanos a partir de 1750.

Como temática para o saber histórico escolar, a Fortaleza N. S. dos Prazeres tem potencial pedagógico para atrair a atenção dos alunos para a disciplina, ainda que a aula de campo represente a metodologia mais efetiva para melhor desenvolvimento da aprendizagem neste caso, o tema pode ser explorado efetivamente na sala de aula pelo professor. A seguir abordamos os princípios que nortearam o desenvolvimento do material temático de aplicação.

3. DESIGN DO RECURSO DIGITAL: DESENVOLVIMENTO DO APLICATIVO PARA DISPOSITIVOS “FORTALEZA NOSSA SENHORA DOS PRAZERES”

Neste capítulo detalhamos a construção do material de aplicação desta dissertação, o aplicativo Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres. A princípio, o projetamos como uma ferramenta de apoio didático para o professor no Ensino de História⁹⁴, direcionado especialmente para alunos do Ensino Médio. Como propósito, buscamos apresentar uma interface simples e intuitiva, estimulando uma navegação dinâmica pelos temas desenvolvidos no capítulo 2, composto por comandos simples, botões de acesso de conteúdos e *links* com informações detalhadas de cada tema, além de recursos específicos da sala de aula.

A plataforma escolhida foi *Android*, por representar um universo maior de usuários verificados durante outras tarefas que utilizavam o *smartphone*. Além de gratuito, a perspectiva é que o pacote de dados a ser transferido no momento do *download* do aplicativo seja relativamente pequeno, ou seja, não ocupe um espaço significativo no aparelho do aluno, o que por vezes pode inviabilizar seu uso por falta de espaço no disco rígido (HD).

Utilizamos na criação desta ferramenta o MIT App Inventor (<<https://appinventor.mit.edu/>>), um ambiente de programação visual intuitivo que permite - criar aplicativos totalmente funcionais para smartphones e *tabletes*. Como material de apoio, o MIT disponibiliza um site especificamente para educadores que usam o App Inventor na sala de aula, com recursos pesquisáveis e com curadoria disponível para uso, além de uma página que inclui vários tutoriais de todos os níveis úteis em uma programação educacional. (<<https://appinventor.mit.edu/explore/teach>>).

A seguir, procuramos pormenorizar os passos de construção do material produzido, incluindo os softwares utilizados na produção e o motivo das escolhas por estas ferramentas de produtividade e desenvolvimento, sem

⁹⁴ Apesar deste objetivo, pode ser acessado por outros interessados.

abandonar o rigor científico e a expectativa de criar uma identidade visual para o aplicativo.

3.1 PROJETO GRÁFICO E DESENVOLVIMENTO DO APLICATIVO

Programamos o recurso digital em formato de aplicativo para ser acessado a partir de *smartphones*, *tabletes*, *notebook* ou *desktop* (computador de mesa). Para ter acesso ao aplicativo, basta que o usuário insira o endereço correto (*link*), e a página (web) da internet carrega a tela inicial do *app*. A seguir, navegando pelas abas (telas), o leitor encontra o conteúdo dividido em menus temáticos, onde estão inseridos os objetos de aprendizagem histórica, com base no conteúdo abordado no capítulo anterior deste trabalho.

Compreendemos este *app* como uma ferramenta didática, e sua finalidade principal é a difusão da pesquisa documental e bibliográfica sobre o tema no ensino de História. Para tanto, foi necessário desenvolvermos uma linguagem de informação visual com objetivo de despertar o interesse dos alunos, aplicado ao conceito de design instrucional para a educação na modelagem desta ferramenta.

No campo da educação, para Fenner (2000, p.4 apud BATISTA; MENEZES, 2008), o design é uma “ação inovadora que cuida das necessidades de uma comunidade de usuários, tendo como meta a concepção de produtos e serviços que as atendam.” Como a gestão do design é caracterizada por inovações ampliadas nas interfaces com o usuário, a autora considera que a Gestão da Inovação é um campo que “evidencia as possibilidades do design no planejamento e implementação de softwares educacionais.” Como a interação deve considerar a capacidade cognitiva humana com um ambiente de trabalho de acordo com sua realidade e com uma usabilidade adequada, o design deve promover o “desenvolvimento de material didático tecnológico” que norteie o gerenciamento de produtos para a educação (NEVES, CENTENO, FRUET, OTTE, ORTH, 2012, p.2).

A fim de projetar a modelagem (construção visual) do design instrucional, utilizamos a plataforma CANVA⁹⁵ para o projeto gráfico desenvolvido como conteúdo para o aplicativo. Justificamos a escolha deste recurso para produção pela sua funcionalidade, opções de ferramentas de edição e pelo próprio custo, já que muitas opções para criação são gratuitas. Outro ponto positivo são as variantes de extensões e formatos de arquivos

⁹⁵ Link de acesso: <<https://www.canva.com/>>

disponíveis para exportar o design criado, e a partir disso, utilizá-lo na elaboração do material didático. Além de salvar seus itens automaticamente, é possível organizá-los em pastas, facilitando a localização e acesso ao material produzido (FIGURA 10).

FIGURA 10: Tela de apresentação do material na ferramenta de *design* CANVA



Justificamos também o uso desta plataforma de design, por possuir recursos de comunicação visual e suporte para modelos em diferentes formatos digitais, como redes sociais e trabalhos escolares que facilitam a autoria do professor. A navegação é simples, acessível, com variedade de elementos visuais e *templates* (designs prontos que servem como sugestão), disposição (*layout*) dos elementos de criação, tais como formatos, palheta de cores, fontes (tipos de caractere), objetos e imagens que compõem a estrutura visual do material, não apenas com uma preocupação estética, mas especialmente com sua função didática.

o design, de maneira contrária àquilo que normalmente se encontra no campo empírico da opinião pública, refere-se não só à estética de uma peça, seja ela qual for, mas também – e principalmente – ao seu planejamento, e aí encontramos os aspectos funcionais, formais e estruturais (GOMES FILHO, 2003 *apud* NEVES, CENTENO, FRUET, OTTE, ORTH, 2012, p.10).

O aplicativo está disponível gratuitamente e com classificação livre na loja de aplicativos, Google Play, no endereço: https://play.google.com/store/apps/details?id=appinventor.ai_ivanrodrigo08.FortalezaNSdosPrazerestest

FIGURA 11: Logomarca personalizada “Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres – Ilha do Mel/PR”.



Inicialmente, o primeiro material gráfico que planejamos foi a marca d'água ou logomarca (logo), identificação visual presente em todo o conteúdo temático criado neste material, desde a tela inicial (3.1) e apresentação, incluindo as páginas com os temas específicos tratados no capítulo 2 dessa dissertação, divididos por seções na ferramenta, detalhados futuramente. Este recurso gráfico (logo) tem como objetivo criar uma identidade visual única ao trabalho.

O fundo de cor azul turquesa foi escolhido por representar o mar que circunda a construção e que se impõe como barreira natural na Baía de Paranaguá. Além da arte gráfica em formato de fortaleza, com as cores amarelo ouro e azul *royal*, escolhidas em função de um achado arqueológico importante no monumento: azulejos portugueses do século XVIII, que serão representados na tela de Apresentação (3.2). Finalmente a grafia completa da Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres em branco para oferecer contraste com o fundo, embora representem as espumas das ondas do Oceano Atlântico, imagem constante na paisagem local.

3.1.1 Tela de início

A princípio, projetamos a abertura (ou tela inicial) com interfaces limpas e básicas, com um esquema de cores suaves e fontes simples. Todas as interfaces são projetadas com contrastes de cores entre azul e amarelo. E gradientes de cor também são usados em alguns botões e seções menores. Isso permite com que o usuário se concentre nas seções especiais e lhes ofereça um organização espacial. A sobreposição de fotos, botões e ícones também o torna confortável e de fácil navegação.

Ainda nesta tela de introdução ao aplicativo, explicamos concisamente o que é o aplicativo, sua finalidade como ferramenta didática produto desta dissertação e do estudo das fontes sobre a Fortaleza N. S. dos Prazeres no século XVIII como objeto do trabalho de pesquisa acadêmica que apresentamos no decorrer do segundo capítulo. Esta introdução tem como objetivo apresentar o leitor ao assunto e o conteúdo do material didático que estará acessando

FIGURA 12 – Tela inicial do aplicativo

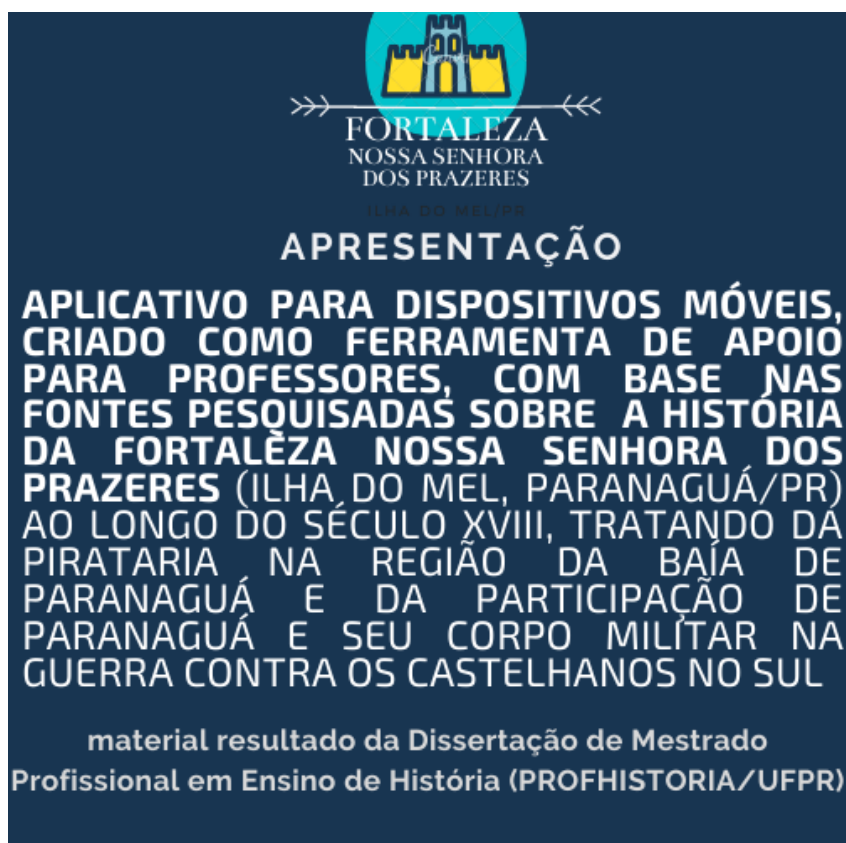


FIGURA 13 – Tela “Aba lateral esquerda para o menu temático”.



A tela início (FIGURA 12) tem a mesma função: apresentarmos informações básicas iniciais ao leitor: o tema principal inserido na logomarca (FIGURA 11), o botão “ENTRAR” (FIGURA 14). A seguir, na FIGURA (13), a aba lateral esquerda com menu temático possibilita a navegação direta a um dos temas oferecidos, incluindo a apresentação.

A disposição dos botões traz a descrição temática dividida no capítulo 2, clicando no item desejado para acessar o conteúdo, encontrando facilmente a página requerida. Basicamente, o objetivo da apresentação é introduzir uma visão geral ao público do projeto, para a seguir, iniciarmos as telas com maior detalhamento da pesquisa acadêmica desenvolvida.

3.2 MENU “TEMAS”

A seguir descrevemos as páginas do aplicativo (telas) que traduzem a pesquisa descrita no capítulo anterior, dividida entre os temas do capítulo 2, material complementar tais como fontes, bibliografia (sugestões de leitura), sala de aula e material de apoio ao professor, além do link de acesso à versão final do trabalho.

3.2.1 Apresentação

A primeira tela de apresentação (I) do material didático nos oferece um panorama geral sobre a temática. A nomenclatura oficial da construção, no canto superior direito, seguida de texto com breve introdução sobre a fortificação. A seguir, fazendo a leitura na posição vertical no sentido superior para o inferior, duas imagens do monumento. À direita, óleo sobre tela de Alfred Andersen com o título “Ilha do Mel” (1912). À esquerda, fotografia frontal da edificação (IPHAN), com a descrição do local, município, estado, país e o enquadramento legal das áreas de proteção ambiental existentes na localidade.

FIGURA 14: Tela de Apresentação- Texto de introdução, localização geográfica, processo de tombamento, contexto histórico.



INTRODUÇÃO

A FORTALEZA

NOSSA SENHORA DOS PRAZERES

Fortificação militar de defesa, construída entre 1767 e 1769 na Ilha do Mel (Paraná) para proteger a Vila de Paranaguá da pirataria e também a Capitania de São Paulo contra ataques castelhanos no sul do Brasil durante o século XVIII.



ILHA DO MEL, Alfredo Andersen, óleo sobre tela, 1912

Característica do período colonial brasileiro, o monumento contempla diferentes temporalidades, significados e narrativas históricas, devido sua importância foi tombada em 1938 pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual IPHAN) e pelo Patrimônio Estadual (1972).



ILHA DO MEL

(PARANAGUÁ,
PARANÁ, BRASIL)

Parque Estadual e Estação Ecológica



O MONUMENTO

Insera-se no contexto histórico das ocupações estratégicas da Coroa portuguesa em território americano mais especificamente no sistema de defesa da costa sul do Atlântico, implantada na Capitania de São Paulo, formando um conjunto de fortificações militares desde Santa Catarina até o litoral de São Paulo, durante a administração do Governador e Capitão-general D. Luis Antônio Souza Botelho Mourão (1765-1775).



AS FONTES

Fontes do período indicam a pirataria como elemento à que destinava-se a construção da fortaleza e à defesa estratégica da Vila de Paranaguá, garantindo a segurança do seu ancoradouro, o Porto da Rua da Praia, onde era embarcado ouro, madeira e erva-mate extraída da região. Paranaguá* foi sede de sucessivos comandos militares, para auxiliar as medidas de expansão e garantir a defesa do litoral contra ataques de piratas que invadiam as vilas da costa, roubavam as povoações, instalando o medo e o terror.

Fonte PARANÁ, Espirais do Tempo: bens tombados no Paraná (2006).



Vista da alameda à Ilha das Peças, Paranaguá, 2012. (Foto: Fernando, ano 2012)

A PIRATARIA

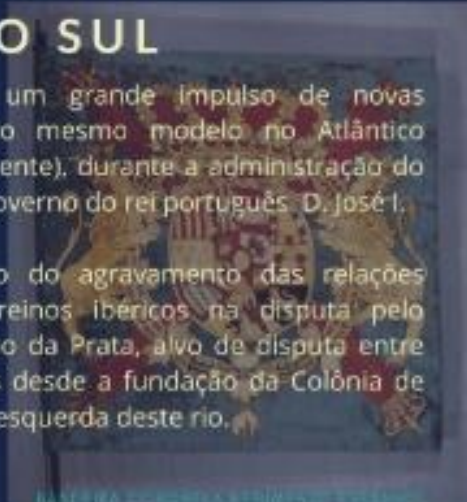
Posteriormente a primeira invasão dessas águas (da Baía de Paranaguá) em 1718, foram tomadas providências para evitar nova invasão, quando o General Capitania Antonio Luiz de Távora (1734) mandou instalar artilharia na Ilha das Peças (...) a obra era considerada por todos de extrema necessidade, pois o porto achava-se aberto e fácil de ser invadido por qualquer inimigo ou pirata, como aconteceu em 1718 com o navio pirata francês

Fonte: VISINA DOS SANTOS, MEMÓRIA HISTÓRICA DE PARANAGUÁ (1999)

GUERRA NO SUL

A partir de 1750 há um grande impulso de novas construções militares do mesmo modelo no Atlântico meridional (sul do continente), durante a administração do Marquês de Pombal no governo do rei português D. José I.

Encontra-se no contexto do agravamento das relações diplomáticas entre os reinos ibéricos na disputa pelo controle do acesso ao Rio da Prata, alvo de disputa entre portugueses e espanhóis desde a fundação da Colônia de Sacramento, na margem esquerda deste rio.



*escaramuça: briga, conflito

A demarcação da divisa entre a Espanha e Portugal na América do Sul, resultado do Tratado de Madrid (1750), no litoral sul, além de não chegar a um acordo, não impediu as escaramuças* entre gente de Buenos Aires e os moradores da Colônia de Sacramento em 1735.

Acordaram nesta hora os portugueses, vendo o seu litoral sul totalmente desguarnecido, e trataram de fortificá-lo rapidamente.

Fonte: MORI, Vítor H; LEMOS, Carlos; CASTRO, Adler H. Arquitetura Militar: um panorama histórico a partir do Porto de Santos (2003).





Também acrescentamos, para efeitos de localização, um mapa da ferramenta “Google Earth” com imagem de satélite da região litorânea, e destacamos com alfinete identificando as coordenadas geográficas da Fortaleza N. S. dos Prazeres ao norte da Ilha do Mel, região leste do Estado do Paraná. No canto inferior esquerdo, apresentamos o contexto histórico da construção com maior detalhamento, no canto inferior direito inserimos outra imagem do local, significativo pela sua importância histórica na região.

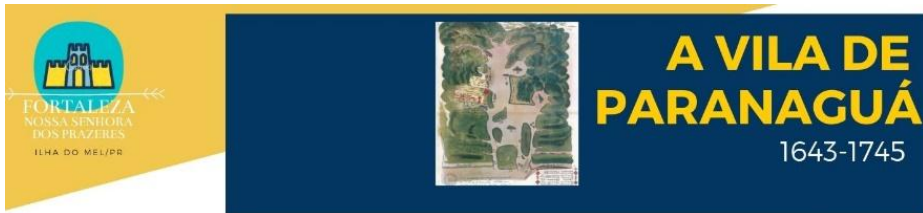
Na segunda parte da tela nos ativemos a uma abordagem mais localizada do cenário em que foi desenvolvido o projeto de defesa militar na Baía de Paranaguá. Primeiro, na parte superior, um panorama da vila e do porto de Paranaguá. A seguir, apresentamos uma narrativa do navio pirata de 1718 e dos conflitos no Sul contra os espanhóis durante o período.

No canto inferior esquerdo, estão disponíveis os menus temáticos abordados no capítulo 2, o usuário pode acessar o texto integral da dissertação, referente ao tópico escolhido, em formato de texto, disponível como material de apoio no final de cada seção deste menu.

3.2.2 Vila de Paranaguá (1648-1750)

O primeiro dos quatro temas apresentados no material de difusão, é um panorama histórico de Paranaguá neste período, desde a migração de habitantes do litoral paulista e do início da atividade mineradora na região do litoral, a elevação à categoria de Vila em decorrência deste processo e seu declínio, enquanto outro produto ocupa o espaço na economia local: a farinha. Duas narrativas, frutos de importantes pesquisas históricas, nos fornecem subsídios para compreender melhor as dinâmicas sociais da época.

FIGURA 15: Tela - A vila de Paranaguá



Em 29 de julho de 1648, por Provisão Régia, D. João IV, rei de Portugal, em atenção ao que lhe fora solicitado pelos habitantes do povoado, que desde os fins do século XVI ou princípios do XVII se erguera à margem esquerda do Rio Itiberê, houve por bem conceder foros de vila à póvoa que, como tantos outros pequenos aglomerados humanos, se perdia nas vastidões meridionais do Brasil (PARANÁ, 2006)

Paranaguá, fonte:
pontosturisticosbrasil.org

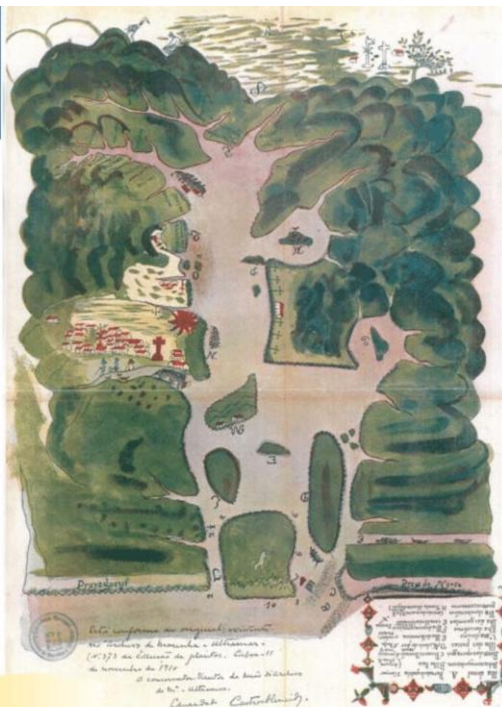


Brasão de Portugal
D. Sebastião



A VILA DE PARANAGUÁ

LOCALIZAÇÃO DAS MINAS DE PARANAGUÁ (1653).
MAPA DE PEDRO DE SOUZA PEREIRA




Após a primeira ocupação, em função da procura por metais no século XVII, o começo do século seguinte revela forte tendência para a produção local de farinha como alternativa de subsistência e de pequeno comércio. Em 1745, o Comandante da Vila de Santos dirigindo-se ao seu superior, afirma que “a Câmara de Paranaguá mantinha-se com a sua pobreza” (WESTPHALEN, 1972,p.211). A vila permaneceu enfraquecida economicamente, como fornecedora de farinha para outras regiões durante o século XVIII, além da congonha (ervamate), que passou a ser comercializada na região de Curitiba



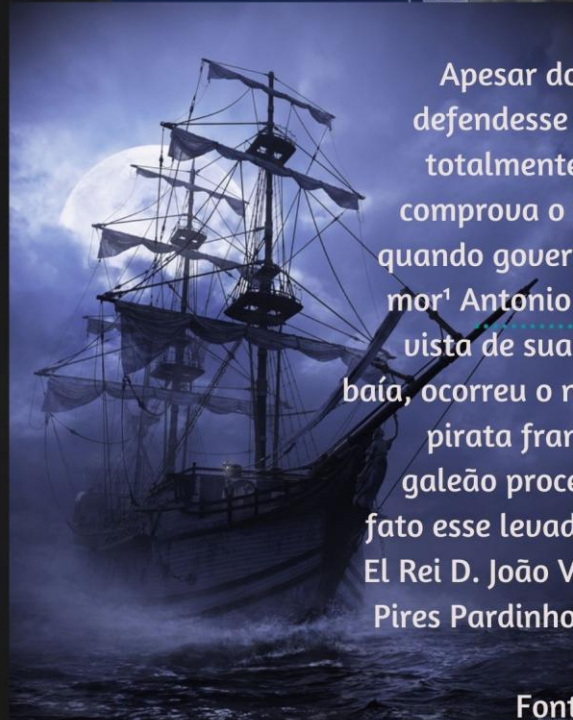

3.2.3 Pirataria na Baía de Paranaguá (1714-1734)

Neste design (tela) apresentamos dois relatos sobre o fato histórico envolvendo navios que invadiram as águas da Baía de Paranaguá no ano de 1718, com criação a partir destas narrativas de um mapa com a trajetória das embarcações, uma delas, de origem francesa, considerada "pirata" naufragou numa ilha perto da Vila de Paranaguá. Na imagem de fundo, uma "sumaca" barco rápido de dois mastros, representando os perigos da pirataria entre 1718 e 1734.

FIGURA 16: Tela Pirataria Narrativas sobre o episódio com navio pirata em 1718.



PIRATARIA NA BAÍA DE PARANAGUÁ 1718-1734



Apesar dos pedidos para que se defendesse a vila, Paranaguá era totalmente desprotegida como o comprova o fato ocorrido em 1718, quando governava a vila o capitão-mor¹ Antonio Gonçalves Pinheiro: à vista de sua população, dentro da baía, ocorreu o naufrágio de um navio pirata francês que perseguia um galeão procedente de Valparaíso², fato esse levado ao conhecimento de El Rei D. João V, pelo ouvidor³ Rafael Pires Pardino, quando a viagem ao Sul do país.

Fonte (PARANÁ, 2006).

¹ função militar no período colonial;
² navio semelhante à caravela portuguesa vindo do litoral do Chile;
³ responsável por assuntos judiciais no Brasil Colônia.

Em 1718, um navio francês, o “Le François” atracou em Paranaguá, carregado com prata que vinha do Chile e seguiria para a França. Quando viagem seria retomada, houve um ataque de piratas, franceses e ingleses, que estavam na **sumaca¹ Louise**, embarcação de dois mastros, muito rápida e que possuía muitos canhões, devido a um temporal, o navio pirata acabou naufragando, com o impacto numa laje de rocha submersa junto à Ilha da Cotinga. **Fonte: Revelando a arqueologia das Fortificações no Paraná. Parellada,(2013).**



. Também abordamos neste tema dois aspectos importantes no contexto histórico da pirataria no local. Primeiro, a reação de medo e de devoção geradas a partir de uma invasão estrangeira na vila. O segundo, objeto de cartas do rei de Portugal, foi o incentivo para que seus vassalos tentassem retirar o tesouro em ouro e prata afundado no navio próximo à Ilha da Cotinga.



PIRATARIA NA
BAÍA DE PARANAGUÁ

MEDO E FÉ

Velhos, mulheres e crianças se refugiaram, desde então, na igreja matriz, a rogar a intervenção de N^a Sra. do Rosário, para salvar a terra dos terríveis males que a ameaçavam. (...) quando o navio pirata tentava dobrar a ponta da Cutinga, o céu cubriu-se de nuvens carregadas e negras; o sol ocultou-se atrás da cortina de nimbos, como que não querendo testemunhar, com os seus raios, a criminosa scena; o trovão, logo após rimbobou*, e um pé de vento violentíssimo caiu sobre a Bahia, encrespando as águas, revoltando, e jogando a nau corsária contra as Lages submersas que ali existem.

Vieira dos Santos, 1850

*rimbobou: repetiu o barulho do trovão

*rimbobou: repetiu o barulho do trovão

O TESOURO

Carta Régia offerecendo a metade da riqueza contida em um navio pirata naufragado na Barra de Paranaguá à quem quizesse retirar esta riqueza do fundo do mar

D. João, Rei de Portugal, faço saber através do Ouvidor geral Rafael Pires Pardino, em carta de 26 de junho de 1720, haver tocado em uma pedra um Levantado na Barra de Paranaguá, que resultará irã pique salvando-se algumas pessoas, que disseram trazia o dito Levantado* mais de duzentos mil cruzados em prata, ouro e pessos, que tinha roubado pelas ostas das Indias de Castella (Reino espanhol), o que com diligência se podia aproveitar, se houvesse alguns vassalos que quizessem empreender tirar este Cabedal à sua custa, largando-lhe eu parte do que tirassem. 26.06.1720 (Lisboa)

Fonte: Documentos Interessantes. Arquivo de São Paulo, V.6, p.61

PARANÁ, 2006

Ao longo dos anos não foram poucos os sobressaltos vividos pela vila, até que em 1734, o então governador, Capitão mor Anastácio de Freitas Trancoso mandou instalar uma peça de artilharia na barra, para evitar a passagem de qualquer embarcação cujo acesso fosse indesejável.

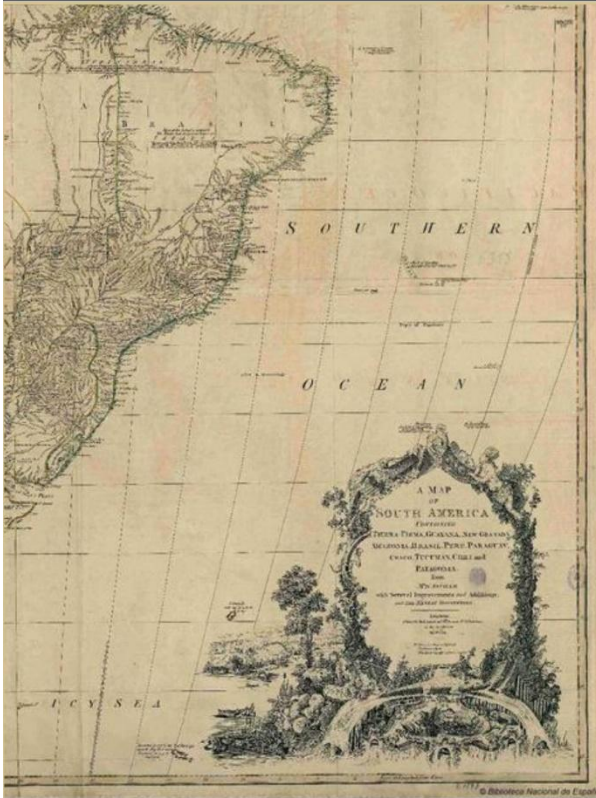
3.2.4 Conflitos com castelhanos no Sul (1750-1777)

Neste menu temático, consideramos os conflitos no sul do continente americano como palco de disputa entre espanhóis e portuguesas, obrigando Portugal a proteger e defender seus domínios, fortificando suas vilas como Paranaguá, Santos e Cananéia, após as invasões de São Pedro de Porto Alegre e da Ilha de Santa Catarina, onde encontra-se atualmente um conjunto de fortificações e complexos defensivos resultado dessa insegurança.

FIGURA 17: Tela -“Conflito contra castelhanos no Sul”, e as disputas pelos territórios da América Meridional



Em 1750, foi firmado um acordo entre D. João V de Portugal e D. Fernando VI de Espanha para definir limites entre as respectivas colônias americanas, pondo fim às disputas. O objetivo desta convenção político cartográfica, o Tratado de Madrid era, a partir da identificação em mapas, a divisão de territórios ultramarinos entre portugueses e espanhóis.



Kantor, 2009, p.44

América del Sur .Mapas generales.1779.D'Anville
Fonte Biblioteca nacional de España

CONFLITO COM CASTELHANOS NO SUL

bandeira coronela
do regimento espanhol



antigo Portão de Armas,
Colônia de Sacramento, Uruguai



As providências demarcatórias da divisa na América do Sul, decorrentes do Tratado de Madrid, na parte da marinha sul, não chegaram a bom termo, não impedindo os conflitos entre gente de Buenos Aires e os moradores da Colônia de Sacramento.

MORI, LEMOS E CASTRO (2003)

**CONFLITO COM
CASTELHANOS
NO SUL**

O Marquês de Pombal, ministro do rei português D. José I, estava muito preocupado com a revogação das fronteiras traçadas pelo Tratado de Madri (1750). A situação político-militar no sul do Brasil era difícil. O espanhol Pedro Ceballos, com poderoso exército, destruiu a Colônia de Sacramento, invadiu o Rio Grande do Sul e apossou-se da Ilha de Santa Catarina, de modo que, quase todo o sul do Brasil estava ocupado por espanhóis (...) em Paranaguá, construiu-se a fortaleza da barra, prevenindo-se um provável ataque dos castelhanos à povoação.

Fonte: WACHOWICZ, Ruy. História do Paraná (1969, p.293).



1. FORTALEZAS DA ILHA DE SANTA CATARINA

O sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina foi construído no século XVIII para consolidar o domínio português no sul do Brasil.

As construções mais significativas desse sistema são as Fortalezas de Santa Cruz de Anhatomirim, São José da Ponta Grossa e Santo Antônio de Ratoles, que formavam o triângulo defensivo da Barra Norte da Ilha de Santa Catarina, e a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba, que guardava a Barra Sul.

3.2.5 Construção da Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres (1767-1769)

Finalmente, abordamos os principais fatos que envolveram o projeto da fortificação, incluindo a participação efetiva de Afonso Botelho como catalisador de forças necessárias para a conclusão do empreendimento, revelando uma intensa rede de relações de poder presentes na administração da obra e como o esforço e contribuição de atores sociais da Vila de Paranaguá forma decisivos no processo.

FIGURA 18: Tela- “A construção da Fortaleza N. S. dos Prazeres I” contém as principais etapas de desenvolvimento das instalações militares na Ilha do Mel.



FORTALEZA
NOSSA SENHORA
DOS PRAZERES

A CONSTRUÇÃO DA FORTALEZA

1767-1769



modo

O Marquês de Pombal, ministro de D. José I, estava preocupado com anulação das fronteiras traçadas pelo Tratado de Madri (1750).

Com as invasões castelhanas em 1763, quase todo o sul do Brasil estava ocupado por espanhóis. Em Paranaguá, construiu-se a fortaleza da barra, prevenindo-se um provável ataque do espanhol Cevallos à povoação (WACHOWICZ, 1969, p.293)

Coube aos habitantes da vila levantar fundos para a obra de construção, seja doando escravos, no caso dos homens de posse, ou mesmo contribuindo com alimentos, cordas, ou ferramentas para erguer a fortificação, com o objetivo de proteger o porto local e a vila das entradas frequentes de embarcações estrangeiras na Baía de Paranaguá

PARANÁ, 2006,
p.334

Decisivo na efetivação do projeto de construção da fortaleza, Afonso Botelho de Sampaio e Souza, foi nomeado para Ajudante d'Ordens pelo Governador e Capitão general da restabelecida Capitania, em 1765, o português D. Luís António Botelho Mourão.

.....



Carta enviada por D. Luís em 1768 ao Marques de Pombal

Remeto a V. Ex^a a planta da nova fortaleza que estou mandando fazer na Ilha do Mel, na Barra de Parnaguá, a qual está muito adiantada, passa a obra meia feita, de sorte que se continuar o trabalho da mesma forma, até daqui a um ano estará acabada.



O custo das obras se elevou a 30 contos de réis em ouro, e ao ser concluída, a fortaleza estava equipada com seis peças de ferro e bronze - duas de calibre 23; duas de calibre 18 e duas de calibre 12 que, juntamente com a munição e apetrechos vieram de Santos. Em 23 de abril de 1769, pela primeira vez, saudando o término da construção, os canhões dispararam em conjunto

Ordens religiosas
de Paranaguá
fizeram
empréstimos
diretamente para
financiar a
construção

(PARANAGÁ, 2006, p.114)

3.2.6 Fontes

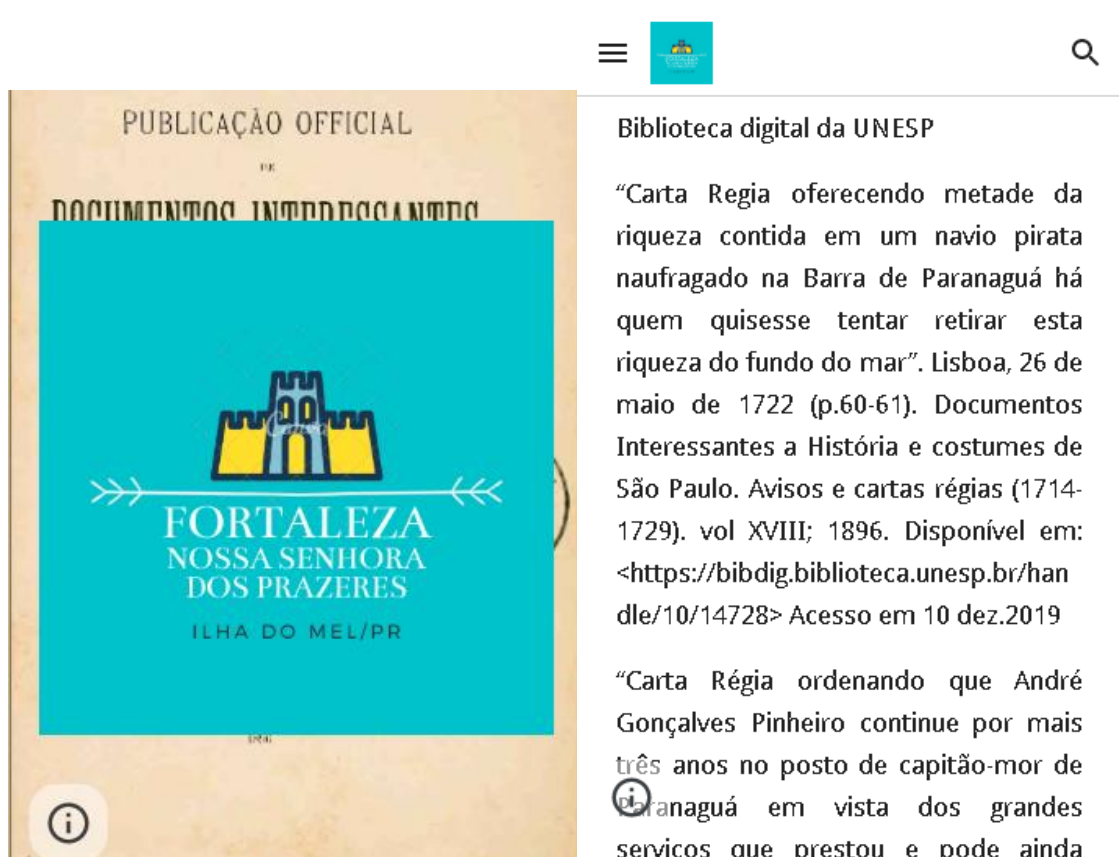
Durante o desenvolvimento do modelo de design instrucional procuramos avaliar os recursos digitais disponíveis como recurso para o professor, com linguagem mais próxima da realidade dos jovens, com rigor científico abordagem histórica dos elementos textuais e não textuais, buscando dialogar com o público de maneira factível e com baixo custo.

Cada botão disponível nesta figura representa o atalho presente no aplicativo para materiais arquivados na nuvem (Google drive). Ao acessar (clique) no *link* (endereço) o usuário é redirecionado a uma pasta virtual, onde é

possível ter acesso ao material desejado, apenas para leitura ou realizar o *download* para seu dispositivo.

A aba “Fontes” corresponde a lista de documentos da Capitania de São Paulo transcritos pela UNESP e organizados na série “Documentos Interessantes” que se referem a Fortaleza N. S. dos Prazeres. Link para acesso ao material: < <https://sites.google.com/escola.pr.gov.br/fortaleza-site-ii/fontes>>

FIGURA 19: Fontes



3.2.7 Bibliografia (sugestões de leitura)

A seguir, no botão “Sugestões de leitura” o usuário pode localizar a bibliografia desta dissertação, incluindo referências disponíveis para consulta em formatos digitais

FIGURA 20: Bibliografia (sugestões de leitura)



3.2.8 Sala de aula

Finalmente na seção “Sala de aula”, voltada para os docentes, o professor pode encontrar materiais de apoio como plano de aula, sequência didática, sugestão de atividade além de uma trilha de aprendizagem disponível na plataforma Google classroom (<https://classroom.google.com/u/0/c/MjI3ODIxODY1MzIa>).⁹⁶

FIGURA 21: Sala de Aula



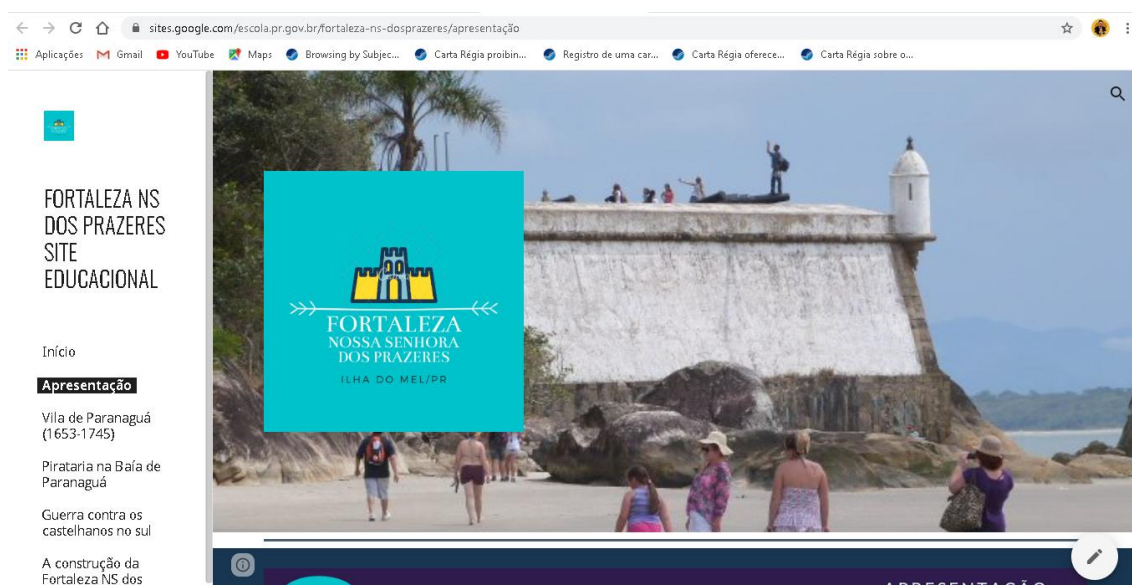
⁹⁶ Código para acesso a sala de aula virtual na plataforma Google Classroom: tr22hu5

3.2.9 Materiais de apoio ao professor

Além do aplicativo, como suporte pedagógico para uso em sala de aula foram aplicadas outras ferramentas digitais de trabalho detalhadas a seguir. Todos estão disponíveis gratuitamente para o público, dentro do pacote Gsuíte (<<https://gsuite.google.com/intl/pt-BR/>>), conta institucional dos educadores do Estado do Paraná (@escola.pr.gov.br), que facilita em soluções de acessibilidade, controle de dados e produtividade:

a) Google site (<<https://sites.google.com/>>). A plataforma permite ao desenvolvedor criar uma biblioteca de recursos por conta própria; e incluir documentos que possam ser atualizados com frequência, para que os alunos tenham acesso às informações mais recentes.⁹⁷ O conteúdo do site pode ser acessado, por exemplo, no laboratório de informática da escola ou em casa, e a vantagem principal é a facilidade de navegação. Outra potencialidade é que a construção é muito acessível, inclusive para iniciantes e não profissionais da área de programação ou sistemas de informação. Disponível no endereço: <https://sites.google.com/d/1khO8fKwlnOI-BM2obJ8hhlLjMxrqDTGi/p/1C6lyGTTT5WygEwvNBjZB6yoQIRGAP-QJ/edit>

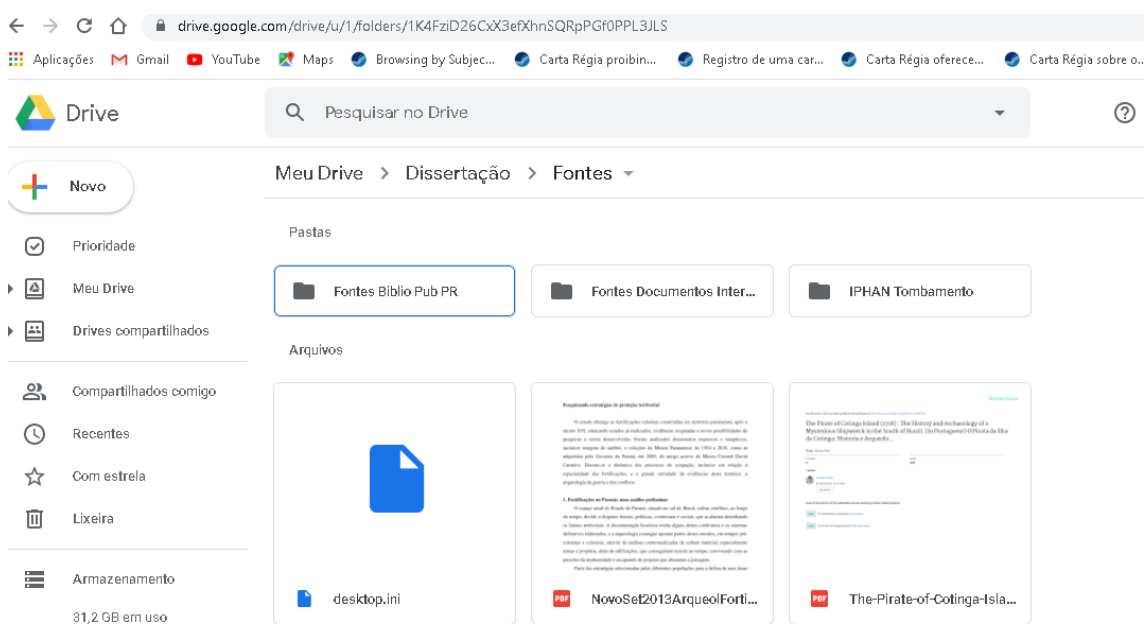
FIGURA 22 – Fortaleza N.S. dos Prazeres (site educacional)



⁹⁷ Central de ajuda para colaborar na criação do site e estimular a autoria do professor. Disponível em: <https://sites.google.com/d/1AzaZohtXog1UIlvOczcoaLtOJWyoQykPO/p/14_E6zLxB3T8v66WbueK2dHcNUAK0ph/edit> Acesso em 22 jan.2020

b) Google drive (<<https://www.google.com/intl/pt-br/drive/about.html>>). Serviço de armazenamento digital (*cloudcomputing*) e sincronização de dados. Todos os arquivos foram armazenados em um computador remoto, popularmente chamado por nuvem (*cloud*). Permite o acesso a qualquer hora ou lugar em dispositivos móveis, além do controle sobre como os arquivos são compartilhados. Importante para garantir a segurança e manutenção dos documentos digitais produzidos no decorrer desta pesquisa.

FIGURA 23 – Arquivos históricos armazenados na nuvem – F



3.2.10 Dissertação

Aba com a referência do trabalho e link de acesso à versão final no site do ProfHistória/UFPR.

FIGURA 24: Tela Dissertação



Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Paraná como requisito para o título de Mestre em Ensino de História.

Título: “A FORTALEZA DA BARRA (ILHA DO MEL/PR) NO SÉCULO XVIII: APLICATIVO PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA”

Autor: Ivan Rodrigo Rebuli

Orientador: Nadia Gaiofatto Gonçalves

Linha De Pesquisa: Ensino De Historia.

[Link para versão digital](#)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propormos como eixo desta produção acadêmica o desenvolvimento de um aplicativo como ferramenta de apoio ao professor no Ensino de História, tendo como objeto de pesquisa a Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres no século XVIII, o primeiro desafio foi investigar e analisar as fontes disponíveis e produzir o material didático sem abandonar o rigor científico.

Diante da impossibilidade de leitura das complexas fontes manuscritas originais disponíveis no Arquivo Público do Estado de São Paulo, esta dificuldade no trabalho como historiador ameaçou a continuidade da pesquisa e pôs em xeque a viabilidade da proposta. A solução encontrada foi utilizar documentos transcritos e digitalizados, disponíveis ao público no banco de dados da UNESP, o que permitiu a continuidade do trabalho, mesmo sendo necessário um redimensionamento do objeto da pesquisa e um criterioso processo de seleção dos documentos utilizados na análise das variáveis.

Nesta dissertação, o desenvolvimento do aplicativo como possibilidade de ferramenta didática para uso em sala de aula, através da análise de fontes documentais aplicadas ao ensino de História, podemos concluir que as possibilidades de pesquisa referentes ao tema e sua aplicação no processo de ensino e aprendizagem são amplas e ainda permanecem em aberto. Como parte dos objetivos, o material foi organizado de forma que permita ao aluno compreender o contexto geral das fontes disponíveis sobre a construção militar, e para isso foi preciso organizar o material disponível e propor uma divisão para fins metodológicos para o ensino da disciplina.

Durante o processo de investigação e análise das fontes sobre a Fortaleza N. S. dos Prazeres, podemos destacar duas questões mais relevantes sobre o tema, como decorrência da pesquisa. Em primeiro lugar, sobre as relações de trabalho ali presentes na construção do monumento e a carência de registros oficiais sobre o modelo de trabalho empregado nas obras. Ainda que não seja possível afirmar concretamente, há evidências históricas que apontam a possibilidade de utilização de criminosos e condenados à prisão neste processo.

A segunda questão refere-se ao financiamento de recursos para a edificação da fortificação, com a descoberta de uma nova fonte para financiar tal empreendimento: as Igrejas da Vila de Paranaguá, visto que os registros anotavam na contabilidade oficial, contribuições de particulares, da Real Fazenda e em menor escala, sob intensos protestos, da Câmara de Paranaguá.

Outra questão mais particular, embora não menos relevante para o resultado da proposição didática, foi a impermanência do profissional em Tecnologia da Informação no projeto de desenvolvimento do aplicativo, a partir de janeiro deste ano. Ainda que possua conhecimentos básicos de programação, foi necessário desenvolver novas habilidades e dedicação exclusiva que permitiram dar continuidade no *app*, neste processo a ferramenta de programação App Inventor 2, do MIT, foi fundamental para permitir a finalização deste trabalho.

Outra consideração, diz respeito ao conteúdo estático⁹⁸ disponível totalmente após a instalação do aplicativo no aparelho, evitando a necessidade de conexão com a internet no momento de uso do *app*, para acessar, a princípio, boa parte deste material, evitando problemas no uso do material pelo professor, em caso de não conseguir o acesso à internet no momento da aula. Essa é uma preocupação referente às incompletudes das TDIC's: que estão disponíveis na sala de aula, mas há limitações para que sejam acessadas, como por exemplo, se não existir conexão *wi-fi* na escola.

Como resultado dos estudos e pesquisa do Mestrado Profissional em Ensino de História, o aplicativo “Fortaleza N.S. dos Prazeres” pode auxiliar diretamente o professor no seu trabalho como uma ferramenta de apoio, e como material didático que pode ser utilizado diretamente por alunos do Ensino Médio nas aulas de História. Para além do uso educacional, esta dissertação também pode contribuir para a difusão do conhecimento histórico sobre o

⁹⁸ Conteúdo estático pode incluir páginas HTML e outros recursos como imagens e documentos que estão disponíveis para o cliente, como parte de uma página HTML (tal como imagens embutidas, folhas de estilo e arquivos) ou como downloads separados (como documentos PDF).

Disponível em: <<https://docs.microsoft.com/pt-br/azure/architecture/patterns/static-content-hosting>> Acesso em 10.mai 2020

monumento da Ilha do Mel para um público mais abrangente, com a possibilidade, por exemplo, de traduzir o mesmo conteúdo para material bilíngue disponível para download no local para atender os visitantes estrangeiros.

Como em todo trabalho de pesquisa, sempre restam limites, concordamos que existem ainda muitas questões que irão permanecer em aberto. Ao abordarmos a temática sobre a pirataria na Baía de Paranaguá por exemplo, um trabalho inovador de mapeamento arqueológico do fundo do mar no perímetro, utilizando novas tecnologias de ressonância digital poderia revelar novas descobertas e possibilidades nesse campo da ciência.

Outra escolha metodológica ausente de uma discussão mais aprofundada nesta dissertação, mas que pode resultar em um trabalho original, refere-se aos desafios da Educação Patrimonial em um monumento situado numa região distante, de difícil acesso, mas com grande potencial para a educação não formal. Uma sugestão de melhoria significativa para esta dificuldade seria a construção de um novo trapiche (ancoradouro) na praia da Fortaleza, que atenderia tanto a comunidade local, quanto incentivaria uma visitação mais frequente, embora isso acarretaria na necessidade de criação de um plano de visitação mais estruturado para o monumento, que inexistente neste momento.

Outra questão, de natureza ambiental, é que a fortificação se encontra no limite de uma extensa área de proteção ambiental parcialmente restritiva, que é constituída pelo Parque Estadual da Ilha do Mel, o que levaria à uma discussão sobre os limites e impactos de uma visitação desordenada que poderia causar problemas de natureza antrópica no local.

Como proposição didática para o Ensino de História, o aplicativo “Fortaleza N.S. dos Prazeres” pode revelar uma nova perspectiva no uso de ferramentas digitais na sala de aula, com maior incentivo à criação e à autoria do professor no trabalho de pesquisa sobre a História local.

FONTES

Fontes transcritas

Biblioteca digital da UNESP

“Carta Regia oferecendo metade da riqueza contida em um navio pirata naufragado na Barra de Paranaguá há quem quisesse tentar retirar esta riqueza do fundo do mar”. Lisboa, 26 de maio de 1722 (p.60-61). Documentos Interessantes a História e costumes de São Paulo. Avisos e cartas régias (1714-1729). vol XVIII; 1896. Disponível em: <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/14728>> Acesso em 10 dez.2019

“Carta Régia ordenando que André Gonçalves Pinheiro continue por mais três anos no posto de capitão-mor de Paranaguá em vista dos grandes serviços que prestou e pode ainda prestar”. Lisboa, 05 de outubro de 1722 (p.65). Documentos Interessantes a História e costumes de São Paulo. Avisos e cartas régias (1714-1729). vol XVIII; 1896. Disponível em: <<http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/14732>> Acesso em 20 dez.2019

“Carta Régia proibindo que se tire gente de Paranaguá para o serviço real em Santos”. Lisboa, 06 de julho de 1725. p.139-140. Documentos Interessantes a História e costumes de São Paulo. Avisos e cartas régias (1714-1729). vol XVIII; 1896. Disponível em: <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/14784>> Acesso em 22 dez.2019

“Carta regia sobre os perigos de piratas invadirem Iguape e Cananéia”. Lisboa, 8 de julho de 1726. p.230. Documentos Interessantes a História e costumes de São Paulo. Avisos e cartas régias (1714-1729). vol XVIII; 1896. Disponível em: <<http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/14843>> Acesso em 13 jan.2020

“Registro de uma carta escrita ao Capitão mor da vila do Paranaguá André Gonçalves Pinheiro”. São Paulo 8 de maio de 1724. Correspondência interna do Governador Rodrigo Cezar de Menezes (1721- 1728) vol XX, 1896, p.113-114. Disponível em: <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/15121>> Acesso em 17 jan. 2020

“Outra carta para o mesmo ajudante de ordens”. São Paulo, 17 de abril de 1769. Documentos Interessantes a História e costumes de São Paulo, v. 5, 1901. Disponível em : <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/bitstream/handle/10/12305/outra-carta-p-o-mesmo-ajud-das-ordens.pdf?sequence=2&isAllowed=y>> Acesso em: 17 jan. 2020

“Carta para o ajudante de ordens Afonso Botelho”. p.30. São Paulo, 27 de setembro de 1769.

“Carta do capitão-mor João Martins de Barros para o governador da capitania de São Paulo, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão”. Cachoeira dos Prazeres, 26 de outubro de 1767. AHU_ACL_CU_023- 01, cx. 25, d. 2432.

“Representação dos oficiais da Câmara de Paranaguá para o rei Dom José I”. Paranaguá, 23 de julho de 1768. AHU_ACL_CU_023-01, cx. 25, d. 2433. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (Arquivo de Mateus).

“Anexo à carta do ajudante de ordens Afonso Botelho de Sampaio e Sousa para o governador D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão”. Fazenda de São Bento, 23 de julho de 1769. I-30, 18, 4 n. 4.

“Carta de Afonso Botelho de Sampaio e Sousa ao governador da Capitania de São Paulo D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão”. Iguape, 7 de agosto de 1768. I-30, 18, 3, n. 2.

“Carta do ajudante de ordens Afonso Botelho de Sampaio para o governador da capitania de São Paulo D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão”. Cananéia, 9 de janeiro de 1767. I-30, 18, 1, n. 2

REFERÊNCIAS

ALLAN, Luciana. **Escola.com: como as novas tecnologias estão transformando a educação na prática**. Barueri: Editora Figurati, 2015.

ARAUJO, Rodrigo Ayres de. **Produção de games como ferramenta de ensino**. São Paulo; Centro Universitário SENAC, 2012.

ARMSTRONG, Rodrigo Penteado. **O pomo da discórdia: a Colônia de Santíssimo Sacramento e a rivalidade entre Portugal e Espanha no sistema interestatal do século XVIII**. Dissertação de Mestrado- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional. Rio de Janeiro, 2014.

BARCA, Isabel. Educação Histórica: uma nova área de investigação. **Revista da Faculdade de Letras**. Porto/Portugal, III Série, vol. 2, p. 03-21, 2001.

BARROS, Carlos Henrique F. de. Ensino de História, Memória e História Local. **Revista Principia**. 1.21, 2015 p.64-74. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/junho2013/historia_artigos/barros.pdf> Acesso em: 12. out 2018

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo, 1765-1775**. São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

BICALHO, Maria Fernanda. Uma cidade em pânico. Ameaça pirata. **Revista Nossa História**. São Paulo; ano 3, nº27; Editora Vera Cruz, 2006. p.18-22,

_____. A Fronteira dos Impérios: conexões políticas, conflitos e interesses portugueses na região platina. **Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico**. Antigo Regime: poderes e sociedades. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2005.

BITTENCOURT, Circe Maria. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.

BOTTENTUIT JUNIOR, João Batista. Do computador ao *tablet*. Vantagens pedagógicas na utilização de dispositivos móveis na educação. Rio de Janeiro: **Laboratório de Pesquisa em Tecnologias da Informação e da Comunicação/UFRJ**; v.6; nº1-jan/abr, p.125-149. 2012, Disponível em: <http://www.latec.ufrj.br/revistas/index.php?journal=educaonline&page=article&op=view&path%5B%5D=2> Acesso em: 13 out. 2018

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros curriculares nacionais: História**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Fundamental, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf> Acesso em: 20 out. 2018

BRITO, Gláucia da Silva; KNOLL, Ariana C; SIMONIAN, Michele. Formação Continuada de Professores em Tecnologia: A “ousadia” na dialogicidade entre a universidade e a escola. **Revista e-Curriculum**; São Paulo; v.15, n.01, jan./mar, 2017.p.221 – 248. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>> Acesso em: 20 jan.2019

BRODBECK, Marta de Souza Lima. **Vivenciando a História – Metodologia de Ensino da História**. Curitiba, Base Editorial, 2012.

CARNEIRO, David A. da Silva. **Afonso Botelho e a história da Fortaleza da Barra de Paranaguá**. Série Botelhana II. Curitiba; Universal, 1950

_____. **O incidente Cormorant**. Curitiba; Universal, 1950

_____. **Afonso Botelho de São Payo e Souza**. Litero-técnica; Curitiba, 1986.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. A engenharia do medo. Ameaça pirata. **Revista Nossa História**. ano 3, nº 27; Editora Vera Cruz. São Paulo, 2006. p.22-36.

CAVAZZANI, André Luiz M. **Tendo o sol por testemunha: população portuguesa na Baía de Paranaguá (c. 1750-1830)**. Tese de Doutorado. São Paulo. Programa de Pós Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. USP. Versão Corrigida, 2013. Disponível em:< <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03022014-113533/pt-br.php>> Acesso em 20 mar.2020

CERRI, Luis Fernando. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da História. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa; v.6 nº2, 2001.p.93-112. Disponível em: < <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2133>> Acesso em 25 mar.2020

CUSTÓDIO, José de Arimathea C. A Arquitetura de defesa do Brasil Colonial. **Revista Discursos Fotográficos**. Londrina; v.7 n.10, 2011. p.173-194 Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/9224/7848>> Acesso em 20 jul.2019

DERNTL, Maria Fernanda. Uma oficina de novidades: a implantação de núcleos urbanos na capitania de São Paulo, 1765-1775. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, nº. série. v.20. n.1. p.109-131. jan-jun; 2012.

DORÉ, Andréa. A fortaleza e o navio: espaços de reclusão na Carreira da Índia. **Topoi**, Rio de Janeiro v. 9, n. 16, p. 91-116. jan-jun. 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v9n16/2237-101X-topoi-9-16-00091.pdf>> Acesso em 15 jan.2020

FARIAS JÚNIOR, José Petrúcio de. Ensino de História: trajetórias de uma disciplina na educação básica. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences** . Maringá, v. 35, n. 1, p. 127-134, jan/jun, 2013 Disponível em: <

<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/download/17663/pdf/>> Acesso em: 12 set.2018

FERREIRA, Mário Clemente. **O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia.** *Revista Varia História*, vol. 23, nº 37: p.51-69, Jan/Jun. Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v23n37/v23n37a04.pdf>> Acesso em 20 set.2019.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Um lugar na história para a história local. Uberlândia, **Ensino em Re-vista**, v.4 n.1 p.43-51 jan/dez, 1995 Disponível em:<<http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/7809>> Acesso em 14 set. 2018

GERMINARI, Geysa. O Ensino de História local e a formação da consciência histórica de alunos do 6º ano do Ensino Fundamental: uma experiência com a unidade temática investigativa. **Anais do XIV Encontro Regional de História.** Campo Mourão, UNESPAR, 2014. Disponível em: <<http://www.erh2014.pr.anpuh.org/anais/2014/335.pdf>> Acesso em 18 set. 2018

_____. e BUCZENKO, Gerson. História local e identidade: um estudo de caso na perspectiva da educação histórica. **Revista História & Ensino**, v.18, n.2. UEL, Londrina. 2012. p.125-142 Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12593/11904> >. Acesso em: 19 jun. 2018.

GUSMÃO, Fábio Alexandre. Considerações Preliminares sobre a Associação entre as Tecnologias da Informação e Comunicação e a educação escolar no Brasil. **9º Encontro Internacional de Formação de Professores**, Aracaju: v.9 –n.1;2016.Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/view/2037> Acesso em: 15 jan.2019

IPHAN 10ª Seção Regional/Paraná. **A Fortaleza da Ilha do Mel.** Curitiba, Divisão técnica, 1ª edição; 2004.

JOÃO, Maria Thereza David. Afonso Botelho e a política portuguesa de povoamento no Brasil meridional. Curitiba, Centro de Documentação e Pesquisa em História, **VI Jornada Setecentista.** 2005. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/Afonso-Botelho-e-a-pol%C3%ADtica-portuguesa-de-povoamento-no-Brasil-Meridional-Maria-Thereza-David-Jo%C3%A3o.pdf>> Acesso em 22 jul 2019

KANTOR, Iris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850). **Anais do Museu Paulista.** História e Cultura Material, São Paulo vol.17, n.2, p. 39-61. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v17n2/04.pdf>>. Acesso em: 27 mai.2019

LAPOUGE, Gilles. **Os Piratas:** Piratas, flibusteiros, bucaneiros e outros párias do mar. Tradução: Ana Barradas. Ed. Antígora; 1ª edição 1998, p.236. Disponível em: < <https://www.wook.pt/livro/os-piratas-gilles-lapouge/99462>> Acesso em 17 jan.2020

LEANDRO, José Augusto. **Gentes do Grande Mar Redondo: riqueza e pobreza na Comarca de Paranaguá. 1850-1888.** Florianópolis: UFSC. Repositório Institucional. Programa de Pós Graduação em História. Tese de Doutorado, 2003.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Ed. 34. tradução de Carlos Irineu da Costa. 1999, 264 p.

MARTINS, Romário. **História do Paraná.** Farol do Saber. Curitiba; Travessa dos Editores, 1995.

MELLO, Christiane Figueiredo P. Forças militares no Brasil colonial. in: **Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna /** Organizador Paulo Possamai. – São Leopoldo: Oikos, 2012. p.105-118

_____. A fronteira sul em disputa: Portugal versus Espanha. **Anais do Encontro internacional e XVIII Encontro de História da ANPUH – Rio de Janeiro, 2018.** Disponível em: <https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1528988728_ARQUIVO_TRABALHOCOMPLETO.pdf> Acesso em: 20 abr.2019

MITCHEL, Willian. *e-topia*: Tecnologias de Informação e Comunicação e a Transformação da Vida Urbana. In: CASTELLS, Manuel e CARDOSO, Gustavo (org.) **A sociedade em rede: do conhecimento à ação política.** Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, p.337-346; 2005. Disponível em: <http://150.162.138.5/portal/sites/default/files/a_sociedade_em_rede_do_conhecimento_a_acao_politica.pdf> Acesso em: 12 out. 2018

MORAN, José Manoel. Mudar a forma de ensinar e de aprender com tecnologias: transformar as aulas em pesquisa e comunicação presencial-virtual. São Paulo: **Revista Interações**, 2000. nº9, vol. V, p.57-72. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/tecnologias_eduacacao/uber.pdf> Acesso em: 21 jun. 2018.

MORI, Victor Hugo; LEMOS, Carlos A. Cerqueira; CASTRO, Adler Homero. **Arquitetura Militar: um panorama histórico a partir do Porto de Santos.** São Paulo, Imprensa Oficial do Estado; Fundação Cultural do Exército Brasileiro, 2003.

NAGUNO, Estevon. **O uso de aparelho celular dos estudantes na escola.** Brasília. Faculdade de Educação (UnB); Dissertação de Mestrado, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16856/1/2014_EstevonNagumo.pdf> Acesso em 20 dez. 2018

NASCIMENTO, Evandro Cardoso do. **Malhas da Reciprocidade: a pesca coletiva da tainha na Ilha do Mel.** Dissertação de Mestrado. Matinhos; UFPR Litoral, 2015. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/41953?show=full>> Acesso em 20 jan 2020

NEVES, Marcus; CENTENO, Cláudia; FRUET, Fabiane; OTTE, Janete, ORTH, Miguel. Design educacional construtivista: o papel do design como planejamento na educação à distância. in: **Simpósio Internacional de Educação à Distância. Universidade de São Carlos**, 2012, p.1-12. Disponível em: < <http://sistemas3.sead.ufscar.br/ojs/Trabalhos/145-932-1-ED.pdf>> Acesso em 10 mai 2020

OSSANA, Edgardo. Una alternativa en la enseñanza de la Historia: o enfoque desde el local, lo regional. In: VAZQUES, J. **Enseñanza de la história**. Buenos Aires: Interamer,1994.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura. **Espirais do tempo: bens tombados do Paraná**. Textos: LYRA, Cyro Illídio de Oliveira (org). PARCHEN, Rosina; LA PASTINA FILHO, José. Curitiba; 2006. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/arquivos/File/BIBLIOGRAFIACPC/ESPIRAIS/prg2.pdf>> Acesso em: 22 abr. 2018.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica: História**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2008. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_hist.pdf> Acesso em 20 out. 2018

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações**. Curitiba, 2018. (versão preliminar). Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_preliminar.pdf> Acesso em 26 out 2018

PARELLADA, Cláudia Inês. Revelando a Arqueologia das Fortificações no Paraná. **Revista Memorare**. v.1, n.1; Universidade do Sul de Santa Catarina, 2013. p.141-156 Disponível em: < http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/memorare_grupeg/article/view/1895/1390> Acesso em: 10 dez.2019

PICANÇO, Jefferson de Lima e MESQUITA, Maria José. A cartografia primitiva da Baía de Paranaguá (séculos XVI-XVII) e os limites da América Portuguesa. Porto: **IV Simpósio Luso Brasileiro de Cartografia Histórica**, 2011. Disponível em: <<http://eventos.letras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/81.pdf>> Acesso em 15 jan.2020

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2ª ed. 1ª reimpressão.- São Paulo: Contexto, 2008.

PONTE, João Pedro. Tecnologias de informação e comunicação na formação de professores: Que desafios? Lisboa; **Revista Iberoamericana de Educación**, 24, 63-90, 2000. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/3993>>. Acesso em: 11 out. 2018

POSSAMAI, Paulo César. A fundação da Colônia de Sacramento. Dossiê Cultura e Sociedade na América Portuguesa Colonial. **Mneme – Revista de Humanidades**, v.5, n. 12, out./nov.2004 Disponível em: < <https://periodicos.ufrn.br/mneme/issue/view/31> > Acesso em 18 nov.2019

REBULI, Ivan Rodrigo. **Anais do Encontro Regional Sul de História Oral. História Oral: Lugares, experiências e desafios.** Projeto Memórias: Arquivos Históricos na Nuvem. Joinville, UNIVILLE; p. 391-392, 2015. Disponível em: <http://www.historiaoral.org.br/resources/download/1445975336_ARQUIVO_AN_AISEVENTONOVO.pdf> Acesso em 30 jun. 2018

ROMERO, Luis Alberto. Volver a la historia. Su enseñanza en el tercer ciclo de la E.G.B. **Jornal Clio e Associados**, nº3 Buenos Aires, 1998. p.173-176. Disponível em: <<http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/48212>> Acesso em: 12 jun. 2018

RÚSEN, Jörn. **Razão Histórica.** Brasília, Editora da UnB, 2001.

_____. **Formando a consciência histórica-** por uma didática humanista da história. Malmö, Karistad University Press; tradução Marcelo Fronza, 2015.

SANTOS, Flávio Batista dos. **O Ensino de História local na formação da consciência histórica: um estudo com alunos do ensino fundamental na cidade de Ibaiti/PR.** Londrina, Programa de Pós Graduação em Educação UEL; Dissertação de Mestrado, 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/dissertacoes/2014/2014 - SANTOS Flavio Batista.pdf>> Acesso em 20 set 2018

SCHMIDT, Maria Auxiliadora e GARCIA, Tânia Maria. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de História. **Cadernos Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 297-308, set./dez. 2005 Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 11 set. 2018.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. O ensino de História local e os desafios da formação da consciência histórica. In: MONTEIRO, A. M.; GASPARELLO, A. M.; MAGALHÃES, M. de S. (Org.) **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas:** O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica. Rio Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007. p.187-198.

SILVA, Bento; DUARTE, Eliane; SOUZA, Karine. Tecnologias digitais de informação e comunicação: artefatos que potencializam o empreendedorismo da geração digital. In: MORGADO, José Carlos; SANTOS, Lucíola LCP; PARAÍSO, Marlucy A (Org.), **Estudos Curriculares um debate contemporâneo.** Curitiba: Editora CRV; p.165-179, 2013. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/36421>> Acesso em: 10 jan.2019

SILVA, Luciene Amaral. O uso pedagógico de mídias na escola: Práticas Inovadoras. **Revista Eletrônica de Educação de Alagoas**; vol.01 nº 01, 2013. p.119-128. Disponível em:<http://www.educacao.al.gov.br/component/jdownloads/send/151-1-edicao/556-o-uso-pedagogico-de-midias-na-escola-praticas%20inovadoras?option=com_jdownloads>. Acesso em: 20 jun. 2018

SILVA, Luiz Gabriel. **Repressão e resistência na Ditadura Civil-Militar: construção de site temático para o Ensino de História local (Curitiba – PR).** Dissertação de Mestrado Profissional em Ensino de História. UFPR;

Curitiba, 2018. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/prof-historia/files/2018/07/Repress%C3%A3o-e-Resistencia-na-ditadura-civil-militar.pdf> Acesso em 13 dez.2019

SILVA, Mozart Linhares da (org.) **Novas tecnologias: educação e sociedade na era da informação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SOARES, Fernanda Codevilla (org.) **Arqueologia das fortificações: perspectivas**. Florianópolis: Lagoa, 2015.

STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. **História do Paraná: do século XVI à década de 1950**. Londrina: Ed. UEL, 2002.

TEIXEIRA, Paulo Roberto Rodrigues. **Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres**. Revista da Fundação Cultural do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro, ano XIII, nº 24. p.54-63, 2014. Disponível em: < http://www.funceb.org.br/images/revista/27_REV_FUNCEB_4o2r4t.pdf> Acesso em: 27 set.2019

TORRES, Luiz Henrique. O poente e o nascente no projeto luso brasileiro (1763-1777). **Biblos**, 22 (2): 19-25; Rio Grande, 2008. Disponível em: < <http://www.repositorio.furg.br/handle/1/305>>. Acesso em: 20 set.2019

UNESCO. **Policy Guidelines for Mobile Learning**. Paris, 2013

VIEIRA DOS SANTOS, Antônio. **Memória Histórica da Cidade de Paranaguá e Município** (1850) vol 2. Curitiba; Editora Museu Paranaense, 1952.

ZACLIKEVIC, Claudete Maria. **Um estudo da prática pedagógica dos professores universitários no Projeto Matice**. Curitiba, PUC-PR; Dissertação de Mestrado, 2007. Disponível em: http://www.biblioteca.pucpr.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=733 Acesso em: 20 set.2018

WACHOVICZ, Ruy Christowam. **História do Paraná**. 7ª edição - Curitiba, Editora Gráfica Vicentina, 1995

WESTPHAL, Ezequiel **Para além do paraíso: uma reinterpretação sociológica do discurso ambiental sobre as identidades de grupos tradicionais e de suas práxis religiosas populares na Ilha do Mel**. Curitiba; Tese de Doutorado em Sociologia – Setor de Ciências Humanas. Universidade Federal do Paraná, 2014. Disponível em: < <http://www.humanas.ufpr.br/portal/pgsocio/files/2014/05/Tese--Ezequiel-Westphal--PDF.pdf>> Acesso em 10 dez.2019

WESTPHALEN, Cecília Maria. **Porto de Paranaguá, um sedutor**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1998.